



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Ensino

Projeto Pedagógico de Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Versão do documento	2ª versão (1ª reformulação)
Resolução de Implantação	Resolução CS nº 130, de 5 de agosto de 2016
Resolução de reestruturação	---
Resolução de Suspensão	---

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

CAMPUS SANTA TERESA





Ministério da Educação
Instituto Federal do Espírito Santo

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE INTEGRADO AO ENSINO
MÉDIO**

CAMPUS SANTA TERESA

Santa Teresa - ES
2025

REITOR

Jadir José Pela

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Adriana Piontkovsky Barcellos

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Danielli Veiga Carneiro Sondermann

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Lodovico Ortlieb Faria

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Lezi José Ferreira

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

André Romero da Silva

CAMPUS SANTA TERESA

DIRETOR-GERAL

Ednaldo Miranda de Oliveira

DIRETORA DE ENSINO

Suzana Maria Gotardo Chambela

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Tiago Lopes Rosado

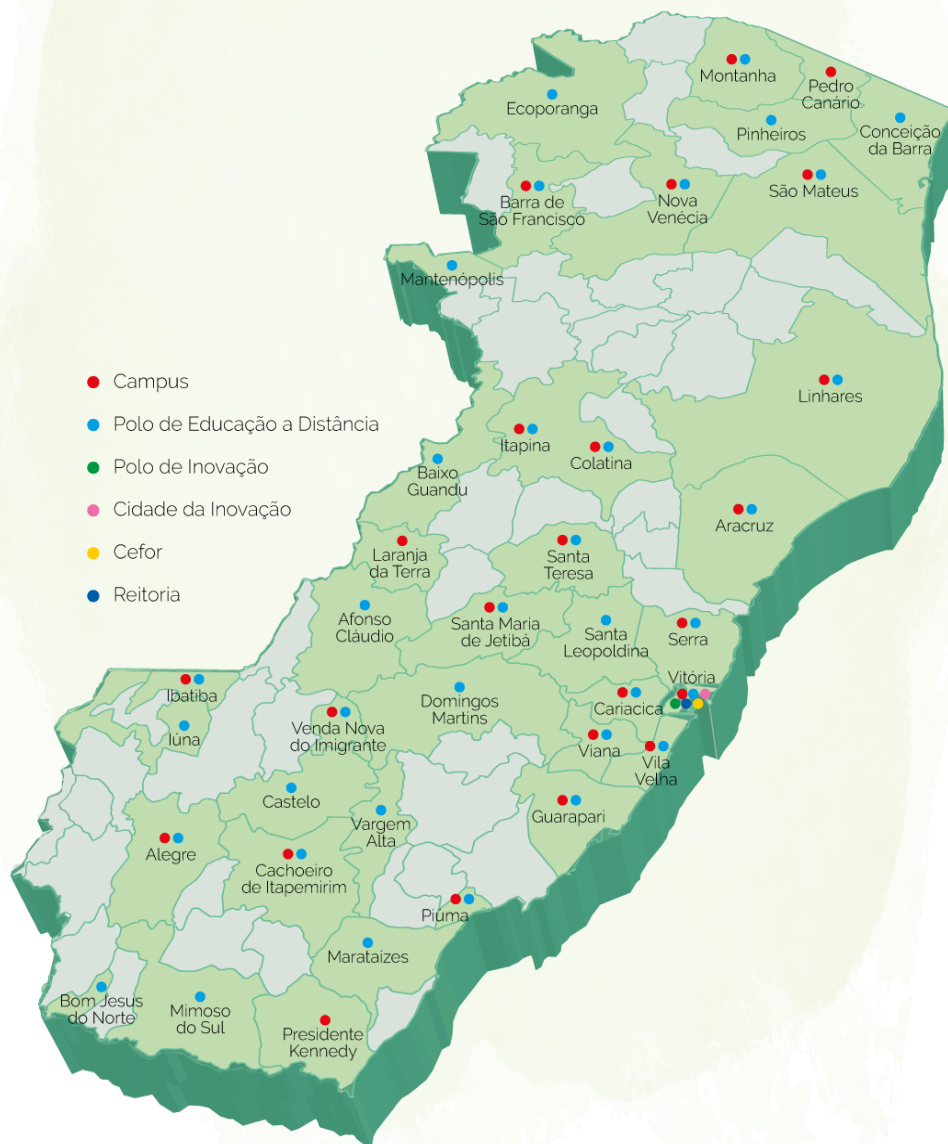
DIRETOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Robson Celestino Meireles

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DO PPC

Bianca da Silva Ferreira | Ednaldo Miranda de Oliveira | Eliete Aparecida Locatelli Vago | Fernanda Tonini Gobbi (Presidente) | Hugo Felipe Quintela | Iraldirene Ricardo de Oliveira | Jucélia Azevedo dos Santos Silva | Livia Gabrig Turbay Rangel Vasconcelos | Robson Celestino Meireles

O Ifes está presente em 35 municípios do Espírito Santo.



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	08
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	09
2.1. APRESENTAÇÃO GERAL	09
2.1.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	09
2.1.2. O campus Santa Teresa	09
2.2. APRESENTAÇÃO DO CURSO	11
2.3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL OBRIGATÓRIA	13
2.3.1. Documentos fundamentais	13
2.3.2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	14
2.3.3. Plano Nacional de Educação (PNE)	14
2.3.4. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos	14
2.3.5. Educação Profissional Técnica de Nível Médio	15
2.3.6. Estágio Curricular Supervisionado	16
2.3.7. Cursos Técnicos Integrados	17
2.3.8. Ensino Médio	17
2.3.9. História e Cultura Afro-Brasileira	18
2.3.10. Sociologia e Filosofia	19
2.3.11. Língua Espanhola	19
2.3.12. Língua Inglesa	20
2.3.13. Ensino de Arte	20
2.3.14. Educação Física	20
2.3.15. Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso	21
2.3.16. Educação Ambiental	21
2.3.17. Educação para o Trânsito	25
2.3.18. Educação em Direitos Humanos	25
2.3.19. Prevenção da violência contra a mulher	25
2.3.20. Estatuto da Juventude	26
2.3.21. Promoção da cultura da paz	26
2.3.22. História e cultura dos povos indígenas	26
2.3.23. Guarda Religiosa	26

2.3.24. Exibição de filmes na Educação Básica	26
2.3.25. Atendimento Domiciliar	26
2.3.26. Ações inclusivas e atendimento a necessidades específicas	27
2.3.27. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)	28
2.3.28. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	29
2.3.29. Educação Alimentar e Nutricional	29
2.3.30. Assistência Estudantil	29
2.3.31. Resoluções Internas - Ifes e Campus Santa Teresa	30
2.3.32. Portarias Internas - Ifes	31
2.4 PRINCÍPIOS E FINALIDADES	31
3. JUSTIFICATIVA	34
4. OBJETIVOS	40
4.1. OBJETIVOS GERAIS	40
4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	40
4.3. PÚBLICO	42
5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	43
5.1. POSSIBILIDADES DE VERTICALIZAÇÃO	45
6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	47
6.1 CONCEPÇÃO	47
6.2. METODOLOGIAS	50
6.3. ESTRUTURA CURRICULAR	52
6.3.1. Composição Curricular	52
6.3.1.1. Prática Profissional Integrada	54
6.3.1.2. Formação Politécnica	55
6.3.1.3. Prática Profissional Supervisionada	56
6.3.2. Matriz Curricular	56
6.3.2.1. Matriz curricular de Curso Técnico Integrado	56
6.3.2.2. Resumo Geral da Matriz Curricular e Contexto Educacional	57
6.3.3. Ementário das Disciplinas	59
6.3.3.1. Ementário - Base Nacional Comum	59
6.3.3.2. Ementário - Núcleo Profissionalizante	97
6.3.3.2.1. Disciplinas da 1ª Série	97
6.3.3.2.2. Disciplinas da 2ª Série	108

6.3.3.2.3. Disciplinas da 3ª Série	127
6.3.4 Atendimento ao Discente	125
7. PRAZO MÁXIMO PARA CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE CONCLUSÃO DO CURSO	134
8. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	136
9. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	137
10. AVALIAÇÃO	138
10.1. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	138
10.2. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	139
10.3 REGIME DE PROGRESSÃO PARCIAL (DEPENDÊNCIA)	142
11. AÇÕES DE PESQUISA E EXTENSÃO VINCULADAS AO CURSO	143
11.1. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS	143
11.2. INICIAÇÃO CIENTÍFICA	143
11.3 EXTENSÃO	145
12. ESTÁGIO SUPERVISIONADO	146
13. CERTIFICADOS E DIPLOMAS	149
14. PERFIL DE COORDENADOR DE CURSO, CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	150
14.1. CORPO DOCENTE	151
14.2. CORPO TÉCNICO	161
15. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA	175
15.1. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA	175
15.2. ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS	175
15.3. ÁREAS DE ESTUDO GERAL	176
15.4. ÁREAS DE ESPORTES E VIVÊNCIA	177
15.5. ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE	178
15.6. ÁREAS DE APOIO	179
15.7 SETORES DE CAMPO	179
16. PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO	180
17. REFERÊNCIAS	181

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio	
Eixo Tecnológico: Ambiente e saúde	
Habilitação: Técnico em meio Ambiente	
Carga Horária do curso (sem estágio): 3.000 horas	
Estágio: () obrigatório (X) não-obrigatório Carga horária do Estágio: 100 horas	
Carga horária total do curso (com estágio e Optativa de Espanhol): 3.166 horas	
Periodicidade da oferta: (X) anual () semestral - () 1º Semestre () 2º Semestre	
Forma de oferta do curso: (X) Regime seriado anual: semestre () Regime seriado semestral () Regime de créditos	
Número de alunos por turma: 40 (turma única) Quantitativo total de vagas: 40 vagas anuais	
Turno: Integral	
Local de Funcionamento: Campus Santa Teresa - Rodovia Armando Martinelli, km 93 - São João de Petrópolis - Santa Teresa/ES - CEP: 29.660-000	
Forma de oferta: Integrado	
Modalidade: Presencial (oferta a partir de 2025)	
HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E REFORMULAÇÃO	
Criação / Reformulação	Data de implementação do PPC e Resolução do Consup
Criação (conferir)	2010 (Res. do Conselho Superior nº 14/2012 (Revogada pela Res. CS nº 130/2016)
Implementação	2011
1ª Reformulação	2023 - para oferta em 2025

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1. APRESENTAÇÃO GERAL

2.1.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

Verifica-se uma trajetória diferenciada dentre os campi que, desde 2008, formam o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). Há os de característica urbana, bem como os de característica rural. O Ifes Resulta, então, da união das unidades do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFETES) e das Escolas Agrotécnicas Federais. Mantendo a qualidade da oferta de seus campi, o Ifes promove educação profissional pública de excelência, considerando sempre a integração entre ensino, pesquisa e extensão, visando à construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável.

O Ifes oferta cursos de diferentes níveis: do técnico ao doutorado. Atualmente, somam-se 98 (noventa e oito) cursos técnicos, 66 (sessenta e seis) cursos de graduação, 34 (trinta e quatro) cursos de pós-graduação em nível de especialização e aperfeiçoamento, 12 (doze) cursos de mestrado e 1 (um) curso de doutorado profissional. Para tal, o Ifes está presente em todas as microrregiões do Estado, contando com 22 campi em funcionamento, incluindo o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor). Possui, ainda, 49 (quarenta e nove) polos de educação a distância no Estado, o Polo de Inovação e a Cidade da Inovação.

2.1.2. O Campus Santa Teresa

O Campus Santa Teresa do Ifes tem um histórico rico com diferentes características de oferta educacional, conforme se verifica a partir das alterações ocorridas ao longo do tempo.

A Escola Prática de Agricultura (EPA) foi criada durante a interventoria de João Punaro Bley, no contexto do Estado Novo (1937-1945) comandado pelo presidente Getúlio Vargas. Uma personagem menos conhecida teve papel fundamental na concepção da Escola: Enrico Ildebrando Aurélio Ruschi, então chefe do Departamento Geral de Agricultura, Terras e Obras do Espírito Santo, que, em 1940, encaminha uma exposição de motivos para apreciação do interventor federal. Ruschi, àquela época, indicava a necessidade da criação de uma escola, no Estado, na qual os filhos dos produtores agrícolas menos privilegiados ou mesmo eles próprios tivessem a oportunidade de realizar um curso rápido com o objetivo de alcançar melhorias no desempenho de suas atividades. Buscava-se, então, orientações práticas para tornar os homens mais práticos na realização da agricultura daquele momento da história.

O projeto idealizado por Ruschi alcançou aprovação. Após a escolha do local para a implantação da nova escola, foram adquiridas a antiga fazenda da família Pagani e sua usina hidrelétrica, situadas no distrito de São João de Petrópolis, município de Santa Teresa. A área inicial foi incorporada a pequenas propriedades adquiridas por desapropriação, somando-se, ao final, 626 hectares, tornando-se o maior estabelecimento rural da região. Nesse período destaca-se o início da realização da Semana do Lavrador, evento de caráter extensionista que marcaria a memória de estudantes e servidores, bem como da comunidade do entorno.

O excedente da produção da EPA passou a ser comercializado pelos estudantes organizados enquanto Cooperativa-Escola. O cooperativismo cumpria importante tarefa na formação dos alunos e na autossuficiência da instituição. Passando por transformações de natureza jurídica e administrativa a Cooperativa-Escola se manteve ativa até o ano de 2006.

Durante essa primeira fase da história da instituição foi aprovada no Brasil a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, com o Decreto-Lei nº 9.613, de 20/08/1946, que, acompanhado pelos artigos 2º e 4º do Decreto Federal nº 22.470, de 20/01/1947, indicava que as escolas agrícolas deveriam funcionar em regime de internato, visto que nelas seriam ofertadas as quatro séries do 1º ciclo (Ginásio Agrícola) e as três séries do 2º ciclo, garantindo a certificação de Técnico em Agricultura. A citada Lei consolida uma série de reformas que foram gestadas e implementadas parcialmente durante o Estado Novo.

Em 1948, após um acordo entre Estado e União, a gestão da EPA passou para a ser feita pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura. Ocorreu, assim, a primeira mudança no nome da instituição, passando a ser Escola Agrotécnica do Espírito Santo, seguindo orientação da nova legislação para o ensino agrícola no país. Intensificaram-se as atividades de extensão com diversos eventos voltados para a comunidade rural capixaba: Semana do Lavrador, do Cafeicultor Capixaba, Feminina Ruralista, dentre muitos outros eventos. Nessa fase também foi criado o periódico denominado *O Cultivador*. Em 1952, inicia-se o curso Técnico em Agricultura que, passando por nomenclaturas e reorganizações diversas, continua sendo ofertado como Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

Em 1956 ocorreu nova alteração no nome da instituição, que passou a se chamar Escola Agrotécnica de Santa Teresa. Logo após, entrou “no ar” a rádio *A Voz da Lavoura*, administrada pela instituição, localizada, à época, no térreo do atual Prédio Central. A Escola diversificava suas atividades de ensino, a exemplo da oferta de curso para formação de tratoristas, tornando-se importante referência para a região.

Em virtude de nova modificação na legislação, em 1964 houve outra alteração: a criação do Colégio Agrícola de Santa Teresa, que passou a certificar Técnicos Agrícolas após realização de três séries do Segundo Ciclo Ginásial. Em 1967, a coordenação do ensino agrícola do país foi transferida para o Ministério da Educação. Em 1973 foi criada a Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI), órgão com autonomia administrativa e financeira, responsável pela condução das diretrizes do ensino agrícola no país. No modelo de escola-fazenda, os estudantes passaram a produzir diferentes culturas nas Unidades Educativas de Produção (UEPs), sendo os produtos destinados à cooperativa-escola para comercialização.

Em 1979, o Colégio Agrícola passa a se chamar Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa (EAFST), permanecendo subordinada à COAGRI até a extinção desta em 1985, quando a Escola passou a ser gerida pela Secretaria de Ensino de 2º Grau. Nessa fase, diversificaram-se os cursos ofertados pela instituição e se consolidou a sigla EAFST, ainda hoje utilizada por muitos moradores da região, assim como por ex-alunos e seus familiares. A EAFST tornou-se uma autarquia em 1993, com garantias de autonomia didática e disciplinar, assim como orçamento próprio.

Com o advento da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, veio a última mudança: foram criados os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs) no Brasil. No Espírito Santo, as Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) e os Centros Federais de Educação Tecnológica do Espírito Santo (CEFETES) se uniram para a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). A extinta EAFST torna-se o Campus Santa Teresa. Desde então, essa instituição octogenária oferece cursos de níveis técnico (integrados ao ensino médio), superior e de pós-graduação Lato Sensu, além de cursos demandados, a exemplo do primeiro Curso Técnico em Agroecologia Subsequente ao Ensino Médio. Além do ensino, atua também na pesquisa aplicada, especialmente na área das ciências agrárias e busca a manutenção e o fortalecimento de sua missão extensionista iniciada na década de 1940.

Atualmente, o Campus Santa Teresa oferta os cursos de Bacharelado em Agronomia, Licenciatura em Ciências Biológicas, Tecnólogo em Sistemas para Internet, cursos técnicos integrados ao ensino médio em Agropecuária, Informática para Internet e Meio Ambiente, Curso Técnico Subsequente em Agroecologia (demanda), Pós-Graduações e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

2.2. APRESENTAÇÃO DO CURSO

O presente documento constitui a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio, ofertado na modalidade presencial, do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde, autorizado pelo Conselho Superior por meio da Resolução nº 130, de 05/08/2016, que revoga a Resolução do Conselho Superior nº 14, de 07/05/2012. Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) se propõe contextualizar e definir as diretrizes pedagógicas para a reformulação do Curso vigente, no âmbito do Ifes Campus Santa Teresa.

Trata-se de uma proposta de organização curricular orientada por fundamentos filosóficos humanistas, o que significa a presunção de uma *práxis* educativa voltada para a integralidade humana, para uma formação omnilateral, observando-se sua condição de indivíduo, de coletividade, de racionalidade e de sensibilidade. Assim, o PPC é o documento que confere ao Curso um direcionamento a partir de suas especificidades e singularidades, com o intuito de apresentar, de forma clara e objetiva, a justificativa de implantação e de funcionamento do mesmo, bem como apontar diretrizes que levem à observação de suas prioridades e estratégias de trabalho.

O PPC é orientado pelas bases legais da Educação Profissional e Tecnológica Brasileira (EPT), explicitadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394, de 20/12/1996, suas atualizações e demais documentos normativos que organizam a Educação Profissional brasileira, mais especificamente a que se refere à Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Também se orienta nas decisões institucionais explicitadas no Regulamento da Organização Didática (ROD) do Ifes, aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 65, de 30/12/19. Desta feita, o Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio do Ifes Campus Santa Teresa almeja “uma formação que permita a mudança de perspectiva de vida por parte do discente; a compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual ele faz parte; a ampliação de sua leitura de mundo e a participação efetiva nos processos sociais” (BRASIL, 2006, p. 5). Visa-se, com isso, conferir uma formação humana em que o objetivo do ensino profissionalizante não tenha uma finalidade em si, nem seja orientado meramente por interesses apontados pelo mercado de trabalho, mas que possibilite a construção de projetos de vida pelos estudantes (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

O presente PPC, portanto, traz em seu bojo os pressupostos que basilar a proposta do Curso, sendo estes de ordem teórica, metodológica e didático-pedagógica, em consonância com a normativa que define a estrutura dos PPCs dos cursos técnicos ofertados no âmbito do Ifes. Este Projeto explicita os princípios, as categorias e os conceitos que possibilitarão a materialização dos processos de ensino e aprendizagem propostos.

O PPC do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio, na modalidade presencial, do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde encontra respaldo nas determinações legais como as citadas abaixo:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto - artigos 205 a 214);
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN) e suas atualizações - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Resolução CNE/CEB nº 3, de 26 de junho de 1998 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- Resolução CNE/CEB nº 4, de 8 de dezembro de 1999 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;
- NBR 9050:2004, de 31 de maio de 2004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Parecer CNE/CEB nº 7, de 7 de abril de 2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Básica;
- Parecer CNE/CEB nº 5, de 5 de maio de 2011 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- Parecer CNE/CEB nº 11, de 9 de maio de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2-2024/1 do Ifes (PDI);
- Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

2.3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL OBRIGATÓRIA

2.3.1. Documentos fundamentais

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto - artigos 205 a 214);
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências;
- NBR 9050:2004, de 31 de maio de 2004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Parecer CNE/CEB nº 7, de 7 de abril de 2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica;
- Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2-2024/1 do Ifes (PDI);
- Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do Ifes - 2019/2 a 2024/1;
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020 - Disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio para orientar e informar as instituições de ensino, os estudantes, as empresas e a sociedade em geral. 4ª edição - Atualização em 23/03/2023. (Ocupação CBO Associada - 3115-05 Técnico em Controle de Meio Ambiente).

2.3.2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN) - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

2.3.3. Plano Nacional de Educação (PNE)

- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

2.3.4. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

- Resolução CNE/CEB nº 4, de 6 de junho de 2012 - Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos;
- Parecer CNE/CEB nº 8, de 9 de outubro de 2014 - Atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e reexame do Parecer CNE/CEB nº 2/2014, contendo orientações quanto à oferta de cursos técnicos em caráter experimental;

- Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014 - Atualiza e define novos critérios para a composição do CNCT, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de EPT quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no artigo 81 da LDBEN nº 9.394/1996 e nos termos do artigo 19 da resolução CNE/CEB nº 06/2012;
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020 - Disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio para orientar e informar as instituições de ensino, os estudantes, as empresas e a sociedade em geral. 4ª edição - Atualização em 23/03/2023.

2.3.5. Educação Profissional Técnica de Nível Médio

- Parecer CNE/CEB nº 17, de 3 de dezembro de 1997 - Diretrizes operacionais para a educação profissional, em nível nacional;
- Parecer CNE/CEB nº 16, de 05 de outubro de 1999 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;
- Resolução CNE/CEB nº 4, de 8 de dezembro de 1999 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;
- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 - Regulamenta o § 2º do artigo 36 e artigo 39 a 41 da LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências;
- Parecer CNE/CEB nº 39, de 8 de dezembro de 2004 - Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio;
- Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008 - Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da EPT de Nível Médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica;
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências;

- Parecer CNE/CEB nº 11, de 9 de maio de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Parecer CNE/CEB nº 11, de 4 de setembro de 2012 - Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Parecer CNE/CEB nº 10, de 5 de novembro de 2014 - Revisão da redação do artigo 28 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, à luz da redação do Parecer CNE/CEB nº 11/2012;
- Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Parecer CNE/CP nº 17, de 10 de novembro de 2020 - Reanálise do Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

2.3.6. Estágio Curricular Supervisionado

- Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004 - Estabelece as Diretrizes Nacionais para a organização e realização do Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos;
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 04 de abril de 2005 - Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação;
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1966; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de

dezembro de 1977 e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do artigo 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e o artigo 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001 e dá outras providências;

- Parecer CNE/CEB nº 1, de 24 de janeiro de 2018 - Consulta sobre estágio supervisionado na Educação Profissional.

2.3.7. Cursos Técnicos Integrados

- Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

2.3.8. Ensino Médio

- Parecer CNE/CEB nº 15, de 1 de junho de 1998 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- Resolução CNE/CEB nº 3, de 26 de junho de 1998 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de fevereiro de 2005 - Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004;
- Resolução CNE/CEB nº 4, de 27 de outubro de 2005 - Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB nº 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004;
- Resolução CNE/CEB nº 4, de 16 de agosto de 2006 - Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007 - Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências;
- Parecer CNE/CEB nº 7, de 7 de abril de 2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

- Parecer CNE/CEB nº 11, de 7 de julho de 2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;
- Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 - Define as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica;
- Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010 - Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;
- Parecer CNE/CEB nº 5, de 5 de maio de 2011 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- Parecer CNE/CP nº 15, de 15 de dezembro de 2017 - Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da BNCC, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica;
- Parecer CNE/CEB nº 3, de 8 de novembro de 2018 - Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, observadas as alterações introduzidas na LDB pela Lei nº 13.415/2017;
- Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018 - Atualiza as Diretrizes curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- Parecer CNE/CP nº 15, de 4 de dezembro de 2018 - Instituição da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) e orientação aos sistemas de ensino e às instituições e redes escolares para sua implementação, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, nos termos do artigo 211 da Constituição Federal e artigo 8º da Lei nº 9.394/1996 (LDB);
- Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018 - Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017.

2.3.9. História e Cultura Afro-Brasileira

- Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 - Altera a Lei nº 9.393/96 e inclui no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”;

- Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Parecer CNE/CEB nº 2, de 31 de janeiro de 2007 - Parecer quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

2.3.10. Sociologia e Filosofia

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - artigo 35º- A, § 2º (redação dada pela Lei nº 13.415/2017) - “a Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia”;
- Parecer CNE/CEB nº 38, de 7 de julho de 2006 - Inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio;
- Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008 - Altera o artigo 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio;
- Parecer CNE/CEB nº 22, de 8 de outubro de 2008 - Consulta sobre a implementação das disciplinas Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio;
- Resolução CNE/CEB nº 1, de 15 de maio de 2009 - Dispõe sobre a implementação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio, a partir da edição da Lei nº 11.684/2008, que alterou a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

2.3.11. Língua Espanhola

- Parecer CNE/CEB nº 18, de 8 de agosto de 2007 - Esclarecimentos para a implementação da Língua Espanhola como obrigatória no Ensino Médio, conforme dispõe a Lei nº 11.161/2005;

- Parecer CNE/CEB nº 15, de 9 de dezembro de 2015 - Orientação aos sistemas de ensino quanto à implementação da Lei nº 11.161/2005, que dispõe sobre o ensino da língua espanhola;
- Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 - Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
- Parecer CNE/CEB nº 6, de 6 de outubro de 2022 - Institui diretrizes para a oferta preferencial de Língua Espanhola em caráter optativo no Ensino Médio.

2.3.12. Língua Inglesa

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - artigo 35-A, § 4º (redação dada pela Lei nº 13.415/2017) - “Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino”.

2.3.13. Ensino de Arte

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - artigo 35º-A, § 2º (redação dada pela Lei nº 13.415/2017) - “a Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia”;
- Lei nº 12.287, de 13 de julho de 2010 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no tocante ao ensino da Arte, e o artigo 26º, § 2º, da Lei nº 9.394/1996 (redação dada pela Lei nº 13.415/2017) - dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da Arte, especialmente em suas expressões regionais, como componente curricular obrigatório da Educação Básica.

2.3.14. Educação Física

- Lei nº 10.793, de 1 de dezembro de 2003 - Altera a redação do artigo 26, § 3º, e do artigo 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências;

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - artigo 35º-A, § 2º (redação dada pela Lei nº 13.415/2017) - “a Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia”.

2.3.15. Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso

- Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 - Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências;
- Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências - Atualizada pela Lei nº 10.741, de 22 de julho de 2022 - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente).

2.3.16. Educação Ambiental

- Âmbito federal

- Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 - Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências;
- Lei nº 6.803, de 02 de julho de 1980 - Alterada pela Lei 7.804/89. Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências;
- Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981 - Regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências;
- Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
- Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 - Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências;
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 - Alterada pela Lei 11.516/07. Alterada pela Lei 7.957/89. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências;

- Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 - Alterada pela Lei 9.974/00. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências;
- Lei nº 7.805 de 18 de julho de 1989 - Regulamenta as atividades garimpeiras;
- Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Alterada pela Lei 13.158/15. Alterada pela Lei 12.805/13. Alterada pela Lei 10.990/04. Alterada pela Lei 10.298/01. Alterada pela Lei 10.246/01. Alterada pela Lei 10.327/01. Alterada pela Lei 10.228/01. Alterada pela Lei 9.712/98. Alterada pela Lei 9.272/96. Alterada pela Lei 11.718/08. Alterada pela Lei 11.775/08. Alterada pela Lei 12.058/09. Dispõe sobre a política agrícola;
- Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o Inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal, e altera o artigo 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989;
- Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e dá outras providências;
- Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências;
- Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006 - Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis ns. 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências;
- Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de

junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências;

- Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 - Institui a política nacional de resíduos sólidos; altera a lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências;
- Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a medida provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;
- Parecer CNE/CP nº 14, de 6 de junho de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 - Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

- Âmbito estadual

- Lei Estadual nº 7.058, de 18 de janeiro de 2002 - Dispõe sobre a fiscalização, infrações e penalidades relativas à proteção ao meio ambiente na Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente;
- Lei Complementar Estadual nº 248, de 28 de junho de 2002 - Cria o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), e dá outras providências;
- Lei nº 9.265, de 15 de julho de 2009 - Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Lei Estadual nº 9.685, de 23 de agosto de 2011 - Altera dispositivos da Lei nº 7.058, de 18/1/2002;
- Resolução Cerh nº 5, de 7 de julho de 2005 - Estabelece critérios gerais sobre a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos de domínio do Estado do Espírito Santo;

- Resolução Consema nº 1, de 19 de março de 2008 - Dispõe sobre a redefinição dos procedimentos para o licenciamento ambiental dos empreendimentos enquadrados como classe simplificada tipo “S” nos termos da legislação em vigor;
- Resolução Consema nº 3, de 7 de maio de 2009 - Estabelece os critérios e procedimentos para expedição da licença ambiental de operação de 6 anos e suas respectivas renovações;
- Resolução Consema nº 1, de 30 de junho de 2010 - Revoga a Resolução Consema nº 1/2007, mantendo vigente apenas seu Anexo Único, até que seja atualizado por meio de Instrução Normativa do Iema, estabelecendo novas diretrizes para o exercício do Licenciamento Ambiental Municipal, e dá outras providências. Alterada pela Resolução Consema nº 5/2012;
- Resolução Consema nº 1, de 27 de julho de 2011 - Considera como instrumento hábil à delegação de competência aos municípios habilitados para fazer o licenciamento ambiental municipal das atividades que ultrapassem o porte previsto na Resolução nº 1/2010, ou as situadas em área de preservação permanente;
- Resolução Consema nº 1, de 8 de fevereiro de 2012 - Altera o artigo 4º da Resolução Consema nº 1/2008;
- Resolução Consema nº 5, de 17 de agosto de 2012 - Define a tipologia das atividades ou empreendimentos considerados de impacto ambiental local e dá outras providências;
- Decreto Estadual nº 1.777-R, de 8 de janeiro de 2007 - Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradadoras do Meio Ambiente, denominado Silcap, alterado pelo Decreto nº 1972-R, de 26 de novembro de 2007;
- Decreto Estadual nº 1.972-R de 26 de novembro de 2007 - Altera dispositivos do Decreto nº 1.777-R, de 8 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradadoras do Meio Ambiente, denominado Silcap;
- Decreto Estadual nº 2.809-R, de 21 de julho de 2011 - Altera dispositivos do Decreto nº 1.777-R, de 8/1/2007, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradadoras do Meio Ambiente (Silcap);
- Decreto Estadual nº 3623-R, de 4 de agosto de 2014 - Regulamenta o licenciamento ambiental de barragens para fins agropecuários e/ou usos múltiplos no estado;

- Instrução Normativa lema nº 19, de 4 de outubro de 2005 - Estabelece procedimentos administrativos e critérios técnicos referentes à outorga de direito de uso de recursos hídricos em corpos de água do domínio do estado do Espírito Santo;
- Instrução Normativa lema nº 12, de 18 de setembro de 2008 - Dispõe sobre a classificação de empreendimentos e definição dos procedimentos relacionados ao licenciamento ambiental simplificado;
- Instrução Normativa lema nº 14, de 1º de dezembro de 2008 - Dispõe sobre os procedimentos relacionados ao licenciamento ambiental de coleta e transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos e resíduos de serviços de saúde;
- Instrução Normativa lema nº 10, de 28 de dezembro de 2010 - Dispõe sobre o enquadramento das atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras do meio ambiente, com obrigatoriedade de licenciamento ambiental no lema e sua classificação quanto ao potencial poluidor e porte. Retificada pela Instrução Normativa nº 2, de 12 de janeiro de 2011;
- Instrução Normativa Idaf nº 4, de 9 de maio de 2011 - Institui as normas e procedimentos que regulam, em todo território do estado do Espírito Santo, o licenciamento ambiental a ser realizado pelo Idaf, nas tipologias discriminadas no Decreto nº 2055-R, de 14 de maio de 2008, enquadradas nas classes simplificada I e II.

2.3.17. Educação para o Trânsito

- Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

2.3.18. Educação em Direitos Humanos

- Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 - Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências;
- Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012 - Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 - Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

2.3.19. Prevenção da violência contra a mulher

- Lei n.º 14.164 de 10 de junho de 2021 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.

2.3.20. Estatuto da Juventude

Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

2.3.21. Promoção da cultura da paz

Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018 - Altera o artigo 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.

2.3.22. História e cultura dos povos indígenas

- Parecer CNE/CEB nº 14, de 11 de novembro de 2015 - Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008.

2.3.23. Guarda Religiosa

- Lei nº 13.796, de 3 de janeiro de 2019 - Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para fixar, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa.

2.3.24. Exibição de filmes na Educação Básica

Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014 - Acrescenta § 8º ao artigo 26 da Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.

2.3.25. Atendimento Domiciliar

- Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969 - Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica;
- Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975 - Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969 e dá outras providências;
- Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1966 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado.

2.3.26. Ações inclusivas e atendimento a necessidades específicas

- Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969 - Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica;
- Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 - Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências;
- Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências;
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Parecer CNE/CEB nº 17, de 3 de julho de 2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica;
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica;
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências;
- Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro

de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 - Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial;
- Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 - Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003;
- Decreto nº 7.611, de 18 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências;
- Parecer CNE/CEB nº 11, de 09 de maio de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do artigo 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016 - Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino;
- Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018 - Altera o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

2.3.27. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências.

2.3.28. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

- Lei nº 13.415, de 16 fevereiro de 2017 - Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

2.3.29. Educação Alimentar e Nutricional

- Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, nº 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, e dá outras providências;

- Resolução CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

- Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

- Resolução CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015 - Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução CD/FNDE, nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

- Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.

2.3.30. Assistência Estudantil

- Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

2.3.31. Resoluções Internas - Ifes e Campus Santa Teresa

- Resolução CS nº 11, de 16 de abril de 2010 - Aprova a regulamentação dos estágios dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do Ifes;
- Resolução CS nº 19, de 9 de maio de 2011 - Aprova a Política de Assistência Estudantil do Ifes;
- Resolução CS nº 71, de 8 de dezembro de 2011 - Altera a redação do subitem 9.2.1.3 do anexo I da Resolução CS nº 19/2011, que aprova a política de assistência estudantil do ifes;
- Resolução CS nº 11, de 4 de maio de 2015 - Normatiza os procedimentos para trâmite de Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos;
- Resolução CS nº 130, de 5 de agosto de 2016 - Revoga a Resolução do Conselho Superior nº 14, de 7 de maio de 2012;
- Resolução CS n.º 202, de 9 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre a Instituição da Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais do Instituto Federal do Espírito Santo;
- Resolução CS nº 55, de 19 de dezembro de 2017 - Institui os procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação de discentes com necessidades específicas do Ifes;
- Resolução CS nº 19, de 13 de julho de 2018 - Altera a Resolução nº 55/2017 de 19/12/2017, que institui os procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação de alunos com necessidades específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Ifes;
- Resolução CS nº 58, de 17 de dezembro de 2018 - Regulamenta os estágios dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes);
- Resolução nº 002-2019-CG, de 07 de março de 2019 - Aprova as Diretrizes da Política de Assistência Estudantil do Ifes Campus Santa Teresa para a concessão do Auxílio Alimentação, do Auxílio Transporte e do Auxílio Moradia no ano de 2019;
- Resolução CS nº 48, de 6 de dezembro de 2019 - Aprova o Plano de Desenvolvimento institucional (PDI) do Ifes referente ao período 2019/2 - 2024/1;

- Resolução CS nº 65, de 30 de dezembro de 2019 - Homologa o Regulamento da Organização Didática dos Cursos Técnicos do Instituto Federal do Espírito Santo.

2.3.32. Portarias Internas - Ifes

- Portaria nº 1.896, de 8 de julho de 2016 - Aprova o Código de Ética e Disciplina do Corpo Discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes);
- Portaria nº 972, de 16 de junho de 2021 - Normatiza a oferta de recuperação paralela e de recuperação final em cursos técnicos de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

Considerando a ampla legislação que alcança tanto o território estadual quando o nacional, as perspectivas do Curso ora em reformulação se voltam para uma educação sustentável abordando diversos conceitos considerados fundamentais para a sustentabilidade. A partir e para além da legislação em vigor são propostos tópicos que visam o desenvolvimento de uma consciência ampla acerca da preservação do patrimônio natural e nossa responsabilidade enquanto cidadãos teresenses e do mundo.

Ao propormos tratar de meio ambiente e sua preservação, definimos por partir de um pressuposto que abrange um olhar cuidadoso para direitos, deveres e as responsabilidades que estes trazem em seu bojo. Destarte, chega-se a pontos de reflexão mais holistas que requerem interlocução entre múltiplas esferas da sociedade. Esta proposta de reformulação encontra-se, então, consonante com os princípios legais, filosóficos, pedagógicos e didático-metodológicos que traçam as diretrizes organizacionais da oferta de ensino pelo Ifes. Reforçando a necessidade de oferta do Curso ora em reformulação estão os dados constantes da PNP.

2.4. PRINCÍPIOS E FINALIDADES

O Ifes constitui-se em uma autarquia instituída pelo Governo Federal com o advento da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, sendo uma instituição especializada na oferta de EPT, nos níveis Médio e Superior de educação e diferentes modalidades de ensino.

Vinculado ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, é uma instituição que possui natureza jurídica de autarquia, que mantém autonomia administrativa, patrimonial e financeira, bem como didático-pedagógica e disciplinar. No que se refere ao alcance das disposições legais que regulam, avaliam e supervisionam a instituição e os cursos de educação superior, o Ifes se equipara às universidades federais.

Atendendo à legislação nacional vigente e a questões socioeconômicas que permeiam o espaço local onde se encontra inserido, o Campus Santa Teresa tem concentrado sua atuação no estímulo ao desenvolvimento local e regional por meio da produção, desenvolvimento e transferência de tecnologias, bem como da oferta de cursos de nível médio e superior, sendo aqueles verticalizados para o nível superior, na busca de atender demandas regionais. Contribui para o desenvolvimento sociocultural e econômico da região ofertando também cursos de pós-graduação Lato Sensu e FIC, observando sempre a pluralidade cultural que o envolve, a busca pela integração social e novas formas de enriquecimento dos processos de ensino e aprendizagem.

O Campus estimula o empreendedorismo, o cooperativismo e a pesquisa aplicada, conforme estabelecido pela lei de criação dos Institutos em seu artigo 6º, inciso VIII, que dita “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico” (BRASIL, 2008).

De acordo com o artigo 7º da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, os Institutos Federais têm por objetivos:

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada em todos os níveis e modalidades, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, nas áreas da educação, ciência e tecnologia;
- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à sociedade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI. ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação de conhecimentos educacionais, científicos e tecnológicos (BRASIL, 2008).

Por meio dos cursos ofertados e das ações de pesquisa e extensão, o Campus visa à difusão de conhecimentos que contribuam para a economia regional possibilitando uma formação importante para diferentes grupos sociais e desenvolve atividades didático-pedagógicas que comportam o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão.

No que se refere ao Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio, o eixo de Tecnológico Ambiente e Saúde está diretamente relacionado a tecnologias concatenadas com a melhoria da qualidade de vida, bem como à preservação e utilização dos bens naturais de maneira consciente e parcimoniosa. Incorpora ainda ações voltadas à proteção e preservação dos diferentes biomas, da biodiversidade e dos recursos ambientais, do controle e avaliação de riscos ambientais, bem como o desenvolvimento de programas de educação ambiental.

Tendo-se por marco orientador deste Projeto de Reformulação de Curso a proposta explicitada nos objetivos desta instituição de ensino e na concepção de educação como prática social, os quais se materializam na função social do Ifes, a expectativa que se tem com a oferta do citado Curso é a de promover educação tanto de cunho científico quanto tecnológico e humanístico, visando à formação de cidadãos-profissionais crítico-reflexivos, competentes técnica e eticamente, bem como comprometidos com as transformações sociopolíticas e culturais e o desenvolvimento sustentável.

3. JUSTIFICATIVA

Segundo a Carta Magna de 1988, em seu artigo 205, bem como o artigo 2º da LDBEN (BRASIL,1996), a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, assim como seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Com base nessa diretiva, o Campus Santa Teresa define como missão promover educação profissional pública de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão para a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável o que se concretiza com a oferta de EPT gratuita e de qualidade.

É sabido que, a partir da década de 1990, com o advento da publicação da LDBEN nº 9.394, de 20/12/1996, a EPT passou por diversas transformações no que tange às suas diretrizes filosóficas e pedagógicas, conquistando, dessa forma, um espaço delimitado no bojo da própria Lei, passando a se configurar como uma modalidade da educação nacional.

Em 2008, as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, passaram por uma reestruturação com o intuito de se tornarem uma rede nacional pública de EPT com instituições educacionais vinculadas aos denominados IFs. O objetivo é ofertar EPT de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, atendendo aos concluintes do Ensino Fundamental e o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA), como definido no artigo 7º, Inciso I da Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Verificando-se o texto da mesma Lei, em sua Seção III, artigo 7º, tem-se que é atribuída aos IFs a responsabilidade pela oferta da EPT, sendo àqueles garantida a autonomia para criação de cursos desta natureza. Desta feita, a proposta do Campus Santa Teresa observa o PDI - 2019/1 a 2024/2, no que se refere ao atendimento da demanda de desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Os cursos ofertados estão diretamente relacionados ao atendimento das diretrizes nacionais, observando os princípios de contextualização postos, tendo-se por foco a realidade das demandas forjadas na organização social local.

Para elaboração desta proposta acredita-se que as demandas educacionais não se encontram e nem poderiam ser tratadas de maneira isolada de outros fatores sociais, pois estas implicam diretamente no contexto local no âmbito das questões econômicas e sociopolíticas que determinam a realidade. A proposta de oferta de um curso renovado objetiva, então, contribuir mais efetivamente para a transformação da realidade local.

A oferta de um curso técnico do eixo de Tecnológico Ambiente e Saúde para atender ao município de Santa Teresa e arredores está respaldada na diversificação de atividades econômicas desenvolvidas na região. O município é situado na Mesorregião Central Espírito-santense, Microrregião Central Serrana do Estado do Espírito Santo, sob latitude 19°56'12''S e longitude 40°35'28''W. Subdivide-se em seis distritos: Santa Teresa (Sede), Alto Santa Maria, Santo Antônio do Canaã, São João de Petrópolis, Vinte e Cinco de Julho e Alto Caldeirão. Ao Norte, faz fronteira com o município de São Roque do Canaã, ao Sul, com os municípios de Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina, a Leste, com os municípios de João Neiva, Ibraçu e Fundão e a Oeste, com os municípios de Itarana e Itaguaçu. Integra a Região Turística dos Imigrantes, composta por oito Municípios: Ibraçu, Itaguaçu, Itarana, João Neiva, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa e São Roque do Canaã.

O município de Santa Teresa possui uma área de 694,532 km² (1,51% do território estadual); está situado a 78 km de Vitória, capital do Estado, sentido Norte, estando a sede localizada a 675 metros acima do nível do mar. Tem o privilégio de ter 38% de seu território composto por Mata Atlântica, sendo preservada por meio da Reserva Biológica de Augusto Ruschi, da Estação Biológica de Santa Lúcia e do Parque Municipal de São Lourenço. Também possui uma exuberante biodiversidade, estando cercado por montanhas (PREFEITURA MUNICIPAL, 2022).

Inicialmente, sua base econômica, influenciada pelos imigrantes europeus, era baseada na policultura, com predomínio do café, do milho e da mandioca. Na Região Serrana, a avicultura e a sericultura traziam resultados satisfatórios. Com o passar do tempo, a cafeicultura trouxe resultados mais compensadores, se tornando a principal atividade agrícola na região (PREFEITURA MUNICIPAL, 2008).

Atualmente, observa-se uma ocupação da área do município com 50% (cinquenta por cento) atendendo atividades voltadas para a agricultura. Desses, 38% (trinta e oito por cento) são direcionados para a agropecuária e 12% (doze por cento) para florestas econômicas. 38% (trinta e oito por cento) da área está coberta por matas nativas e capoeiras em regeneração (Mata Atlântica de Montanha); 8% (oito por cento) são áreas inaproveitáveis formadas por pedras e afloramentos de rocha e 4% (quatro por cento) são dirigidos a outros usos, sendo áreas urbanas, estradas, rios e construções (PREFEITURA MUNICIPAL, 2022).

No tocante aos recursos hídricos, em virtude do relevo, o município teresense, onde se localiza o Campus Santa Teresa, não conta com grandes extensões, contudo, seus rios são encachoeirados e com quedas d'água. Os principais rios são Timbuí, Santa Maria do Rio Doce, Reis Magos, Lombardia, Saltinho e Córrego das Andorinhas, este último em propriedade particular. O município de Santa

Teresa passou a receber, no decorrer dos anos, a instalação de indústrias e fábricas de cunho familiar ou empresarial que incrementam a cadeia produtiva da região. Tem-se desde fábricas de biscoitos até cerâmicas e produtos laticínios. Nesse sentido, o Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio, dentro da perspectiva de organização do Ifes, visa ofertar uma formação ampla que permita, a um só tempo, habilitar mão de obra especializada em questões ambientais com interconexão a partir dos macrocampos da ciência, tecnologia, trabalho e cultura, bem como fortalecer os laços dos educandos com a responsabilidade social e cidadã para com o uso consciente dos recursos naturais.

Faz-se mister entender que há décadas a humanidade vem se vendo frente a questões ambientais e estas, por sua vez, têm aumentado em número e magnitude numa escala global, o que vem mobilizando diversos países no sentido de discutir propostas que revejam os ideais empresariais/industriais da contemporaneidade.

As técnicas de uso sustentável de recursos naturais, dentre outros, têm proporcionado avanços significativos em relação à agropecuária e à indústria. A formação técnica em Meio Ambiente é, indiscutivelmente, promissora no tocante à conservação e utilização da biodiversidade, como também por alcançar diferentes setores da economia, como o agronegócio e a indústria farmacêutica. Adicionalmente, as empresas especializadas e de controle ambiental demandam um corpo técnico qualificado e competente para as diferentes áreas envolvidas na execução dos processos ambientais, o que ilustra a importância de cursos técnicos nesta área.

Diferentes sistemas produtivos que envolvem pequenos, médios ou grandes produtores têm despontado e a questão ambiental é crucial para o desenvolvimento dos meios urbano e rural a partir de suas peculiaridades. Questões sociais, ambientais, produtivas, gerenciais e desenvolvimentistas têm se mantido indissociáveis nos últimos anos. A competitividade avança no sentido oposto ao da preservação e uso consciente dos recursos naturais. Contudo, de forma controversa, para uma maior produtividade, há que se compreender o meio ambiente como fundamental para que o próprio mercado sobreviva. Observa-se aí a importância do trabalho de um técnico na área para a verificação dos custos ambientais existentes, o que envolve a oportunidade de alcance de lucro e ganho corporativo ao se observar e gerenciar de forma racional os recursos naturais.

A atividade profissional do Técnico em Meio Ambiente requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo de preservação, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura, do trabalho como princípio educativo e a mobilização dos

valores necessários à tomada de decisões. Isto posto, visa-se um aprendizado que poderá, também, colaborar para a difusão de novas tecnologias.

No tocante à formação técnica, justifica-se a necessidade de prover o mundo do trabalho com um profissional detentor de formação específica no campo ambiental, cujas demandas do mercado ainda não foram totalmente contempladas. Para tal, ressalte-se a qualidade da estrutura física e laboratorial do Campus Santa Teresa e a capacitação de que dispõem o corpo Docente, Técnico-Pedagógico e Técnico-Administrativo.

Importa destacar que o técnico em Meio Ambiente deverá caracterizar-se por uma habilidade de atuar nas diferentes áreas ambientais, atualizar-se permanentemente e desenvolver grande senso de responsabilidade frente a pessoas e ao mundo em si - obedecendo sempre às normas - e o respeito à vida e ao ambiente.

Ante ao exposto, importa dizer que o Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio traz em seu bojo a essencial relação teoria-prática, assim como a preparação de profissionais para a assunção de espaços no mundo do trabalho e o exercício pleno da cidadania. Tais indicativos deixam clara a preocupação com o estabelecimento de uma forte relação entre formação e prática a partir de uma estruturação curricular aprimorada, numa perspectiva gramsciana de trabalho como princípio educativo (GRAMSCI, 2004), bem como a uma educação para as relações étnico-raciais, dirigida para disseminar e produzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que instruem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, capacitando-os a interagir e celebrar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade (BRASIL, 2013).

No Campus Santa Teresa o Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio passou a ser ofertado em 2011, conforme se verifica abaixo.

Tabela 1: Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio - Criação e oferta atual

Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio - Matriz Vigente							
Motivação	Ato de Autorização	Vagas Ofertadas	Carga Horária Total (sem Estágio)	Carga Horária Total (com Estágio)	Duração	Turma	Ingressantes
Ano de criação: 2010 Início da oferta: 2011	Res. CS nº 14/2012 (Revogada pela Res. CS nº 130/2016)	40	3.420,33h	3.520,33h	03 anos	1 (2011/2013)	40
						2 (2012/2014)	40
						3 (2013/2015)	40
						4 (2014/2016)	40
						5 (2015/2017)	40
						6 (2016/2018)	40
						7 (2017/2019)	40
						8 (2018/2020)	40
						9 (2019/2021)	40
						10 (2020/2022)	40
						11 (2021/2023)	40
						12 (2022/2024)	39
						13 (2023/2026)	40
Total						13 turmas	519

Observa-se a estruturação de 13 (treze) turmas, desde o início da oferta, em 2011, com a ocorrência de 519 (quinhentas e dezenove) matrículas até o corrente ano letivo. Desde então, são abertas, anualmente, 40 (quarenta) vagas, não ocorrendo nenhuma interrupção da oferta.

Sublinhe-se que a reformulação do Curso também se dá para que possamos atender ao exigido pelo atual CNCT (carga horária mínima), bem como ao mínimo exigido pelas normativas internas para o cumprimento de 3.000 (três mil) horas, bem como o que nos impele a estruturar a prática profissional integrada, a formação politécnica e a prática profissional supervisionada, tornando-se inescusável a reorganização das cargas horárias dentro da nova Matriz Curricular.

Os discentes matriculados no Campus Santa Teresa para realização do Curso ora em reformulação são provenientes das proximidades do Campus e também de municípios mais distantes, como os que, juntos, formam a Grande Vitória (Vila Velha, Cariacica, Vitória e Serra).

A divulgação dos processos seletivos para este e outros cursos técnicos ofertados pelo Campus tem se concentrado nos municípios de Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá, São Roque do Canaã e outros de forma mais intensa, contudo, a divulgação dos cursos ofertados pelo Ifes em site institucional permite que se amplie consideravelmente o alcance do público interessado. Observa-se que um percentual importante dos estudantes é proveniente de área urbana, tendo realizado o Ensino Fundamental em redes públicas e que dependem de transporte público ou particular para chegar ao Campus.

Dadas as situações socioeconômicas e ambientais da região e de grande parte dos estudantes atendidos, a oferta de um curso técnico de nível médio na área ambiental colabora para o desenvolvimento com a formação de profissionais que poderão desenvolver ações que promovam novas formas de manejo e proposições de recuperação de áreas degradadas aos produtores rurais locais e vizinhos.

Este Projeto de Reformulação de Curso propõe ajustes na Matriz Curricular em busca de uma maior integração entre os componentes curriculares propostos. Toma-se por base fundamental os estudos já realizados por comissões que já tiveram por objeto o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes e as taxas observadas na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), no que se refere à evasão, retenção e conclusão do ciclo do Curso. Visa-se ainda uma revisão curricular, objetivando maior integração de conteúdos, bem como uma melhor organização dos próprios componentes curriculares.

4. OBJETIVOS

Em consonância com a legislação e as normativas institucionais em vigor, o **Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio**, na modalidade presencial, do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde tem como objetivos:

4.1. OBJETIVOS GERAIS

Ofertar uma formação que leve a profissionais conscientes de seu potencial crítico e construtivo, tal como de suas responsabilidades ao adentrarem ao mundo do trabalho como membros ativos da sociedade, cientes da necessidade do aprendizado ao longo da vida, desenvolvendo e materializando a autonomia intelectual e o pensamento crítico, uma postura ética quanto ao trato de questões voltadas para a sustentabilidade e a flexibilidade nas relações com a diversidade, atentando para o disposto na LDBEN (Lei nº 9.394, de 20/12/1996) e suas atualizações, bem como na legislação ambiental.

Formar profissionais capazes de atuar na área técnica específica no que se refere a planejar, organizar e controlar atividades técnico-científicas voltadas à preservação, controle ambiental e manejo de recursos naturais, como também ser atuante no desenvolvimento de ações dirigidas à sustentabilidade ambiental, considerando-se o perfil de formação integral dos estudantes.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a formação técnica como uma possibilidade de inserção competente e construtiva no desenvolvimento de atividades relacionadas ao meio ambiente;
- Desenvolver uma consciência de preservação ambiental sobre os recursos naturais por meio da educação, tecnologia e gestão ambiental;
- Obter conhecimentos técnicos para que possam contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população;
- Possibilitar a construção de conhecimentos relativos à conservação, preservação e recuperação de recursos naturais;

- Auxiliar no controle da degradação ambiental de origem química, geológica e biológica utilizando tecnologias limpas;
- Apreender os fundamentos científicos e técnicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática;
- Desenvolver ações planejadas em parceria com produtores, empresas e instituições ligadas à área ambiental, oportunizando o contato direto com o mundo do trabalho;
- Participar de equipes de avaliação ambiental propondo alternativas relacionadas à obtenção de melhorias relativas à qualidade ambiental;
- Informar de maneira discriminada os elementos curriculares que envolvam Matriz Curricular, ementário (com indicação de bibliografias básica e complementar e estratégias de ensino), corpo Docente e Técnico-Administrativo, recursos materiais e de laboratórios que envolvem a oferta do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio;
- Empreender ações que visam tanto à permanência e êxito com vista à redução das taxas de evasão, retenção e transferências quanto permitam, por consequência, o alcance de melhores taxas de conclusão do Curso;
- Coadjuvar na formação crítica e ética dos educandos tendo em vista as constantes inovações tecnológicas, analisando e ponderando seu impacto no desenvolvimento da sociedade;
- Fortalecer vínculos entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia atentando para suas implicações na EPT, além do comprometimento com a formação humana omnilateral;
- Favorecer a interação e a integração curricular a fim de que se alcance uma formação profissional, cultural e científica dos estudantes;
- Assegurar a aproximação dos fundamentos científico-tecnológicos da formação técnica a partir da relação entre teoria e prática nas diversas áreas do saber;
- Proporcionar uma formação profissional que preze pelo desenvolvimento sustentável, cujo apelo tem extensão global;
- Possibilitar o desenvolvimento da região de localização e de alcance do Campus por meio de formação profissional que permita uma atuação em diferentes áreas de produção sem que seja acometido o equilíbrio ambiental;

- Promover estudos que permitam a construção de propostas de ações que objetivem o combate aos processos de desertificação e desmatamento de matas ciliares;
- Buscar na cidadania, no respeito ao meio ambiente e aos princípios éticos e estéticos da profissão, bem como nos preceitos políticos fundamentais que permitam estruturar soluções para os desafios que envolvam a prática profissional;
- Formar profissionais que possam interagir com a sociedade para o desenvolvimento de um processo de educação ambiental na região;
- Ofertar uma formação que possa, inclusive, atender a demanda por profissionais capacitados para a condução adequada da gestão e exploração de recursos naturais com base no desenvolvimento sustentável;
- Promover uma formação técnico-profissional pautada no desenvolvimento de conhecimentos; capacidade de apreensão e compreensão; análise crítica; síntese fundamentada; ampliação; reformulação e desenvolvimento de conceitos e avaliação estruturada;
- Propiciar o desenvolvimento de hábitos e atitudes adequados ao meio profissional para que, após a conclusão do Curso, os estudantes possam atuar com eficiência considerando a possibilidade de integração com equipes multidisciplinares;
- Assegurar a possibilidade de vínculo entre ensino, pesquisa e extensão, com vistas à interação com a comunidade local/regional.

4.3. PÚBLICO

O público a que se destina o Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio é formado por estudantes que já concluíram o Ensino Fundamental e buscam um Ensino Médio que lhes propicie os conhecimentos necessários para dar continuidade em seus estudos, além de uma formação profissional que lhes permita adentrar ao mundo do trabalho de maneira qualificada.

O Curso é e continuará sendo ofertado em regime de matrícula anual, com turmas de 40 (quarenta) alunos e periodicidade anual para processo seletivo, sendo o tempo mínimo para integralização do Curso de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos. Por ser um curso integrado e integral, continuará funcionando nos períodos matutino e vespertino.

5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Na observância da legislação vigente, da evolução tecnológica e das exigências do mundo do trabalho - que se renova a todo tempo, o perfil do profissional deve abranger competências desenvolvidas no campo da formação geral, como também da formação técnico-profissional, com vistas à formação integral do educando e a possibilidade de continuidade dos estudos.

Segundo o CNCT (BRASIL, 2023), o Técnico em Meio Ambiente é um profissional a ser habilitado para

coletar, armazenar e interpretar informações, dados e documentações ambientais; auxiliar na elaboração, na análise de projetos, nos relatórios e estudos ambientais; propor medidas para a minimização dos impactos ambientais e para a recuperação de ambientes já degradados; executar sistemas de gestão ambiental; organizar programas de educação ambiental com base no monitoramento, na correção e prevenção das atividades antrópicas, na conservação dos recursos naturais através de análises preventivas; organizar redução, reuso e reciclagem de resíduos e/ou recursos utilizados em processos; identificar os padrões de produção e consumo de energia; realizar levantamentos ambientais; operar sistemas de tratamento de poluentes e resíduos sólidos; relacionar os sistemas econômicos e suas interações com o meio ambiente; realizar e coordenar o sistema de coleta seletiva; executar plano de ação e manejo de recursos naturais; elaborar relatório periódico das atividades e modificações dos aspectos e impactos ambientais de processo, indicando as consequências de modificações; realizar ações de saúde ambiental nos territórios; desenvolver tecnologias sociais ambientais; promover ações de manejo ambiental; avaliar e monitorar sistema de tratamento e abastecimento de água, bem como de esgotamento sanitário; monitorar os indicadores de qualidade do ar atmosférico; executar ações de controle e manejo da poluição; realizar vistoria ambiental e sanitária; realizar monitoramento ambiental; elaborar diagnóstico das condições socioambientais, econômicas e culturais; identificar problemas de saúde relacionados aos fatores de riscos ambientais do território, com o propósito de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população; conhecer e utilizar sistemas de informação geográficas para uso em atividades de geoprocessamento no trabalho ambiental; conhecer e integrar o sistema de saneamento ambiental bem como sua relação com a saúde pública; auditar sistemas de gestão ambiental; atuar nas áreas de educação, proteção e recuperação ambientais (p. 54).

Enquanto exigências legais, cita-se a legislação profissional específica para a formação do Técnico em Meio Ambiente: Lei nº 5.524, de 5/11/1968, Decreto nº 90.922, de 6/02/1985, Decreto 4.560, de 30/11/2002 e Resolução CFT n 85, de 28/10/2019.

Ao concluir o Curso, o egresso deverá ser capaz de:

- Identificar, caracterizar e correlacionar os sistemas e ecossistemas;
- Compreender os impactos ambientais na esfera local, regional, nacional e global;

- Auxiliar na aplicação da legislação ambiental local, estadual e nacional, atuando em campanhas para conscientização ambiental e transformação de atitudes e condutas relativas ao meio ambiente;
- Identificar os parâmetros de qualidade ambiental dos recursos naturais;
- Identificar os impactos ambientais causados por resíduos sólidos, emissões atmosféricas e efluentes líquidos, avaliando suas consequências sobre a saúde humana, o ambiente e a economia;
- Identificar as fontes e processos de degradação natural de origem química, geológica e biológica, e grandezas envolvidas nesses processos, utilizando métodos de medição e análise;
- Identificar e caracterizar situações de risco e aplicar métodos de eliminação ou redução de impactos ambientais negativos;
- Conhecer as técnicas, princípios e requisitos legais que envolvam os recursos naturais;
- Sensibilizar a sociedade empregando argumentação e dados concretos para a preservação e boa utilização dos recursos naturais, tendo sempre em vista o desenvolvimento sustentável;
- Auxiliar na implementação de sistemas de gestão ambiental. Para tanto, as seguintes temáticas serão fundamentais para a formação profissional:
 - Legislação e políticas ambientais;
 - Gestão e educação ambiental;
 - Ecossistemas;
 - Impactos ambientais;
 - Poluição ambiental;
 - Desenvolvimento e tecnologias sustentáveis;
 - Processos produtivos;
 - Saúde coletiva.

O perfil profissional de conclusão tem como embasamento, além do acima exposto, a legislação que regulamenta a profissão. Portanto, espera-se que o egresso tenha desenvolvido habilidade de comunicação e para o trabalho em equipe multidisciplinar, adotando, para tanto, um enfoque

abrangente e integrador que permita a construção e promoção de estratégias inovadoras para a utilização dos recursos naturais, a partir do emprego do pensamento crítico-reflexivo e criativo que permitirá a busca e a identificação de solução para as demandas que se apresentarem.

O profissional Técnico em Meio Ambiente poderá atuar como:

- a. Autônomo (sem vínculo empregatício) - assessoria a projetos ambientais e agropecuários;
- b. Iniciativa Privada (com vínculo empregatício) - empresas de assessoramento a projetos ambientais e agropecuários;
- c. Serviço Público (concursado ou com vínculo estatutário) - trabalho em órgãos públicos ligados aos setores primário e secundário;
- d. Organizações Não Governamentais (ONGs) - trabalho em projetos ambientais voltados ao desenvolvimento sustentável.

O CNCT (BRASIL, 2023) indica como ambientes de trabalho do Técnico em Meio Ambiente os seguintes espaços: aterros sanitários; autarquias e órgãos públicos, cooperativas e associações; empreendimento próprio; empresas de licenciamento ambiental; empresas prestadoras de serviços; estações de monitoramento e tratamento de efluentes (líquidos e gasosos) e resíduos sólidos; estações de tratamento de água, esgoto sanitário, efluentes industriais e resíduos; indústrias e demais unidades de produção; instituições de assistência técnica, pesquisa e extensão rural; organizações não governamentais (ONGs) ambientais; profissional autônomo; unidades de conservação ambiental e unidades de manejo de recursos hídricos e de resíduos.

5.1. POSSIBILIDADES DE VERTICALIZAÇÃO

A verticalização é uma das finalidades dos IFs, como se verifica em sua lei de criação. A verticalização da estrutura acadêmica tem lugar quando à instituição de ensino é possível ofertar cursos em diferentes níveis; no caso do Campus Santa Teresa, cursos FIC, cursos técnicos e cursos superiores. Uma estrutura verticalizada, por conseguinte, é aquela que oportuniza ao estudante cursar, em uma única instituição, os níveis médio e superior. A exemplo do estudante do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio que pode cursar o Curso de Bacharelado em Agronomia ou o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas dentro do Campus Santa Teresa.

Outras possibilidades de busca pelo nível superior a partir do citado curso Técnico: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Resíduos Sólidos;

Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental; Bacharelado em Ciências Ambientais; Bacharelado em Engenharia Ambiental; Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária; Bacharelado em Engenharia Sanitária; Bacharelado em Engenharia Florestal; Bacharelado em Biologia; Bacharelado em Engenharia Agrônômica; Bacharelado em Geografia (BRASIL, 2023, p.55).

6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

6. 1. CONCEPÇÃO

A organização curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio constante desta proposta de reformulação está em consonância com as determinações legais. À guisa de exemplo, cita-se a LDBEN nº 9.394, de 20/12/1996 - em especial sua Seção IV-A (BRASIL, 1996); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (DCNEPT) - Res. CNE/CP nº 1, de 5/01/12; o CNCT vigente e o PDI do Ifes.

No texto das DCNEPT, observa-se que os currículos dos cursos de EPT de Nível Médio devem proporcionar aos educandos:

- I - diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como referências fundamentais de sua formação;
- II - elementos para compreender e discutir as relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas;
- III - recursos para exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientados por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromissos com a construção de uma sociedade democrática;
- IV - domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, de modo a permitir progressivo desenvolvimento profissional e capacidade de construir novos conhecimentos e desenvolver novas competências profissionais com autonomia intelectual;
- V - instrumentais de cada habilitação, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho;
- VI - fundamentos de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho (BRASIL, 2012).

Considerando que o artigo 35 da LDBEN (Lei nº 9.394, de 20/12/1996) evidencia como finalidades do Ensino Médio, dentre outras, “[...] a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores [...]”, bem como “[...] a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina [...]”, o ensino técnico integrado ao ensino médio possibilita a criação de uma identidade profissional e permite uma formação geral sólida, cidadã, aliada à preparação para o

trabalho, fomentando também a continuidade de formação dos estudantes (BRASIL, 1996).

No exercício do currículo, pelo **princípio da equidade**, serão priorizadas situações de ensino e aprendizagem que valorizem as diferentes formas de apreensão dos saberes, possibilitando o reconhecimento de que cada um possui diferentes capacidades e necessidades. Ressalta-se a necessidade de se atentar para a organização de estratégias com vistas à integração e contextualização dos conteúdos curriculares propostos.

É primordial que se volte a atenção para os princípios da EPT constantes do Parecer CNE/CEB nº 16, de 05/10/1999. Nesse sentido, para o atendimento do **princípio da estética da sensibilidade**, há que se buscar fundamento no conceito de qualidade e respeito ao estudante a quem se destina o trabalho proposto, que deve ser acurado, encaminhando-o para o desenvolvimento pleno da cidadania, a valorização da diversidade e a antiburocracia, estando em conformidade com o paradigma que abarca o mundo do trabalho e sua idiossincrasia. Isso implica uma organização curricular sustentada em valores que estimulem e impulsionem a criatividade, a iniciativa e a liberdade de expressão. Uma organização cuja prática didático-pedagógica não reduza a formação profissional ao domínio da técnica ou da tecnologia, mas que conceba o trabalho como uma forma concreta do exercício da cidadania.

O **princípio da política da igualdade** é trazido para o texto no qual se divisa a construção de uma nova forma de valorização do trabalho, com vistas à superação de preconceitos, com censura permanente a privilégios e atitudes discriminatórias, com o intuito de superá-los. No exercício do currículo isso indica a importância de incentivo a situações de aprendizagem que valorizem o estudante e o trabalho em equipe, de modo a oportunizar ao educando a apreensão dos saberes e permita que este valorize o seu próprio trabalho, assim como o realizado por outros. Não se olvida ser imprescindível a organização de estratégias que observem a contextualização dos conteúdos curriculares voltados para a formação profissional.

Em virtude do previsto no artigo 35 da LDBEN (Lei nº 9.394, de 20/12/1996), qual seja, a superação da dualidade do Ensino Médio, fica clara a necessidade de uma formação de caráter básico que deve basilar a formação de todos e para todos os tipos de atividade laboral, considerando-se as mudanças constantes do mundo do trabalho. Ressalte-se, então, a grande importância da capacidade de continuidade na busca pela aprendizagem, que “não se destina apenas àqueles que já estão no mercado de trabalho ou que nele ingressarão a curto prazo; nem será preparação para o exercício de profissões específicas ou para a ocupação de postos de trabalho determinados” (BRASIL, 1998, p. 15).

Quanto ao que reza o artigo 36 da mesma Lei, no que é apontado em suas diretrizes ao tratar da organização do currículo do Ensino Médio em se pensando no “perfil de saída” prescrito, verifica-se que tais diretrizes “estabelecem o conhecimento dos princípios científicos e tecnológicos da produção ao nível do domínio, reforçando a importância do trabalho no currículo” (BRASIL, 1998, p. 15). Desta feita, assegurada a formação geral e entendida a preparação para o trabalho a partir do contexto da Educação Básica, não se pode olvidar a “possibilidade de sua articulação com cursos ou programas diretamente vinculados à preparação para o exercício de uma profissão”, reforçada “a importância da formação geral a ser assegurada e definir a equivalência de todos os cursos de ensino médio para efeito de continuidade de estudos”. Observa-se aí o **princípio da flexibilidade**, na abertura para articulações com outras instituições, considerando-se a preservação dos “tempos e espaços da formação geral [...] e a experiência de instituições especializadas em educação profissional seja aproveitada, para responder às necessidades heterogêneas dos jovens brasileiros” (BRASIL, 2000, p. 15).

Tendo-se em mente as diferentes possibilidades de organização dos cursos de nível médio, o princípio da flexibilidade e a autonomia posta pela LDBEN em vigor, bem como o constante do Parecer nº 15, de 1/06/1998 (DCNEM), este projeto de reformulação de curso busca reafirmar sua identidade dentro do Campus Santa Teresa e do Ifes cuidando da oferta de uma proposta pedagógica bem articulada entre formação geral e profissional, tomando em consideração a flexibilidade na busca pelos conteúdos, metodologias e estratégias de ensino que visem a potencialização dos resultados, seja pelos estudantes, seja pelo Curso ora sendo reformulado (BRASIL, 1998).

O Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio, na modalidade presencial, em regime seriado anual semestral, foi concebido para ofertar aulas nos períodos matutino e vespertino. Para assegurar a igualdade de oportunidades no exercício acadêmico dos educandos, o Campus observa o atendimento de necessidades referentes a transporte e alimentação por meio dos programas de Assistência Estudantil.

Este Projeto parte do suposto de que a construção da autonomia será possível apenas a partir do princípio de uma formação humanística que objetive inserir o estudante no arcabouço de conhecimento em nível cultural e científico-tecnológico considerando-se o conhecimento historicamente construído pela humanidade, fornecendo base para uma avaliação crítica do mundo. Desta forma, tem-se que o conhecimento erudito vem a ser implantado na atividade do trabalho.

Para a organização deste Projeto de Reformulação, considera-se o trabalho definido “na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e

como mediação no processo de produção da sua existência” (BRASIL, 2011). Tem-se em conta o trabalho enquanto parte elementar das atividades humanas, sendo estas correlacionadas com os princípios de uma educação humanista, primando pelo homem como um ser integral. Passa o educando a ser parte da realidade agora munido de uma gama de conhecimentos, o que, por princípio, o qualifica enquanto sujeito agente nessa realidade, sendo o conhecimento uma faceta capital para a autonomia, tornando-se impossível compartimentar ou hierarquizar ciência e conhecimento.

Considera-se aqui as transformações dos meios de produção e seus impactos na organização industrial e/ou nas instituições, assim como no próprio mundo do trabalho, observando-se sua influência na formação profissional e, por consequência, na organização curricular do Curso. Desta feita, reitera-se a necessidade de uma avaliação constante dessa organização com vistas ao atendimento de novas demandas sempre que se fizer necessário, garantindo-se, por essa via, a qualidade do Curso e da formação ofertada aos estudantes sempre em sintonia com as frequentes inovações na vida e no mundo do trabalho.

Dentre outras ações, objetiva-se valorizar a prática de atividades voltadas para o tripé ensino, pesquisa e extensão, bem como reforçar a estruturação e a produção escrita de relatórios que observem as normas e critérios exigidas para documentos científicos, dada a importância desse conhecimento para os egressos de um curso técnico integrado como o que ora se apresenta para reformulação, visando-se à integração a partir da indissociabilidade dos pilares Ensino, Pesquisa e Extensão e a indissociabilidade entre teoria e prática.

6.2. METODOLOGIAS

Ao se reestruturar os princípios pedagógicos para o Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio e, conseqüentemente, sua Matriz Curricular, desejou-se que os mesmos estivessem relacionados às concepções do mundo do trabalho, mas que, partindo desse complexo e mutável contexto social, não deixassem de considerar que essa realidade globalizada exige a articulação entre os conhecimentos, o constante aprimoramento de capacidades e a compreensão da dinâmica social.

Destarte, aponta-se para uma metodologia que propicie a reflexão sobre tais questões e a posição do homem nessa realidade por meio de uma postura ativa, na qual situações-problema propostas articulem a teoria e a prática das aulas com as possíveis situações do trabalho, considerando o diagnóstico da turma como elemento importante para o planejamento das atividades.

A aplicação da metodologia proposta fundamenta-se no sistemático planejamento e avaliação dos seguintes pontos, durante o tempo de permanência do estudante no Curso:

- Compromisso com a aprendizagem - Os estudantes devem assumir um compromisso com o Curso, planejando sua progressão e estabelecendo suas atividades de acordo com as competências e habilidades previstas para o período letivo em que se encontrem;

- Aprendizagem pela ação - Aos estudantes são propiciadas situações, desde o início do Curso, que possibilitam a vivência dos aspectos práticos da profissão, com atividades voltadas, inicialmente, para a aquisição de conhecimentos e habilidades básicas e, posteriormente, para a participação em atividades específicas, sejam vinculadas a projetos de curta, média ou longa duração ou sob a forma de estágio;

- Atuação em equipe - As competências relacionadas ao trabalho em equipe são desenvolvidas desde a participação em pequenos grupos em que o estudante desenvolve suas habilidades de cooperação e liderança situacional, até a integração a grupos maiores, envolvendo profissionais de várias áreas, quando se pensa nas ações de extensão.

- Atividades progressivas e inter-relacionadas - As atividades propostas baseiam-se no estágio de desenvolvimento em que o estudante se encontra, porém com o adequado estímulo à produção de novos conhecimentos e aquisição de novas competências. Sempre que possível, as atividades são inter-relacionadas, numa perspectiva transdisciplinar;

- Orientação individual - Para que o estudante tenha oportunidade de desenvolver-se adequadamente, a atuação dos profissionais vinculados à Coordenadoria de Gestão Pedagógica (CGP), da Coordenadoria geral de Atendimento a Comunidade (CGAC) e do NAPNE corresponde a auxiliar na orientação de estudos e de apoiar nas questões psicopedagógicas, propiciando situações que favoreçam o desenvolvimento do educando;

- Atendimento a estudantes com necessidades específicas, a partir de planejamento singular e materiais didáticos adaptados a serem construídos em conjunto com o NAPNE;

No que se refere à possibilidade de flexibilização e adequações curriculares necessárias ao atendimento de estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), os profissionais que atuam junto ao Curso estão preparados para, se preciso, possibilitar a reorganização do tempo para cumprimento das disciplinas - oferta de acordo com a condição de desenvolvimento do estudante considerando sempre suas particularidades e tendo-se o alargamento do período de conclusão,

respeitadas as normativas vigentes. Tal possibilidade nos permite tornar o dinâmico o currículo proposto, da mesma forma que alterável, passível de ampliação, para que realmente possa atender a todos. Também a adaptação da oferta de componentes curriculares de natureza em parte prática, o que incide pouco no Curso. Também já se tem no Campus a presença de cuidadores e o uso de materiais para suporte didático é observada em caso de estudantes com mobilidade reduzida, a exemplo da tecnologia assistiva - óculos digitais específicos. Ressalte-se ainda a reorganização de tempos para avaliações, respeitadas as limitações impostas por física, intelectual, visual, auditiva ou múltipla; transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/super-dotação e transtornos específicos - dislexia, discalculia, transtorno do déficit de atenção/hiperatividade etc.

Não se pode deixar de informar a atenção direcionada à organização de instrumentos avaliativos que respeitam as dificuldades visuais - letras adequadas. Sempre que necessário, posiciona-se o estudante dentro da sala de aula e se faz uso de materiais concretos. Utilização de tecnologias específicas como, laboratórios de informática, ambientes virtuais de aprendizagem, dentre outros.

A execução desses pontos deverá ser planejada, avaliada e encaminhada pela equipe docente de cada série/período letivo, em conjunto com os Coordenadores de Curso, representante da CGP, da CGAC e demais profissionais envolvidos, durante as Reuniões Pedagógicas Intermediárias, realizadas conforme Calendário Acadêmico. A realização das Reuniões Pedagógicas Diagnóstica, Intermediárias e Final, bem como a responsabilidade dos professores com relação à documentação, a exemplo dos registros e entrega de diários de classe, observarão o que está disposto no ROD do Ifes.

6.3. ESTRUTURA CURRICULAR

6.3.1. Composição Curricular

O Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio **atualmente ofertado** possui uma carga horária total de 3.520,33h, somadas as 100h de estágio obrigatório. Todas as disciplinas são de caráter obrigatório, exceto Espanhol. As aulas têm duração de 50 (cinquenta) minutos, conforme Resolução CNE/CES nº 03, de 02/07/2007 e ROD dos cursos técnicos do Ifes, ocorrendo de segunda a sexta-feira, com a possibilidade de oferta em sábados específicos, se necessário.

A Matriz Curricular do Curso atualmente ofertado e ora em reformulação encontra-se organizada com (vinte e nove) componentes curriculares obrigatórios, em regime anual, presencial, distribuídos em três anos letivos (três séries). A carga horária referente à 1ª Série é de 29,16 horas semanais, para a 2ª Série é de 30 horas semanais e, para a 3ª Série, 30,83 horas semanais. Ao longo dos 3 (três) anos também está previsto o componente curricular Estágio Supervisionado obrigatório e Língua

Estrangeira - Espanhol, esta última sob a forma de disciplina Optativa. Não há flexibilização de carga horária ou utilizada carga horária a distância.

Entendendo o constante do CNCT (BRASIL, 2023) e da legislação nacional vigente, foram reorganizados os componentes curriculares constantes da nova Matriz curricular, com o intuito da observância dos princípios e diretrizes legais, bem como possibilitar a apreensão de conhecimentos, tanto voltados para a base comum curricular quanto para o núcleo profissionalizante, que sejam adequados aos objetivos do Curso.

A partir de tais considerações, a Matriz Curricular proposta neste Projeto de Reformulação, conforme se observa no item seguinte, propõe uma organização com 32 (trinta e dois) componentes curriculares obrigatórios, em regime anual, presencial (Não há flexibilização de carga horária ou utilizada carga horária a distância), distribuídos em três anos letivos. Serão ofertadas, semanalmente, 31 aulas (25,83 horas) para a 1ª Série, 30 aulas (25 horas), para a 2ª Série e 29 aulas (24,16 horas) para a 3ª Série. Retira-se a obrigatoriedade da realização do componente curricular Estágio Supervisionado e mantém-se a oferta da disciplina Língua Estrangeira - Espanhol, esta última sob a forma de disciplina Optativa.

A Matriz Curricular de Reformulação dos componentes obrigatórios possui uma carga horária total de 3000h e de 3.166,66h, somadas as 100h de estágio não obrigatório e as 66,66h da disciplina Optativa de Espanhol. As disciplinas se mantêm com caráter obrigatório (exceto Espanhol) e será mantida a duração de 50 (cinquenta) minutos para os módulos-aula, conforme Resolução CNE/CES nº 03, de 02/07/2007 e ROD dos cursos técnicos do Ifes, também ocorrendo de segunda a sexta-feira, com a possibilidade de oferta em sábados específicos, se necessário. A carga horária referente à Base Nacional Comum é de 1800 horas e para a Educação Profissional, de 1200 horas. Frise-se que os conteúdos referentes à BNCC (formação geral) observarão o constante das áreas indicadas em documento governamental específico, tendo-se em mente suas idiossincrasias, assim como os conteúdos referentes ao núcleo profissionalizante observarão documentos específicos para a oferta de EPT em nível médio. Dentre tais documentos podem ser citados a Resolução nº 6, de 20/09/12 e a Lei nº 13.415, de 16/02/17 e a Resolução CNE/CP nº 1, de 5/01/21.

Da mesma forma será observada a oferta de conteúdos, a exemplo de tantos outros, voltados para a História e Cultura Afro-Brasileira e dos povos indígenas e a oferta de disciplinas como Arte, Sociologia, Filosofia, Educação Física, Inglês (disciplina Obrigatória) e Espanhol (disciplina Optativa) a partir da observância de normativas específicas.

6.3.1.1. Prática Profissional Integrada

Na busca pela integração do currículo, tem-se no trabalho, na ciência e na tecnologia categorias indissociáveis da formação integral, passando, assim, a ser necessário pensar a Prática Profissional Integrada como uma proposta que colaborará para essa integração, com vistas a se proporcionar uma sequência diferenciada nas etapas formativas. Destarte, deixa-se para trás a organização curricular a partir de conjuntos isolados de disciplinas que armazenam conhecimentos e práticas de forma desassociada não possibilitando uma formação omnilateral do educando, que necessita percorrer uma formação ampla que considere suas múltiplas necessidades.

O Ensino Médio vem sendo discutido, dada sua importância nas esferas política e econômica no sentido de tornar o país mais competitivo dentro de um contexto internacional. Certamente que sua importância para as questões sociais alcançam a possibilidade de ampliação do nível de escolaridade das classes menos abastadas - aí incluída a classe trabalhadora, assim como para atendimento da demanda mercadológica. Há que se dizer ainda da redução das desigualdades regionais e sociais (KRAWCZYK, 2011). Com isso, torna-se fundamental planejar estratégias que colaborem para a estruturação de um currículo baseado nos princípios da integração e da educação unitária, politécnica e omnilateral, tendo-se o trabalho como princípio educativo, mas, também, como geração de todos os aspectos da vida humana (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Com vistas à formação omnilateral, o Campus Santa Teresa propõe a utilização da estratégia metodológica denominada Prática Profissional Integrada (PPI), para que se possibilite ao educando ter contato com uma prática mais aproximada da realidade da profissão eleita, a partir da articulação entre os diferentes conhecimentos apreendidos no decorrer do curso.

A PPI objetiva conciliar conhecimentos do Núcleo Comum e da Educação profissional, bem como integrar as disciplinas básicas entre si, e as disciplinas técnicas entre si. Ressalte-se que o emprego dessa metodologia não impede que outras formas de integração sejam utilizadas. Autores como Henrique e Nascimento (2015) afirmam a necessidade de atitudes como aceitação e disposição para o diálogo, interação e integração entre docentes, como também condições determinantes para que os propositores realizem o projeto.

Para que a PPI seja viável, é necessário um planejamento anterior ao início de cada período letivo, seja semestral ou anual, conforme o Campus vier a estabelecer a partir da estruturação da oferta das disciplinas nas séries do Curso. Para tal organização os docentes serão reunidos para que sejam precisadas as disciplinas que farão parte do projeto de Prática Profissional Integrada para o período

definido. Deverão ser estipuladas, no mínimo, duas disciplinas do Núcleo Comum e duas da Educação Profissional, sendo dedicado, no mínimo 6% e, no máximo, 10% da carga horária de cada disciplina envolvida com o Projeto a ser organizado para a Prática Profissional Integrada.

Em conjunto, os docentes das disciplinas eleitas definirão o tema a ser desenvolvido, observando sempre que este deve estar em consonância com o perfil do egresso, além de estimar a carga horária que cada disciplina envolvida destinará ao projeto de PPI, pois tal carga horária será contabilizada como hora-aula. As atividades propostas deverão constar dos planos de ensino das disciplinas envolvidas, e estes serão apresentados aos estudantes no início do período letivo. A metodologia permite a organização de avaliações conjuntas, dada a integração curricular.

Conforme normativa institucional, cada professor deverá fazer constar do Plano de Ensino os critérios que orientarão a avaliação, inclusive o quantitativo a ser direcionado para a PPI. Tal avaliação deve: ser integrada e interdisciplinar, definida em conjunto pelos proponentes; ser ofertada enquanto instrumento avaliativo das disciplinas proponentes e apresentar os resultados previstos - preferencialmente com vistas à elaboração de um produto. Este produto poderá ter caráter escrito, virtual e/ou físico, de acordo com o perfil profissional proposto. Há, ainda, que se promover uma atividade de socialização entre os estudantes e docentes envolvidos.

A avaliação da PPI deve ser realizada no decorrer do processo, realizando-se ao menos duas reuniões com os docentes proponentes objetivando-se o acompanhamento e a análise da prática com vistas à sua melhoria.

As PPIs poderão assumir diferentes formas, dentre elas, projetos, atividades diversas, eventos. O campus poderá definir as disciplinas participantes conforme planejamento, ou seja, para um período de um ano ou de um semestre. A cada ano/semestre poderão ser eleitas novas disciplinas para que sejam realizadas novas ações voltadas para a PPI.

6.3.1.2. Formação Politécnica

Será organizada a partir das necessidades e fundamentos da oferta do Curso ora em reestruturação. Segundo Salazar e Silva (2020, p. 1), a formação politécnica “consiste no processo formativo do homem em múltiplas dimensões com vistas ao desenvolvimento de suas potencialidades na qual o trabalho seja uma dimensão ontocriativa, mediado pelo conhecimento, ciência e tecnologia”.

Em concordância com Saviani (2003, p. 132), “a noção de Politecnia deriva, basicamente, da problemática do trabalho”. Para o autor, os pontos principais são: “a noção de trabalho, o conceito e

o fato do trabalho como princípio educativo geral” (2003, p. 132). Assim, Para que tal construção se tornasse possível, foram analisados os objetivos do Curso e o perfil do egresso do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio.

Para o citado Curso, a Formação Politécnica se dará a partir de oferta a ser definida em conjunto com o corpo docente e setor Pedagógico, abrangendo conhecimentos tanto da Formação Geral quanto da Educação Profissional, tendo-se por base os conteúdos, competências e habilidades abarcados por disciplinas regulares em séries a serem definidas.

6.3.1.3. Prática Profissional Supervisionada

É primordial que o estudante esteja em contato com o mundo do trabalho, o que lhe possibilitará a formação teórico-prática fundamental para que se alcance o perfil de formação proposto. Para tanto, serão consideradas e observadas estratégias educacionais como laboratórios, aulas práticas, visitas técnicas, atividades de extensão, de pesquisa e de inovação, bem como estágio curricular supervisionado não obrigatório.

6.3.2. Matriz Curricular

6.3.2.1. Matriz Curricular de Curso Técnico Integrado

Matriz Curricular do Curso Técnico em Meio ambiente
 Forma de oferta: Integrado ao Ensino Médio
 Regime: anual (Integral)
 Duração da aula: 50 minutos

	Área	Compo- nente curricular	Semestre/ano				TOTAL	
			1º	2º	3º	Aulas	Carga horária (horas)	
			Presencial Aula/semana	Presencial Aula/semana	Presencial Aula/semana			
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	Ciências Humanas	Filosofia I, II	2	1	0	120	100	
		Sociologia I, II	0	1	2	120	100	
		Geografia I, II	0	2	2	160	133,33	
		História I, II	2	2	0	160	133,33	
	Linguagens	Artes I	2	0	0	80	66,66	
		Educação Física I, II	1	1	0	80	66,66	
		Língua Portuguesa e Literatura I, II, III	3	3	3	360	300	
		Língua Inglesa - I, II	1	0	2	120	100	

	Matemática	Matemática I, II, III	3	3	3	360	300
	Ciências da Natureza	Física I, II, III	2	2	1	200	166,66
		Química I, II, III	1	2	2	200	166,66
		Biologia I, II, III	2	2	1	200	166,66
FORMAÇÃO PROFISSIONAL							
	Informática e Meio Ambiente		2			80	66,66
	Legislação Ambiental e Segurança do Trabalho		2			80	66,66
	Geomorfologia Ambiental		2			80	66,66
	Ética e Educação Ambiental		2			80	66,66
	Agroecologia		1			40	33,33
	Fundamentos de Climatologia		1			40	33,33
	Microbiologia Ambiental		2			80	66,66
	Fundamentos de Saneamento e Saúde Pública			2		80	66,66
	Geoprocessamento			2		80	66,66
	Estatística para o Meio Ambiente			1		40	33,33
	Manejo e Tratamento de Resíduos Sólidos e Efluentes			2		80	66,66
	Gestão Ambiental			2		80	66,66
	Práticas Profissionais Supervisionada I			2		80	66,66
	Técnicas de Recuperação de Áreas Degradadas				2	80	66,66
	Química Ambiental e Controle de Poluição				3	120	100
	Ações ambientais e Tecnologias sustentáveis				2	80	66,66
	Hidrologia, Manejo e Conservação de Bacias Hidrográficas				3	120	100
	Diagnóstico Socioambiental				1	33,33	33,33
	Práticas Profissionais Supervisionada II				2	80	66,66
Total da Formação Profissional							
Total Geral da Etapa							3000 h
Estágio (não obrigatório)							100 h
Carga horária total do curso (Etapa + Estágio)							3100 h
Língua Espanhola (Optativa)							66,6h
Carga horária total do curso (Etapa + Língua Espanhola (Optativa))							3.066,66 h
Carga horária total do curso (Etapa + Estágio + Língua Espanhola (Optativa))							3.166,66 h

6.3.2.2. Resumo Geral da Matriz Curricular e Contexto Educacional

O currículo ora apresentado para este Projeto de Reformulação do Curso Técnico em Meio ambiente Integrado ao Ensino Médio está organizado para formar profissionais a partir de dois eixos norteadores - Formação Geral e Formação Profissional, considerados os contextos da educação brasileira e da proposta de perfil de formação.

O primeiro contexto educacional é o da Formação Geral, abrangendo disciplinas que objetivam possibilitar aos educandos uma compreensão de vida e de sociedade baseada em um comprometimento ético, com uma prática libertadora e um agir cultural e social.

O segundo, o da Formação Profissional, incorpora disciplinas que desenvolvem e aprofundam aspectos relacionados a conteúdos que tratam de elementos intrínsecos à profissão de Técnico em Meio Ambiente.

Considera-se ainda como um terceiro contexto, a Formação Politécnica, que visa à promoção da integração curricular e o fortalecimento da relação teoria-prática, ampliando-se os conhecimentos já apreendidos.

Abaixo, um demonstrativo dessa oferta:

Contexto Educacional	
Formação Geral	Formação Profissional
Filosofia I e II	Informática e Meio Ambiente
Sociologia I e II	Legislação Ambiental e Segurança do Trabalho
Geografia I e II	Geomorfologia Ambiental
História I e II	Ética e Educação Ambiental
Artes I	Agroecologia
Educação Física I e II	Fundamentos de Climatologia
Língua Portuguesa I, II e III	Microbiologia Ambiental
Língua Inglesa I e II	Fundamentos de Saneamento e Saúde Pública
Matemática I, II e III	Geoprocessamento
Física I, II e III	Estatística para o Meio Ambiente
Química I, II e III	Manejo e Tratamento de Resíduos Sólidos e Efluentes
Biologia I, II e III	Gestão Ambiental
	Práticas Profissionais Supervisionada I, II
	Técnicas de Recuperação de Áreas Degradadas
	Química Ambiental e Controle de Poluição
	Ações ambientais e Tecnologias sustentáveis
	Hidrologia, Manejo e Conservação de Bacias Hidrográficas
	Diagnóstico Socioambiental

6.3.3 Ementário das Disciplinas

6.3.3.1 Ementário - Base Nacional Comum

Ementário: Ciências Humanas e suas Tecnologias

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Filosofia I	
Período Letivo: 1ª Série	Carga horária total: 66,7 horas.
Objetivos do componente curricular Introduzir o aluno na história e questões da Filosofia, compreendendo a Filosofia como um questionamento sobre as condições gerais de nossa vida em um mundo e que aponta para uma dimensão reflexiva constitutiva de nossa existência. Apresentar e discutir a relação entre mito e filosofia. Apresentar o pensamento dos primeiros filósofos acerca da natureza e determinar a consolidação da filosofia com os Sofistas, Sócrates, Platão e Aristóteles. Refletir sobre o problema da felicidade para os seres humanos a partir das Filosofias Helenísticas. Discutir as questões da visão de mundo Medieval. Identificar as origens e as possibilidades do conhecimento do mundo como o problema central da filosofia Moderna. Determinar as características principais do debate entre Empirismo e Racionalismo. Determinar as questões e conceitos fundamentais para a Filosofia Política Moderna.	
Ementa O que é Filosofia?; Nascimento da Filosofia e Os Primeiros Filósofos; O que é mito? Uma definição geral das narrativas míticas; Sofistas e Sócrates; A filosofia de Platão e de Aristóteles; As Filosofias Helenísticas e o problema da Felicidade; Filosofia Medieval e a questão da relação entre fé e razão; A Modernidade e a questão do conhecimento e da política.	
Ênfase Tecnológica Os primeiros filósofos e as primeiras perguntas da ciência; Os Sofistas e a diversidade cultural; a relação entre Mito e Ciência; o problema do conhecimento para Sócrates, Platão e Aristóteles; a relação entre fé e razão no Medievo; o problema do conhecimento da realidade na Filosofia Moderna.	
Área de Integração História: Antiguidade e Mitologia; O Medievo; a Modernidade; Racionalismo e Empirismo; Geografia: Território e Diversidade Cultural; Sociologia: Diversidade Cultural; Senso Comum e Verdade; Literatura: Romantismo, Realismo e Naturalismo. Arte: A arte grega e o Renascimento.	
Pré ou co-requisitos: Não há	
Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,7 horas presenciais	
Referência BELO, R. dos S. Filosofia . São Paulo: FDT, 2016. ISBN: 978-85-96-00349-0 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há	

MEIER, C. **Filosofia**: por uma inteligência da complexidade. Belo Horizonte: Pax, 2014.

ISBN: 978-8579382499

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

MELANI, R. **Diálogo**: primeiros estudos em filosofia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

ISBN: 978-8516085537

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

FLORES, J. M. **Materiais e exercícios de Filosofia**. IFES - Campus Santa Teresa. Página no Microsoft Office Sway. Creative Commons. Licença Compartilhaigual 4.0. Apostila digital.

ISBN: Não há

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): <https://sway.office.com/Dc9ZiSwBkqBK3xeX>

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ISBN: 978-8571104051

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

_____. **Textos básicos de filosofia**. Dos pré-socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ISBN: 978-8571105201

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

SPINELLI, M. **Filósofos pré-socráticos**: primeiros mestres da filosofia e da ciência grega. Porto Alegre: PUCRS, 1998.

ISBN: 978-8539701759

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

VERNANT, J. P. **As origens do pensamento grego**. 14. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2004.

ISBN: 978-8574320267

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Filosofia II

Período Letivo: 2ª Série

Carga horária total: 33,3 horas

Objetivos do componente curricular

Discutir a Filosofia Moderna de Kant e o seu legado;

Compreender a Filosofia de Nietzsche;

Apontar o cenário de crise para a filosofia e a ciência no século XX;

Apresentar as principais correntes do pensamento contemporâneo;

Discutir os mecanismos de poder das Sociedades Disciplinares, em específico, a Escola;

Apresentar diagnósticos do mundo contemporâneo, partindo do pós-guerra com a Teoria crítica,

até o problema da liquidez das instituições contemporâneas com Bauman;
Refletir sobre as formas de lazer, consumo e sociabilidade contemporânea.

Ementa

O que é o Esclarecimento?, de Kant; Do Moderno ao Contemporâneo; A Filosofia de Nietzsche; A Filosofia do Século XX: Do Existencialismo às Sociedades Disciplinares; O mundo contemporâneo.

Ênfase Tecnológica

O Esclarecimento e o progresso da razão; a críticas à ciência no século XX; a ciência e a tecnologia no mundo contemporâneo.

Área de Integração

História: Século XX e contemporaneidade; Geografia: O mundo e a sociabilidade contemporânea; Sociologia: Diversidade e identidade; Literatura: As correntes literárias do século XX. Artes: Impressionismo e as vanguardas artísticas do século XX.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 33,3 horas presenciais

Referência

BELO, R. dos S. **Filosofia**. São Paulo: FDT, 2016.

ISBN: 978-85-96-00349-0

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

MEIER, C. **Filosofia**: por uma inteligência da complexidade. Belo Horizonte: Pax, 2014.

ISBN: 978-8579382499

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

MELANI, R. **Diálogo**: primeiros estudos em filosofia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

ISBN: 978-8516085537

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

FLORES, J. M. **Materiais e exercícios de Filosofia**. IFES - Campus Santa Teresa. Página no Microsoft Office Sway. Creative Commons. Licença Compartilhável 4.0. Apostila digital.

ISBN: Não há

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): <https://sway.office.com/Dc9ZiSwBkqBK3xeX>

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ISBN: 978-8571104051

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

_____. **Textos básicos de filosofia**. Dos pré-socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ISBN: 978-8571105201

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução:

Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ISBN: 978-8571104143

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

ISBN: 978-8532605085

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Tradução: Fausto Castilho. São Paulo: UNICAMP, 2015.

ISBN: 978-8532643407

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Geografia I

Período Letivo: 2ª série

Carga horária total: 66,66 horas

Objetivos do componente curricular

Estudar o espaço geográfico, que corresponde ao palco das realizações humanas e o conhecimento da Terra e de todas as dinâmicas existentes, sejam naturais ou sociais.

Compreender o papel das sociedades no processo de produção do espaço.

Compreender os fenômenos locais, regionais e mundiais expressos por suas territorialidades, considerando as dimensões de espaço e tempo.

Ampliar o universo conceitual geográfico através do reconhecimento e utilização das variadas formas de representação;

Identificar as contradições e problemas sociais ou ambientais que se manifestam espacialmente, decorrentes dos processos de produção do espaço;

Posicionar-se criticamente em relação a vários temas, propondo soluções para problemas e desenvolver o conhecimento para a argumentação e contra-argumentação mediante questões e problematizações vivenciadas.

Ementa

Noções espaciais e Cartografia. Origem e formação da Terra, suas estruturas. Modelagem do relevo e suas formas. Dinâmicas climáticas. Paisagens vegetais. Recursos hídricos. Conceitos em Geografia. O espaço urbano e industrial. O espaço agrário. A População e as migrações. A regionalização.

Ênfase Tecnológica

Aspectos inerentes ao espaço geográfico, sua produção, evolução, manifestações, alteridades e condicionantes, preparando o discente para ser cidadão do mundo, do local ao global.

Área de Integração

A disciplina de Geografia poderá estabelecer os seguintes diálogos - Arte: diversidade do território brasileiro. Literatura: regionalismos. Química da vida - água, hidrocarbonetos. Física: Energias e

fenômenos climáticos. História: evolução socio-territorial. Sociologia: Desigualdades sociais e classes sociais. Biologia: paisagens vegetais. Hidrologia, Geomorfologia e Climatologia: aspectos da natureza.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,66 horas presenciais

Referências

LUCCI, E. A.; BRANCO, A. L. MENDONÇA, C. **Território e sociedade no mundo globalizado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ISBN: 978-85-472-0557-7

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

MARTINEZ, R.; GARCIA, W. **Contato Geografia**. 1. ed. São Paulo: Quinteto, 2016.

ISBN: 978-85-839-2087-8

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

ALMEIDA, L. M. A.; RIGOLIM, T. B. **Fronteiras da globalização**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2017.

ISBN: 978-85-080-9339-7

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

ADÃO, E.; FURQUIM JÚNIOR, L. **Geografia em rede**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016.

ISBN: 789-85-921-3099-0

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

GOETTEMS, A. A.; JOIA, L. **Geografia: leituras e interação**. 2. ed. São Paulo: Leya, 2016.

ISBN: 978-85-818-1384-4

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas geográfico escolar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

ISBN: 978-85-240-4477-9

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101627>

Curso: Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Geografia II

Período Letivo: 3ª série

Carga horária total: 66,66 horas

Objetivos do componente curricular

Estudar o espaço geográfico, que corresponde ao palco das realizações humanas e o conhecimento da Terra e de todas as dinâmicas existentes, sejam naturais ou sociais.

Compreender o papel das sociedades no processo de produção do espaço.

Compreender os fenômenos locais, regionais e mundiais expressos por suas territorialidades,

<p>considerando as dimensões de espaço e tempo.</p> <p>Ampliar o universo conceitual geográfico através do reconhecimento e utilização das variadas formas de representação;</p> <p>Identificar as contradições e problemas sociais ou ambientais que se manifestam espacialmente, decorrentes dos processos de produção do espaço;</p> <p>Posicionar-se criticamente em relação a vários temas, propondo soluções para problemas e desenvolver o conhecimento para a argumentação e contra-argumentação mediante questões e problematizações vivenciadas.</p>
<p>Ementa</p> <p>O desenvolvimento do capitalismo e da economia global. A mensuração do desenvolvimento. Recursos energéticos. Transportes. Turismo. Geopolítica do séc. XX. A evolução das relações internacionais no século XX e XXI. O comércio internacional. As organizações internacionais. Revisão geral de conteúdos pertinentes ao ensino médio.</p>
<p>Ênfase Tecnológica</p> <p>Aspectos inerentes ao espaço geográfico, sua produção, evolução, manifestações, alteridades e condicionantes, preparando o discente para ser cidadão do mundo, do local ao global.</p>
<p>Área de Integração</p> <p>A disciplina de Geografia poderá estabelecer os seguintes diálogos - Arte: diversidade do território brasileiro. Literatura: regionalismos. Química da vida - água, hidrocarbonetos. Física: Energias e fenômenos climáticos. História: evolução socio-territorial. Sociologia: Desigualdades sociais e classes sociais. Biologia: paisagens vegetais. Hidrologia, Geomorfologia e Climatologia: aspectos da natureza.</p>
<p>Pré ou co-requisitos: Não há</p>
<p>Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,66 horas presenciais</p>
<p>Referências</p> <p>LUCCI, E. A.; BRANCO, A. L.; MENDONÇA, C. Território e sociedade no mundo globalizado. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. ISBN: 978-85-472-0557-7 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>MARTINEZ, R.; GARCIA, W. Contato Geografia. 1. ed. São Paulo: Quinteto, 2016. ISBN: 978-85-839-2087-8 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>ALMEIDA, L. M. A.; RIGOLIM, T. B. Fronteiras da globalização. 3. ed. São Paulo: Ática, 2017. ISBN: 978-85-080-9339-7 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>ADÃO, E.; FURQUIM JUNIOR, L. Geografia em rede. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016. ISBN: 789-85-921-3099-0 Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): Não há</p>

GOETTEMS, A. A.; JOIA, L. **Geografia: leituras e interação**. 2. ed. São Paulo: Leya, 2016.

ISBN: 978-85-818-1384-4

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas geográfico escolar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

ISBN: 978-85-240-4477-9

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101627>

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: História I

Período Letivo: 1ª série

Carga horária total: 66,6 horas

Objetivos do componente curricular

Compreender a teoria da evolução e diferenciá-la do criacionismo baseado na tradição judaico-cristã.

Analisar a formação das primeiras civilizações e o seu posterior desenvolvimento político, social econômico e cultural.

Compreender a formação e o desenvolvimento das sociedades grega e romana.

Conhecer o processo de transição da Idade Média para a Moderna com suas rupturas e continuidades trazidas pelo Renascimento.

Relacionar as transformações no início da Idade Moderna – o desenvolvimento cultural e científico e a expansão marítima.

Ementa

Introdução ao conhecimento histórico: memória, tempo e história. Fontes históricas e historiografia. O surgimento da humanidade e suas primeiras formas de organização social., Egito e Mesopotâmia, Grécia e Roma, África antiga, Origem e expansão do cristianismo, Idade Média: Feudalismo, A crise do modo de produção feudal, Renascimento urbano e cultural, Expansão marítima, A Conquista da América, Brasil Colônia: aspectos sociais, econômicos e políticos, Aspectos históricos dos grupos indígenas na América, Conflitos entre Europeus e Indígenas na América Colonial, Escravidão e formas de resistência indígena e africana na América, Revolução científica.

Ênfase Tecnológica

A Conquista da América, Brasil Colônia: aspectos sociais, econômicos e políticos, Aspectos históricos dos grupos indígenas na América.

Área de Integração

Filosofia: Racionalismo e Empirismo; Sociologia: Surgimento da Sociologia; Literatura: Romantismo, Realismo, Naturalismo e Parnasianismo.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,6 horas presenciais

Referência

CABANES, P. **Introdução à história da Antiguidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ISBN: 8532639003

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

CHARTIER, R.; ARIÈS, P. **História da vida privada**, 3: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ISBN: 9788535914351

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

DORIGO, G.; VICENTINO, C. **Olhares da história: Brasil e mundo**. São Paulo: Scipione, 2017.

ISBN: 8547400370

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

OLIVEIRA, L. F. de; ALVES, A. **Moderna Plus História**. São Paulo: Moderna, 2010, volume único.

ISBN: 8516100219

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

PINSKY, C. B.; DE LUCA, T. R. (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

ISBN: 8572444513

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

ROMEIRO, J. *et al.* **Diálogo: ciências humanas e sociais aplicadas**. São Paulo: Moderna, 2020.

ISBN: 9786557792995

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

SILVA, K. V. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.

ISBN: 8572442987

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

VEYNE, P. **História da vida privada**, 1: do Império Romano ao Ano Mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ISBN: 8535913785

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

FAUVELLE, F. **O rinoceronte de ouro: histórias da Idade Média africana**. São Paulo: Edusp, 2018.

ISBN: 853141699X

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

LOPES, N. **Dicionário escolar afro-brasileiro**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2006.

ISBN: 8587478958

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

MAALOUF, A. **As cruzadas vistas pelos árabes**. Lisboa: Edições 70, 2018.

ISBN: 8554126939

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

<p>MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Unesp, 2010. ISBN: 8571399948 Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): Não há</p>

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio	
Componente Curricular: História II	
Período Letivo: 2ª Série	Carga horária total: 66,66 horas
Objetivos do componente curricular	
<p>Compreender as transformações econômicas, sociais e políticas no Brasil no século XIX.</p> <p>Analisar o contexto histórico que desencadeou a Primeira Guerra Mundial e as revoluções no século XX.</p> <p>Compreender a divisão política, econômica e ideológica que caracterizou a Guerra Fria.</p> <p>Analisar o contexto histórico que possibilitou a instauração das ditaduras militares na América Latina.</p> <p>Conhecer as transformações sociais, econômicas e políticas do Brasil no século XX.</p>	
Ementa	
<p>Revolução Científica, Revolução Industrial: transformações no processo de produção, As Revoluções Liberais e Nacionalistas do Século XIX, Brasil Império (1822-1889), Imperialismo e o neocolonialismo, Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa, Os desdobramentos das Revoluções Liberais e Industrial no Brasil, O liberalismo brasileiro no século XIX, Os Conflitos sociais urbanos e rurais, A crise do escravismo e o trabalho assalariado, O republicanismo, a crise e o fim da monarquia, República e democracia no Brasil (1889-1930), A Revolução de 1930: Era Vargas, A redemocratização (1945-1964), o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar no Brasil.</p>	
Ênfase Tecnológica	
<p>Brasil Império (1822-1889), O liberalismo brasileiro no século XIX, Os Conflitos sociais: urbanos e rurais, A crise do escravismo e o trabalho assalariado, O republicanismo, a crise e o fim da monarquia, República e democracia no Brasil (1889-1930), A Revolução de 1930: Era Vargas, A redemocratização (1945-1964), o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar no Brasil.</p>	
Área de Integração	
<p>Filosofia: Racionalismo e Empirismo; Sociologia: Surgimento da Sociologia; Literatura: Romantismo, Realismo, Naturalismo e Parnasianismo.</p>	
Pré ou co-requisitos: Não há	
Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,6 horas presenciais	
Referência	
<p>HOBBSAWM, E. A era dos extremos: o breve século XX. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. ISBN: 8571644683 Tipo: Básica</p>	

Link (catálogo virtual): Não há

HOBBSAWN, E. **Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

ISBN: 8530935365

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

MATTOS, I. R. de; GONÇALVES, M. de A. **O Império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro**. São Paulo: Atual, 1997.

ISBN: 8570563833

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

MESGRAVIS, L. **História do Brasil Colônia**. São Paulo: Contexto, 2017.

ISBN: 857244923X

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

MICELI, P. **História moderna**. São Paulo: Contexto, 2013.

ISBN: 8572448209

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

OLIVEIRA, L. F. de; ALVES, A. **Moderna Plus História**. São Paulo: Moderna, 2010, volume único.

ISBN: 8516100219

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

ROMEIRO, J. *et al.* **Diálogo: ciências humanas e sociais aplicadas**. São Paulo: Moderna, 2020.

ISBN: 9786557792995

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

SCHWARCZ, L; STARLING, H. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ISBN: 853592566X

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

VINCENT, G; PROST, A. **História da vida privada, 5: da Primeira Guerra aos nossos dias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ISBN: 8535914374

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ISBN: 8571641285

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

_____. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ISBN: 6558020424

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

FARGE, A. **Lugares para a história**. São Paulo: Autêntica, 2011.

ISBN: 8575265423

Tipo: Complementar
Link (catálogo virtual): Não há

LUCA, T. R. de. **Indústria e trabalho na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.
ISBN: 8572441794

Tipo: Complementar
Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Sociologia I

Período Letivo: 2ª Série

Carga horária total: 33, 3h horas (40 aulas)

Objetivos do componente curricular

Compreender o pensamento sociológico, as transformações, as permanências e os conflitos da sociedade contemporânea, as especificidades dos conceitos relacionados e seu desenvolvimento histórico.

Ementa

Introdução ao Pensamento Sociológico; a Sociologia na Era da 'Pós verdade'; o contexto histórico do surgimento da Sociologia; a Sociologia Clássica (Durkheim, Weber e Marx); as diferentes formas de estratificação social; -a desigualdade social e dominação na sociedade de classes; trabalho e sociedade; a organização do trabalho no século XX.

Ênfase Tecnológica

Investigação sociológica, interpretação dos processos sociais e culturais, construção científica do conhecimento sociológico.

Área de Integração

História: Revolução Científica, Revolução Industrial; colonialismo e neocolonialismo; Geografia: O espaço urbano e o industrial; Filosofia: produção do conhecimento racional.

Pré ou co-requisitos: Não se aplica

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 33,3h horas presenciais

Referência

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
ISBN: 85-336-1589-2

Tipo: Básica
Link (catálogo virtual): Não há

COSTA, C. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2016.
ISBN: 978-85-16-06596-6

Tipo: Básica
Link (catálogo virtual): Não há

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.
ISBN: 978-85-363-0222-5

Tipo: Básica
Link (catálogo virtual): Não há

BAUMAN, Z. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ISBN: 978-8537801970

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

COMPARATO, B, K. **Sociologia Geral**. 2. ed. São Paulo: Escala Educacional, 2010.

ISBN: 978-8537720905

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Sociologia II	
Período Letivo: 3ª Série	Carga horária total: 66,7 horas (80 aulas)
Objetivos do componente curricular	
<p>Apresentar o conceito antropológico do conceito de cultura e todos os seus desdobramentos históricos e sociais. Discutir o conceito de ideologia nas diferentes perspectivas sociológicas. Compreender as questões relacionadas aos debates sobre raça e racismo e aos sobre gênero e sexualidades. Apresentar as discussões sobre Ideologia, Indústria Cultural e cultura de massa e suas implicações nas dinâmicas e relações sociais. Reconhecer as inter-relações entre o poder, a política e o Estado, bem como sua influência no cotidiano. Identificar o desenvolvimento do conceito de democracia e cidadania e suas historicidades no mundo ocidental. Conhecer as bases do pensamento social brasileiro.</p>	
Ementa	
<p>O conceito antropológico de cultura; as perspectivas socioantropológicas sobre raça e etnia; Perspectivas socioantropológica sobre gênero e sexualidade; comunicação e Sociedade (Indústria Cultural e a Escola de Frankfurt); política, poder e sociedade; Estado, democracia, cidadania e direitos humanos; o Pensamento Político Clássico; a cidadania no Brasil; debates contemporâneos sobre cidadania e política; os Movimentos Sociais; o Pensamento Social brasileiro.</p>	
Ênfase Tecnológica	
<p>Investigação sociológica, interpretação dos processos sociais e culturais, construção científica do conhecimento sociológico.</p>	
Área de Integração	
<p>Geografia: Globalização, identidade e diversidade cultural. Língua Portuguesa: leitura e produção de textual.</p>	
Pré ou co-requisitos: Não há	
Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,7 horas presenciais	
Referência	
<p>COSTA, C. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2016. ISBN: 978-85-16-06596-6 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. ISBN: 978-0006356387 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>SCHWARCZ, L. M. Racismo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2012. ISBN: 978-8574023175 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>COLLING, L. Gênero e sexualidade na atualidade. 1 ed. Salvador: UFBA, 2018. ISBN: 978-85-8292-181-4 Tipo: Complementar</p>	

Link (catálogo virtual): não há

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 22. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

ISBN: 978-85-7110-438-9

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Linguagens, códigos e suas tecnologias

Curso: Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Artes

Período Letivo: 1ª Série

Carga horária total: 66,6 horas

Objetivos do componente curricular

Compreender a diversidade cultural e se posicionar enquanto ser/ estar/ relacionar/ respeitar/ e valorizar a Arte como conhecimento e uso das linguagens e suas tecnologias. Aprender através dos saberes sensíveis estéticos, culturais, históricos a importância da arte como elemento formador ao ser humano. Ler o mundo e o intertextualizar, ligando-o a outras áreas de conhecimento. Perceber conexões entre as áreas de conhecimento através das linguagens artísticas, estabelecendo múltiplos diálogos; como dança, música, teatro, artes visuais e linguagens sincréticas. Conhecer e considerar os planos de expressão e de conteúdo da Arte como modos de comunicação e sentido.

Ementa

Leitura e análise de obras de arte. Identificação e análise de mecanismos persuasivos não-verbais e midiáticos. A arte como criação e manifestação sociocultural. Técnicas de expressão e representação. Prática artística. Arte e performance artística. Elementos da visualidade e suas relações e aplicações compositivas. Linguagens artísticas tradicionais e contemporâneas. Arte Indígena. Arte Africana. Contextualização dos principais períodos históricos da Arte.

Ênfase Tecnológica

Leitura de imagem. A arte como criação e manifestação sociocultural. Linguagens artísticas tradicionais e contemporâneas.

Área de Integração

Língua Portuguesa: leitura e produção de texto, literatura; Sociologia: o conceito antropológico de cultura, Ideologia e Alienação, Indústria cultural.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,6 horas presenciais

Referência

PROENÇA, G. **Descobrimos a história da arte**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2008.

ISBN: 978-8508099214

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

HAUSER, A. **História social da literatura e da arte**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

ISBN: 978-8533608375

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

GOMBRICH, E. H. **A história da arte**. São Paulo: LTC, 2000.

ISBN: 978-8521611851

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

RUSH, M. **Novas mídias na arte contemporânea**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ISBN: 978-8578277093

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

MARTINS, M. C. F. D. *et al.* **Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer a arte**. São Paulo: FTD, 1998.

ISBN: 978-8532241986

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Cursos: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Educação Física I

Período Letivo: 1ª série

Carga horária total: 33,33 horas

Objetivos do componente curricular

Contribuir com o desenvolvimento de conhecimentos relacionados a condição física, as noções básicas de nutrição, de anatomia e de fisiologia do ser humano;

Proporcionar aos estudantes oportunidade de contato com diferentes esportes e atividades físicas;

Desenvolver conceitos que se relacionam com a autonomia, a criticidade e a criatividade associando a Educação Física ao exercício da cidadania;

Reconhecer a importância das manifestações culturais de movimento.

Ementa

Função da Educação Física no contexto histórico brasileiro. Perspectivas sociais, culturais, e anatômicos do corpo humano. Nutrição e Alimentos. Saúde e bem-estar. O corpo e o movimento humano. Exercícios físicos. Jogos.

Ênfase Tecnológica

Saúde e bem-estar através da prática de atividades físicas.

Área de Integração

Agroecologia: Agricultura Natural - Saúde e bem-estar - Nutrição e Alimentos; Biologia: Metabolismo energético - Conhecimento do próprio corpo; Artes: Expressões Corporais e culturais - Manifestações culturais e movimento humano.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 33,33 horas presenciais

Referência

CARVALHO, Y. M. de; RUBIO, K. **Educação física e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 2001.

ISBN: 978-8527105736

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

DARIDO, S. C. e RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica**.

Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

ISBN: 978-8527710428

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

TUBINO, M. J. G. **Dimensões sociais do esporte**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ISBN: 978-8524916892

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

SABA, F. **Mexa-se**: atividade física, saúde e bem-estar. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2011.

ISBN: 978-8576553137

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

SOARES, Y. M. **Treinamento esportivo**: Aspectos multifatorias do rendimento. 1. ed. Curitiba: Medbook. 2014.

ISBN: 978-8583690016

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Cursos: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Educação Física II

Período Letivo: 2ª série

Carga horária total: 33,33 horas

Objetivos do componente curricular

Identificar e caracterizar o esporte como prática social, que contribui com a saúde e com o bem-estar físico e psíquico;

Compreender a cultura corporal de movimento como cidadão autônomo e crítico que pode dar significado nos contextos socioculturais, reconhecendo-se como sujeito atuante na sociedade;

Promover experiências interpessoais envolvendo atividades coletivas, como trabalho em equipe, atividades de lazer e jogos;

Possibilitar o desenvolvimento de todos os estudantes por meio de atividades diversificadas, estimulando-os ao conhecimento de si mesmo, de suas potencialidades, compreendendo também o espaço do outro na prática do respeito a diversidade;

Utilizar a mídia como ferramenta de auxílio no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes a fim de dominar as possibilidades de expressão e perceber possíveis manipulações, discernindo sobre o que realmente é importante naquilo divulgado.

Ementa

Benefícios dos exercícios físicos para o organismo. Atividades físicas sistemáticas. Cuidados para a prática esportiva. Jogos. Cultura corporal do movimento e cidadania. Relações da Educação Física com lazer, cultura e sociedade. Habilidades interpessoais e trabalho em equipe. Educação Física e Mídia.

Ênfase Tecnológica

Práticas corporais. Cooperação e trabalho em equipe. Relação Esporte e Sociedade.

Área de Integração

Sociologia: Política, Poder e Sociedade / Cultura Corporal de Movimento.	
Pré ou co-requisitos: Não há	
Carga horária a distância / Carga horária presencial: 33,33 horas presenciais	
Referência	
<p>CARVALHO, Y. M. de; RUBIO, K. Educação física e ciências humanas. São Paulo: Hucitec, 2001. ISBN: 978-8527105736 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>DARIDO, S. C. e RANGEL, I. C. A. Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. ISBN: 978-8527710428 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>TUBINO, M. J. G. Dimensões sociais do esporte. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. ISBN: 978-8524916892 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>SABA, F. Mexa-se: atividade física, saúde e bem-estar. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2011. ISBN: 978-8576553137 Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>SOARES, Y. M. Treinamento esportivo: Aspectos multifatorias do rendimento. 1. ed. Curitiba: Medbook. 2014. ISBN: 978-8583690016 Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): Não há</p>	

Cursos: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Língua Portuguesa e Literatura I	
Período Letivo: 1ª Série	Carga horária total: 100 horas
Objetivos do componente curricular	
<p>Possibilitar, por procedimentos sistematizados, o desenvolvimento de ações de linguagem em diferentes situações de interação verbal visando ao refinamento das capacidades de leitura e de escrita, fala e de escuta do estudante.</p> <p>Formar leitores apreciadores da arte nas suas mais variadas manifestações de linguagem, explorando o texto literário com seus elementos constitutivos e sua relação com o contexto de criação e de outros contextos.</p>	

<p>Ementa</p> <p>Introdução à literatura; manifestações literárias de tradição medieval portuguesa (Trovadorismo e Humanismo); Classicismo em Portugal; a literatura no período colonial (Quinhentismo no Brasil); Barroco e Arcadismo. Língua e linguagem; gêneros discursivos; variedades linguísticas; aspectos semânticos; figuras de linguagem; reflexões sobre os aspectos gramaticais e fonológicos da língua. Contribuições europeias, indígenas e africanas na língua e literatura do Brasil.</p>
<p>Ênfase Tecnológica</p> <p>Habilidades comunicativas nas mais variadas atividades sociais, considerando o perfil de seus interlocutores e as necessidades do mundo contemporâneo.</p>
<p>Área de Integração</p> <p>Arte: história da arte; História: Antiguidade; Idade Média e Renascimento.</p>
<p>Pré ou co-requisitos</p> <p>Habilidade básica de leitura, de produção textual e de práticas de oralidade. Noções de análise linguísticas e semióticas.</p>
<p>Carga horária a distância / Carga horária presencial: 100 horas presenciais</p>
<p>Referência</p> <p>ABAURRE, M. L.; ABAURRE, M. B. M.; PONTARA, M. Português: contexto, interlocuções e sentido. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2020. 978-851-610-527-3 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>BOSI, A. História concisa da literatura brasileira. 52. ed. São Paulo: Cultrix, 2018. 978-85-316-0189-7 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. ISBN: 978-85-830-0266 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>CEREJA, R. W.; VIANA, C. A. D.; CODENHOTO, C. D. Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, volume 1. ISBN: 978-85-472-0507-2 Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>SETTE, G. <i>et al.</i> Português: trilhas e tramas. 2. ed. São Paulo: Leya, 2016, volume 2. ISBN: 978-85-451-0347-9 Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): Não há</p>

<p>Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio</p>
<p>Componente Curricular: Língua Portuguesa e Literatura II</p>

Período Letivo: 2ª Série	Carga horária total: 100 horas
<p>Objetivos do componente curricular</p> <p>Possibilitar, por procedimentos sistematizados, o desenvolvimento de ações de linguagem em diferentes situações de interação verbal, visando ao refinamento das capacidades de leitura e de escrita, fala e de escuta do estudante;</p> <p>Formar leitores apreciadores da arte nas suas mais variadas manifestações de linguagem, explorando o texto literário com seus elementos constitutivos e sua relação com o contexto de criação e de outros contextos.</p>	
<p>Ementa</p> <p>Produções literárias do século XIX no Brasil (Romantismo, Realismo, Naturalismo, Parnasianismo e Simbolismo) e seu contexto sócio-histórico. Diálogos com a produção literária de identidades nacionais africanas e afro-brasileiras. Relações morfossintáticas do período simples e sua produção de sentido no texto.</p>	
<p>Ênfase Tecnológica</p> <p>Habilidades comunicativas nas mais variadas atividades sociais, considerando o perfil de seus interlocutores e as necessidades do mundo contemporâneo. Pensamento cultural e da percepção estética literária, concebendo a literatura como arte em suas múltiplas funções.</p>	
<p>Área de Integração</p> <p>Arte: Manifestações artísticas do século XIX; História: Iluminismo, Revolução Francesa, Brasil Colonial e Brasil República; Sociologia: Teorias raciais no século XIX e Características da sociedade capitalista; Filosofia: Fundamentos da Filosofia Contemporânea, Rousseau e o Mito do bom selvagem; Geografia: Urbanização, Industrialização, Transformação da paisagem e do modo de vida</p>	
<p>Pré ou co-requisitos</p> <p>Habilidade básica de leitura, de produção textual e de práticas de oralidade. Noções de análise linguística e semiótica.</p>	
<p>Carga horária a distância / Carga horária presencial: 100 horas presenciais</p>	
<p>Referência</p> <p>ABAURRE, M. L.; ABAURRE, M. B. M.; PONTARA, M. Português: contexto, interlocuções e sentido. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2016. 978-851-610-527-3 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>BOSI, A. História concisa da literatura brasileira. 52. ed. São Paulo: Cultrix, 2018. 978-85-316-0189-7 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. ISBN: 978-85-830-0266 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>CEREJA, R. W.; VIANA, C. A. D.; CODENHOTO, C. D. Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, volume 1.</p>	

ISBN: 978-85-472-0507-2

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

SETTE, G. *et al.* **Português:** trilhas e tramas. 2. ed. São Paulo: Leya, 2016, volume 2.

ISBN: 978-85-451-0347-9

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Língua Portuguesa e Literatura III

Período Letivo: 3ª Série

Carga horária total: 100 horas

Objetivos do componente curricular

Possibilitar, por procedimentos sistematizados, o desenvolvimento de ações de linguagem em diferentes situações de interação verbal visando ao refinamento das capacidades de leitura e de escrita, fala e de escuta do estudante.

Formar leitores apreciadores da arte nas suas mais variadas manifestações de linguagem, explorando o texto literário com seus elementos constitutivos e sua relação com o contexto de criação e de outros contextos.

Ementa

A sintaxe: Revisão de termos básico. Orações coordenadas e subordinadas. Concordâncias e Regências: verbal e nominal. A crase. Principais figuras de linguagem. Movimentos literários do século XIX: revisão. As Vanguardas Europeias e influências nas Artes brasileiras. Da Tradição à Modernidade no Brasil. O Pré-Modernismo: principais autores e obras. Primeira geração modernista e a Semana de Arte Moderna de 1922. Segunda geração modernista: Poesia e Prosa. Terceira geração modernista: Clarice Lispector, Guimarães Rosa e João Cabral de Melo Neto. A produção literária Pós-Moderna (a partir de 1945): recortes. Elementos da produção textual dissertativa-argumentativa.

Ênfase Tecnológica

Habilidades comunicativas nas mais variadas atividades sociais, considerando o perfil de seus interlocutores e as necessidades do mundo contemporâneo.

Área de Integração

Geografia: Globalização, identidade e diversidade cultural; O desenvolvimento do capitalismo e da economia global; Geopolítica do séc. XX. Sociologia: Política, poder e sociedade; Direitos humanos; Cidadania; Pensamento social brasileiro.

Pré ou co-requisitos

Habilidade básica de leitura, de produção textual e de práticas de oralidade. Noções de análise linguísticas e semióticas.

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 100 horas presenciais

Referência

ORMUNDO, W.; SINISCALCHI, C. **Se liga na língua:** literatura, produção de texto, linguagem. São Paulo: Moderna, 2016.

ISBN: Não há

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

ISBN: Não há

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1987.

ISBN: Não há

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

TELES, G. M. **Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro**: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

ISBN: Não há

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ISBN: Não há

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

EMEDIATO, W. **A fórmula do texto**: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editorial, 2010.

ISBN: Não há

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. 26. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ISBN: Não há

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1999.

ISBN: Não há

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Língua Inglesa I

Período Letivo: 1ª Série

Carga horária total: 33,3 horas

Objetivos do componente curricular

Compreender textos a partir do desenvolvimento de estratégias de leitura, do estudo de estruturas sintáticas contextualizadas e de vocabulário geral e específico.

Produzir em língua inglesa pela via de atividades de produção oral e escrita, buscando o engajamento discursivo, percebendo o inglês como forma de comunicação mundial.

Traduzir e associar termos em inglês e português.

Discutir por meio materiais autênticos temas como arte e cultura, ética e cidadania, sociedade e

meio ambiente, de modo transdisciplinar.

Ementa

Estruturas sintática e morfológicas básicas da língua inglesa: Review of verb tenses, basic vocabulary; Reflexive and Relative Pronouns; Simple Future and Future Continuous; modal verbs; estratégias necessárias à leitura e compreensão de textos escritos; técnica de produção de texto.

Ênfase Tecnológica

Leitura, compreensão, tradução e produção textual na forma escrita e oral.

Área de Integração

Sociologia: sociedade e trabalho. Ética e educação ambiental: Conflito de interesses.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 33,3 horas presenciais

Referência

TORRES, N. **Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado**. 10. ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2007. 448 p.

ISBN: 9788502063525

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

MURPHY, R. **English grammar in use: a self-study reference and practice book for intermediate learners of english: with answers**. 5. ed. Cambridge, UK: Cambridge University, 2019. x, 380 p.

ISBN: 9781108457651

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

GUANDALINI, E. O. **Técnicas de leitura em inglês: ESP english for specific purposes : estágio 1**. São Paulo: Textonovo, 2002. 111 p.

ISBN: 8585734523

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

GUANDALINI, E. O. **Técnicas de leitura em inglês: ESP english for specific purposes: estágio 2**. São Paulo: Texto novo, 2005. 111 p.

ISBN: 8585734817

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

SILVEIRA, M. E. K. **Inglês instrumental: volume único**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. 270 p.

ISBN: 8576482657

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual):

<<http://biblioteca.ifes.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/000015/000015d8.pdf>>

HASHEMI, L.; MURPHY, R. **English grammar in use: supplementary exercises**. 3rd edition. Cambridge University Press, 2012.

ISBN: 978-0521755481

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há.

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Língua Inglesa II	
Período Letivo: 3ª Série	Carga horária total: 66,6 horas
<p>Objetivos do componente curricular</p> <p>Compreender textos a partir do desenvolvimento de estratégias de leitura, do estudo de estruturas sintáticas contextualizadas e de vocabulário geral e específico.</p> <p>Produzir em língua inglesa pela via de atividades de produção oral e escrita, buscando o engajamento discursivo, percebendo o inglês como forma de comunicação mundial.</p> <p>Traduzir e associar termos em inglês e português.</p> <p>Discutir por meio materiais autênticos temas como arte e cultura, ética e cidadania, sociedade e meio ambiente, de modo transdisciplinar.</p> <p>Ampliar o uso da estrutura gramatical como mecanismo de uso social da língua inglesa.</p>	
<p>Ementa</p> <p>Estruturas sintática e morfológicas da língua inglesa; estratégias necessárias à leitura e compreensão de textos escritos; produção de texto literário, acadêmico e não literário; estudo das formas gramaticais formais e informais; uso da língua inglesa como instrumento de comunicação oral e escrita em situações básicas de interação social.</p>	
<p>Ênfase Tecnológica</p> <p>Leitura, compreensão, tradução e produção textual na forma escrita e oral.</p>	
<p>Área de Integração</p> <p>Sociologia: questões relacionadas aos debates sobre raça e racismo e aos sobre gênero e sexualidades. Geografia: Aspectos inerentes ao espaço geográfico, sua produção, evolução, manifestações, alteridades e condicionantes, preparando o discente para ser cidadão do mundo, do local ao global. Ações Ambientais e Tecnologias Sustentáveis: Impactos ambientais da disposição inadequada de efluentes.</p>	
Pré ou co-requisitos: Não há	
Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,6 horas presenciais	
<p>Referência</p> <p>TORRES, N. Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado. 10. ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2007. 448 p. ISBN: 9788502063525 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>MURPHY, R. English grammar in use: a self-study reference and practice book for intermediate learners of english: with answers. 5. ed. Cambridge, UK: Cambridge University, 2019. x, 380 p. ISBN: 9781108457651 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>GUANDALINI, E. O. Técnicas de leitura em inglês: ESP english for specific purposes : estágio 1. São Paulo: Textonovo, 2002. 111 p.</p>	

ISBN 8585734523

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

GUANDALINI, E. O. **Técnicas de leitura em inglês: ESP english for specific purposes: estágio 2.** São Paulo: Texto novo, 2005. 111 p.

ISBN: 8585734817

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

SILVEIRA, M. E. K. **Inglês instrumental: volume único.** Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. 270 p.

ISBN: 8576482657

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual):

<<http://biblioteca.ifes.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/000015/000015d8.pdf>>

HASHEMI, L.; MURPHY, R. **English grammar in use: supplementary exercises.** 3rd edition. Cambridge University Press, 2012.

ISBN: 978-0521755481

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há.

Matemática e suas Tecnologias

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Matemática I

Período Letivo: 1ª Série

Carga horária total: 100 horas

Objetivos do componente curricular

Formular e interpretar hipóteses, visando a resolução de problemas e utilizando os conceitos matemáticos.

Entender a ideia de função e suas propriedades;

Resolver e elaborar problemas utilizando o conceito de funções;

Construir, interpretar e analisar o gráfico de funções, utilizando ou não tecnologias digitais;

Analisar conjuntos de dados e reconhecer quando esses dados podem ser modelados por funções;

Compreender o que é vértice da parábola e investigar ponto de máximo ou mínimo de funções quadráticas;

Interpretar e solucionar as situações-problema modeladas através de funções.

Ementa

Conjuntos numéricos e intervalos, funções, função afim, função definida por parte e função modular, função quadrática, função exponencial, função logarítmica, sequências, progressão aritmética (PA) e progressão geométrica.

Ênfase Tecnológica

Conjuntos numéricos. Funções e inequações.

Área de Integração	
Física: cinemática e termodinâmica. Química: conversão de unidade. Biologia: modelo do crescimento exponencial de bactérias. Artes: desenho gráfico no contexto artístico.	
Pré ou co-requisitos: Não há	
Carga horária a distância / Carga horária presencial: 100 horas presenciais	
Referência	
DANTE, L. R.; VIANA, F. Matemática em contextos: função afim e função quadrática. 1. ed. São Paulo: Ática, 2021. ISBN: 978-65-5767-038-5 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há	
DANTE, L. R.; VIANA, F. Matemática em contextos: função exponencial, função logarítmica e sequências. 1. ed. São Paulo: Ática, 2021. ISBN: 978-65-5767-036-1 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há	
DANTE, L. R.; VIANA, F. Matemática: contexto & aplicações. 4. ed. São Paulo: Ática, 2019, volume único. ISBN: 8508190034 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há	
IEZZI, G; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar 1: conjuntos e funções. 9. ed. São Paulo: FDT, 2019. ISBN: 8535716823 Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): Não há	
IEZZI, G; MURAKAMI, C.; DOLCE, O. Fundamentos de matemática elementar 2: logaritmos. 10. ed. São Paulo: FDT, 2019. ISBN: 8535716807 Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): Não há	
IEZZI, G.; MURAKAMI, C.; DOLCE, O. Fundamentos de matemática elementar 4: sequências, matrizes, determinantes e sistema. 8. ed. São Paulo: FDT, 2019. ISBN: 853571748X Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): Não há	

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Matemática II	
Período Letivo: 2ª Série	Carga horária total: 100 horas
Objetivos do componente curricular	
Possibilitar ao estudante o reconhecimento das inter-relações entre os vários campos da Matemática, e desta com outras áreas do conhecimento.	

<p>Proporcionar ao estudante conhecimentos básicos que lhe permitam continuar seus estudos, além de adquirir uma formação científica geral</p> <p>Aplicar conhecimentos da trigonometria nos triângulos para cálculo de distâncias inacessíveis</p> <p>Reconhecer arcos, ângulos, congruências e simetrias no ciclo trigonométrico</p> <p>Relacionar o estudo das funções trigonométricas aos fenômenos periódicos</p> <p>Compreender e usar a linguagem matricial de apresentação de dados</p> <p>Resolver e interpretar geometricamente um sistema linear</p> <p>Modelar e resolver problemas usando sistema linear</p> <p>Aplicar as técnicas de contagem em situações do cotidiano</p> <p>Calcular probabilidades em espaços amostrais finitos e equiprováveis</p>
<p>Ementa:</p> <p>Trigonometria no triângulo retângulo, Lei dos senos e dos cossenos, Círculo trigonométrico e funções trigonométricas. Matrizes, Determinantes e Sistemas lineares. Análise combinatória e Probabilidade.</p>
<p>Ênfase Tecnológica</p> <p>Trigonometria nos triângulos, Função trigonométrica e Probabilidade.</p>
<p>Área de Integração</p> <p>Física: movimento ondulatório. Química: balanceamento químico. Biologia: genética.</p>
<p>Pré ou co-requisitos: Não há</p>
<p>Carga horária a distância / Carga horária presencial: 100 horas presenciais</p>
<p>Referência</p> <p>DANTE, L. R.; VIANA, F. Matemática em contextos: trigonometria e sistema lineares. 1. ed. São Paulo: Ática, 2020. ISBN: 978-65-5767-042-2 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>DANTE, L. R.; VIANA, F. Matemática em contextos: análise combinatória, probabilidade e computação. 1. ed. São Paulo: Ática, 2020. ISBN: 978-65-5767-044-6 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>SOUZA, J. R.; GARCIA, J. da S. R. Contato matemática. 1. ed. São Paulo: Editora FTD, 2016, volume 2. ISBN: 978-85-96-00310-0 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>IEZZI, G.; HAZZAN, S. Fundamentos de matemática elementar 4: sequências, matrizes, determinantes e sistema. 8. ed. São Paulo: Atual, 2019. ISBN: 853571748X Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>IEZZI, G.; HAZZAN, S. Fundamentos de matemática elementar 5: combinatória e probabilidade. 8.</p>

ed. São Paulo: Atual, 2019.

ISBN: 8535717501

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

IEZZI, G. **Fundamentos de matemática elementar 3**: trigonometria. 9. ed. São Paulo: Atual, 2019.

ISBN: 853571684X

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Técnico Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Matemática III

Período Letivo: 3ª Série

Carga horária total: 100 horas

Objetivos do componente curricular

Fornecer ao aluno conhecimentos relacionados aos métodos matemáticos, possibilitando a resolução de situações-problemas na área específica e, em especial, em outras áreas do conhecimento.

Entender os conceitos de Estatística e Matemática Financeira para aplicar nas questões do cotidiano.

Conhecer as propriedades de geometria para interpretar e resolver problemas.

Ementa: Noções Básicas de Estatística, Matemática Financeira, Geometria Plana, Geometria Espacial, Geometria Analítica e Polinômios.

Ênfase Tecnológica

Geometria Plana, Espacial e Analítica.

Área de Integração

Física: fundamentos da física moderna. Geografia: cartografia

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 100 horas presenciais

Referência

DANTE, L. R.; VIANA, F. **Matemática em contextos**: estatística e matemática financeira. 1. ed. São Paulo: Ática, 2020.

ISBN: 978-65-5767-046-0

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

DANTE, L. R.; VIANA, F. **Matemática em contextos**: geometria plana e espacial. 1. ed. São Paulo: Ática, 2020.

ISBN: 978-65-5767-040-8

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

SOUZA, J. R.; GARCIA, J. da S. R. **Contato matemática**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2016, volume 3.

ISBN: 978-85-96-00312-4

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

IEZZI, G. **Fundamentos de matemática elementar 7**: geometria analítica. 6. ed. São Paulo: Atual, 2013.

ISBN: 978-85-357-1754-9

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

DOLCE, O.; POMPEO, J. N. **Fundamentos de matemática elementar 9**: geometria plana. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013.

ISBN: 8535716866

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

DOLCE, O.; POMPEO, J. N. **Fundamentos de matemática elementar 10**: geometria espacial. 7. ed. São Paulo: Atual, 2013.

ISBN: 8535717587

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

IEZZI, G.; HAZZAN, S.; DEGENSZAJN, D. M. **Fundamentos de matemática elementar 11**: matemática comercial, matemática financeira e estatística descritiva. 2. ed. São Paulo: FDT, 2013.

ISBN: 8535717609

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Curso: Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Biologia I

Período Letivo: 1ª Série

Carga horária total: 66,6 horas

Objetivos do componente curricular

Compreender a importância do estudo da Biologia como forma de entender o mundo que nos cerca;

Identificar conceitos biológicos aplicados à vida cotidiana;

Aplicar o raciocínio dedutivo;

Estabelecer relações entre os processos biológicos e compreender como eles estão associados ao funcionamento da vida e das sociedades;

Estimular a aplicação dos conhecimentos e hábitos adquiridos no estudo da Biologia para manutenção da saúde e melhoria da qualidade de vida;

Perceber a relevância dos conhecimentos relativos à Biologia nos avanços científicos.

Ementa

Água, biomoléculas e sais minerais. A célula e seus componentes. Processos metabólicos celulares. Divisão celular. Histologia, anatomia e fisiologia humana. Reprodução e desenvolvimento embrionário.

Ênfase Tecnológica

Elementos e processos que constituem a vida, bem como os aspectos morfofisiológicos do corpo humano e seu estreito vínculo com as dimensões da reprodução, do desenvolvimento e da saúde.

Área de Integração

Química: ligações químicas, química orgânica e bioquímica. Física: Física mecânica, Eletrofísica e Termodinâmica. Filosofia: Filosofia da ciência e lógica. Matemática: operações matemáticas, geometria e função linear. Educação física: Esporte, nutrição e saúde. Português: Leitura e interpretação de texto.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,7 horas presenciais

Referência

AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. **Biologia Moderna**: 1 Ensino Médio. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2016. ISBN: 9788516105211

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

AMABIS, J.M.; MARTHO, G.R. **Vereda digital** - Fundamentos da Biologia Moderna. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2018, volume único.

ISBN: 9788516107161

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

GEWANDSZNAJDER, F.; LINHARES, S.; PACCA, H. **Biologia**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2018.

ISBN: 8508189990

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

LOPES, S. G. B. C. **Bio**: volume único: completo e atualizado. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

ISBN: 978-8502029248

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

MACHADO, S. **Biologia**: de olho no mundo do trabalho: volume único, ensino médio. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2003.

ISBN: 8526249673

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Biologia II

Período Letivo: 2ª Série

Carga horária total: 66,6 horas

Objetivos do componente curricular

O estudante deverá utilizar critérios biológicos para realizar classificações de animais, vegetais e outros seres vivos.

Ementa

Sistemática; Taxonomia; os grandes reinos; morfofisiologia vegetal (Angiospermas); Ecologia.

Ênfase Tecnológica

Ciências Naturais e as tecnologias a elas associadas como construções humanas, percebendo seus papéis nos processos de produção e no desenvolvimento econômico e social da humanidade. Associar intervenções que resultam em degradação ou conservação ambiental a processos produtivos e sociais e a instrumentos ou ações científico-tecnológicos.

Área de Integração

Arte: Elementos da visualidade. Geografia: Políticas ambientais no Brasil. Sociologia: Desigualdades sociais. Química: Ciclos biogeoquímicos.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância/ Carga horária presencial: 66,6 horas presenciais

Referência

AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. **Biologia Moderna**. 1. ed. São Paulo: Moderna. 2016, volume 2. ISBN: 9788516105228

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

LOPES, S.; ROSSO, S. **Bio**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, volume 2.

ISBN: 9788502222748

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

LINHARES, S.; GEWANDSZNAJDER, F. ; PACCA, H. M. **Biologia Hoje**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2016, volume 2.

ISBN: 9788508179572

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

FAVARETO, J. A. **Biologia unidade e diversidade**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2016., volume 2.

ISBN: 9788596003445

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

CATANI, A. *et al.* **Ser protagonista**. 3. ed. Editora SM. São Paulo: SM, 2016, volume 2.

ISBN: 9788541813532

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Biologia III

Período Letivo:-3ª Série

Carga horária total: 40 horas

Objetivos do componente curricular

Entender os fundamentos da genética clássica e moderna, bem como suas aplicabilidades no mundo atual;

Compreender os mecanismos evolutivos e discutir questões relacionadas à origem, mudança e

manutenção da diversidade biológica.

Ementa:

GENÉTICA - Fundamentos históricos e conceituais da genética; Herança Mendeliana. Probabilidade aplicada à genética; Alelos múltiplos; Grupos sanguíneos; Heredograma; Genes Letais; Herança do sexo; Interação Gênica, Epistasia, Herança quantitativa; Pleiotropia; Genética de populações; Engenharia Genética e Biotecnologia do DNA; Transgênicos; Clonagem; Vacinas; Genética Forense. EVOLUÇÃO: Origem da vida; Teorias da evolução biológica; Evidências evolutivas; Especiação.

Ênfase Tecnológica:

Biotecnologia, Melhoramento Genético, Produção vegetal

Área de Integração

Sociologia: Eugenia e bioética. História: Evolução humana. Química: Reações Químicas. Matemática: Probabilidade, Regra de três.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 40 horas presenciais.

Referência

AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. **Biologia Moderna**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2016, volume 3. ISBN: 9788516105211

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

AMABIS, J.M.; MARTHO G.R. **Vereda digital** - Fundamentos da Biologia Moderna. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2018, volume único. ISBN: 978851610716

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

GEWANDSZNAJDER, F.; LINHARES, S.; PACCA, H. **Biologia**. São Paulo: Ática, 2018, volume único. ISBN: 9788508189991

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

LOPES, S. G. B. C. **Bio**: volume único completo e atualizado. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. ISBN: 9788502210592

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

MACHADO, S. **Biologia**: de olho no mundo do trabalho: volume único, ensino médio. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2003. ISBN: 9788526249035

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Física I	
Período Letivo: 1ª Série	Carga horária total: 66,7 h
Objetivos do componente curricular	
<p>Descrever e comparar características físicas e parâmetros em diferentes linguagens e formas de representação.</p> <p>Utilizar leis físicas para prever e interpretar e analisar procedimentos para alterá-los ou avaliá-los, em situações de interação física.</p> <p>Comparar e avaliar sistemas naturais e tecnológicos em termos das grandezas físicas.</p>	
Ementa	
<p>Unidades de medidas (comprimento, massa e tempo); cinemática (velocidade média, movimento retilíneo uniforme, movimento uniformemente variado e queda livre); dinâmica (leis de Newton e suas aplicações, Lei de Hooke – força elástica); trabalho e potência; energia mecânica e conservação da energia mecânica; hidrostática e hidrodinâmica.</p>	
Ênfase Tecnológica	
<p>Conhecimentos da Física que possibilitem compreender o mundo natural, bem como interpretar, avaliar e planejar intervenções científico-tecnológicas no mundo contemporâneo, relacionados à eletricidade e magnetismo.</p>	
Área de Integração	
<p>Matemática: operações fundamentais, equação do 1º e 2º grau. Língua portuguesa: leitura e interpretação de texto.</p>	
Pré ou co-requisitos: Não há	
Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,7 h presencias	
Referência	
<p>RAMALHO JÚNIOR, F.; FERRARO, N. G.; SOARES, P. A. de T. Os fundamentos de física: mecânica. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2007, volume 3. ISBN: 978 – 85 – 16 – 05655 (Livro do aluno) Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>HEWITT, P. G. Física conceitual. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. ISBN: 978 – 85 – 8260 – 341 – 3 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>LUZ, A. M. R.; ALVARENGA, B. G.; GUIMARÃES, C. Física contexto & aplicações. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2016, volume 1. ISBN: 9788526299207 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>SANT’ANNA, B. <i>et al.</i> Conexões com a física: volume 2: estudos dos movimentos, leis de Newton e leis da conservação. 1. ed. São Paulo: Moderna. 2011. ISBN: 9788516065782 Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>YAKAMOTO, K.; FUKE, L. F. Física para o ensino médio. Volume 1: mecânica. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.</p>	

ISBN: 9788502132528
Tipo: Complementar
Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Física II

Período Letivo: 2ª Série

Carga horária total: 66,7 h

Objetivos do componente curricular

Descrever e comparar características físicas e parâmetros em diferentes linguagens e formas de representação.

Utilizar leis físicas para prever e interpretar e analisar procedimentos para alterá-los ou avaliá-los, em situações de interação física.

Comparar e avaliar sistemas naturais e tecnológicos em termos das grandezas físicas.

Ementa

Termologia, Calorimetria, Termodinâmica, noções de ondulatória e noções de Óptica Geométrica.

Ênfase Tecnológica

Conhecimentos da Física que possibilitem compreender o mundo natural, bem como interpretar, avaliar e planejar intervenções científico-tecnológicas no mundo contemporâneo, relacionados aos conceitos de óptica geométrica, calor, termodinâmica e ondulatória.

Área de Integração

Matemática: operações fundamentais, equação do 1º e 2º grau. Língua portuguesa: leitura e interpretação de texto. Química: Estudo dos gases ideais. História: Termodinâmica.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,7 h presenciais

Referência

RAMALHO JÚNIOR, F.; FERRARO, N. G.; SOARES, P. A. de T. **Os fundamentos de física:** termologia, óptica e ondas. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2007, volume 2.

ISBN: 978 – 85 – 16 – 05655 (Livro do aluno)

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

HEWITT, P. G. **Física conceitual.** 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ISBN: 978 – 85 – 8260 – 341 – 3

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

LUZ, A. M. R. da; ALVARENGA, B. G. de; GUIMARÃES, C. **Física contexto & aplicações.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 2016, volume 1.

ISBN: 9788526299207

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

SANT'ANNA, B. *et al.* **Conexões com a física:** volume 2: estudos de calor, óptica geométrica e fenômenos ondulatórios. 1. ed. São Paulo: Moderna. 2011.

ISBN: 9788516065782

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

YAKAMOTO, K.; FUKU, L. F. **Física para o ensino médio**. Volume 2: termologia, óptica e ondulatória. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ISBN: 9788502132528

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Física III

Período Letivo: 3ª Série

Carga horária total: 66,7 h

Objetivos do componente curricular

Descrever e comparar características físicas e parâmetros em diferentes linguagens e formas de representação.

Utilizar leis físicas para prever e interpretar e analisar procedimentos para alterá-los ou avaliá-los, em situações de interação física.

Comparar e avaliar sistemas naturais e tecnológicos em termos das grandezas físicas.

Ementa

Eletrodinâmica: corrente elétrica, resistência elétrica (1ª e 2ª leis de Ohm), potência elétrica, circuitos elétricos simples. Noções de eletromagnetismo.

Ênfase Tecnológica

Conhecimentos da Física que possibilitem compreender o mundo natural para interpretar, avaliar e planejar intervenções científico-tecnológicas no mundo contemporâneo, relacionados a cinemática, dinâmica e energia mecânica e sua conservação.

Área de Integração

Matemática: operações fundamentais, equação do 1º e 2º grau. Língua portuguesa: leitura e interpretação de texto. Química: Eletroquímica.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,7 h presenciais

Referência

RAMALHO JÚNIOR, F.; FERRARO, N. G.; SOARES, P. A. de T. **Os fundamentos de física: eletricidade, introdução à física moderna e análise dimensional**. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2007, volume 3.

ISBN: 97851605655 (Livro do Aluno)

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

HEWITT, P. G. **Física conceitual**. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ISBN: 9788582603413

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

LUZ, A. M. R. da; ALVARENGA, B. G. de; GUIMARÃES, C. **Física contexto & aplicações**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2016, volume 1.

ISBN: 9788526299207

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

SANT'ANNA, B. Et al. **Conexões com a física**: volume 3: eletricidade e física do século XXI. 1. ed. São Paulo: Moderna. 2011.

ISBN: 9788516065782

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

YAKAMOTO, K.; FUKE, L. F. **Física para o ensino médio**. Volume 3: eletricidade e física Moderna. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ISBN: 9788502132528

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Química I

Período Letivo: 1ª Série

Carga horária total: 33,3 horas

Objetivos do componente curricular

Compreender e usar os símbolos, códigos e nomenclatura específicos da Química; selecionar e utilizar materiais e equipamentos para realizar cálculos, medidas e experimentos; reconhecer a necessidade e os limites de modelos explicativos relativos à natureza dos materiais e suas transformações; reconhecer e compreender a Química como resultado de uma construção humana, inserida na história e na sociedade. Compreender a produção e o uso de energia em diferentes fenômenos e processos químicos e interpretá-los de acordo com modelos explicativos; avaliar e julgar os benefícios e riscos da produção e do uso de diferentes formas de energia nos sistemas naturais e construídos pelo homem; articular a Química com outras áreas de conhecimento. Identificar transformações químicas pela percepção de mudanças associadas a dada escala de tempo; compreender e utilizar modelos explicativos para reelaborar conceitos e ideias sobre fenômenos químicos; selecionar e utilizar materiais e equipamentos para realizar cálculos, medidas e experimentos; articular e integrar a Química a outras áreas de conhecimento. Compreender o comportamento dos gases na atmosfera, bem como seu papel nos ciclos biogeoquímicos e no sistema produtivo; avaliar, julgar e tomar decisões sobre a poluição atmosférica; buscar informações, analisar e interpretar textos e comunicações referentes ao conhecimento científico e tecnológico para compreender problemas relativos à atmosfera. Compreender o comportamento da água e de soluções aquosas nos ciclos naturais e no sistema produtivo; buscar informações, analisar e interpretar textos e comunicações referentes ao conhecimento científico e tecnológico associado a problemas da hidrosfera; avaliar, julgar e tomar decisões sobre a poluição e tratamento de água. Compreender os diferentes usos do solo e seus benefícios para a vida; compreender propriedades dos materiais no estado sólido e modelos explicativos a elas associados; buscar informações, analisar e interpretar textos relativos aos conhecimentos científicos e tecnológicos para compreender problemas relacionados à litosfera; reconhecer, avaliar e tomar decisões sobre os impactos nos ambientes naturais e construídos causados pela intervenção humana na litosfera. Compreensão da composição e estrutura dos materiais advindos da biosfera; avaliação das perturbações sobre o ambiente e suas implicações; compreensão das implicações ambientais e socioeconômicas do uso da biosfera e tomada de decisões sobre esses impactos; articulação da Química com outras áreas de conhecimento.

Ementa

Classificação de substâncias e misturas, estrutura atômica, tabela periódica, ligações químicas, interações intermoleculares, funções inorgânicas, reações químicas, radioatividade.	
Ênfase Tecnológica	
Tabela Periódica, Ligações Químicas, Funções Inorgânicas.	
Área de Integração	
Matemática: operações matemáticas; Português: Compreensão e interpretação de textos; Biologia: Ecossistemas e meio ambiente.	
Pré ou co-requisitos: Não há	
Carga horária a distância / Carga horária presencial: 33 horas presenciais	
Referência	
REIS, M. Química . São Paulo: Ática, 2016, volume 1. ISBN: 978 8508 17943 5 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há	
FELTRE, R. Química . 7. Ed. São Paulo: Moderna, 2008, volume 1. ISBN: 978-8516061135 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há	
USBESCO, J.; SALVADOR, E. Química . São Paulo: Saraiva, 2019, volume único. ISBN: 978-8502210578 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há	
PERUZZO, T. M.; CANTO, E. L. Química na abordagem do cotidiano . 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, volume 1. ISBN: 978-8502630611 Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): Não há	
BRADY, J. E.; HUMISTON, G. E., Química Geral . Volumes I e II. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986. ISBN: 978-8521604488; 978-8521604495 Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): Não há	

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Química II	
Período Letivo: 2ª série	Carga horária total: 66,6 horas
Objetivos do componente curricular	
Compreender e usar os símbolos, códigos e nomenclatura específicos da Química; selecionar e utilizar materiais equipamentos para realizar cálculos, medidas e experimentos; reconhecer a necessidade e os limites de modelos explicativos relativos à natureza dos materiais e suas transformações; reconhecer e compreender a Química como resultado de uma construção humana,	

inserida na história e na sociedade. Compreender a produção e o uso de energia em diferentes fenômenos e processos químicos e interpretá-los de acordo com modelos explicativos; avaliar e julgar os benefícios e riscos da produção e do uso de diferentes formas de energia nos sistemas naturais e construídos pelo homem; articular a Química com outras áreas de conhecimento. Identificar transformações químicas pela percepção de mudanças associadas a dada escala de tempo; compreender e utilizar modelos explicativos para reelaborar conceitos e ideias sobre fenômenos químicos; selecionar e utilizar materiais e equipamentos para realizar cálculos, medidas e experimentos; articular e integrar a Química a outras áreas de conhecimento. Compreender o comportamento dos gases na atmosfera, bem como seu papel nos ciclos biogeoquímicos e no sistema produtivo; avaliar, julgar e tomar decisões sobre a poluição atmosférica; buscar informações, analisar e interpretar textos e comunicações referentes ao conhecimento científico e tecnológico para compreender problemas relativos à atmosfera. Compreender o comportamento da água e de soluções aquosas nos ciclos naturais e no sistema produtivo; buscar informações, analisar e interpretar textos e comunicações referentes ao conhecimento científico e tecnológico associado a problemas da hidrosfera; avaliar, julgar e tomar decisões sobre a poluição e tratamento de água. Compreender os diferentes usos do solo e seus benefícios para a vida; compreender propriedades dos materiais no estado sólido e modelos explicativos a elas associados; buscar informações, analisar e interpretar textos relativos aos conhecimentos científicos e tecnológicos para compreender problemas relacionados à litosfera; reconhecer, avaliar e tomar decisões sobre os impactos nos ambientes naturais e construídos causados pela intervenção humana na litosfera. Compreensão da composição e estrutura dos materiais advindos da biosfera; avaliação das perturbações sobre o ambiente e suas implicações; compreensão das implicações ambientais e socioeconômicas do uso da biosfera e tomada de decisões sobre esses impactos; articulação da Química com outras áreas de conhecimento.

Ementa

Cálculos químicos, estequiometria, soluções, termoquímica, cinética e eletroquímica.

Ênfase Tecnológica

Estequiometria e Soluções.

Área de Integração

Matemática: operações matemáticas; Português: Compreensão e interpretação de textos; Biologia: Ecossistemas e meio ambiente; Física: calorimetria, termodinâmica e termometria.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,6 horas presenciais

Referência

REIS, M. **Química**. São Paulo: Ática, 2016, volume 2.

ISBN: 978 8508 179459

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

FELTRE, R. **Química**. 7.ed. São Paulo: Moderna, 2008, volumes 2.

ISBN: 978-8516061135

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

USBESCO, J.; SALVADOR, E. **Química**. São Paulo: Saraiva, 2019, volume único.

ISBN: 978-8502210578

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

PERUZZO, T.M.; CANTO, E. L. **Química na abordagem do cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Saraiva 2015, volume 2.

ISBN: 978-8502630635

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

BRADY, J. E.; HUMISTON, G. E., **Química Geral**. Volumes I e II. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986.

ISBN: 978-8521604488; 978-8521604495

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Química III

Período Letivo: 3ª Série

Carga horária total: 66,6 horas

Objetivos do componente curricular

Compreender e usar os símbolos, códigos e nomenclatura específicos da Química; selecionar e utilizar materiais e equipamentos para realizar cálculos, medidas e experimentos; reconhecer a necessidade e os limites de modelos explicativos relativos à natureza dos materiais e suas transformações; reconhecer e compreender a Química como resultado de uma construção humana, inserida na história e na sociedade. Compreender a produção e o uso de energia em diferentes fenômenos e processos químicos e interpretá-los de acordo com modelos explicativos; avaliar e julgar os benefícios e riscos da produção e do uso de diferentes formas de energia nos sistemas naturais e construídos pelo homem; articular a Química com outras áreas de conhecimento. Identificar transformações químicas pela percepção de mudanças associadas a dada escala de tempo; compreender e utilizar modelos explicativos para reelaborar conceitos e ideias sobre fenômenos químicos; selecionar e utilizar materiais e equipamentos para realizar cálculos, medidas e experimentos; articular e integrar a Química a outras áreas de conhecimento. Compreender o comportamento dos gases na atmosfera, bem como seu papel nos ciclos biogeoquímicos e no sistema produtivo; avaliar, julgar e tomar decisões sobre a poluição atmosférica; buscar informações, analisar e interpretar textos e comunicações referentes ao conhecimento científico e tecnológico para compreender problemas relativos à atmosfera. Compreender o comportamento da água e de soluções aquosas nos ciclos naturais e no sistema produtivo; buscar informações, analisar e interpretar textos e comunicações referentes ao conhecimento científico e tecnológico associado a problemas da hidrosfera; avaliar, julgar e tomar decisões sobre a poluição e tratamento de água. Compreender os diferentes usos do solo e seus benefícios para a vida; compreender propriedades dos materiais no estado sólido e modelos explicativos a elas associados; buscar informações, analisar e interpretar textos relativos aos conhecimentos científicos e tecnológicos para compreender problemas relacionados à litosfera; reconhecer, avaliar e tomar decisões sobre os impactos nos ambientes naturais e construídos causados pela intervenção humana na litosfera. Compreensão da composição e estrutura dos materiais advindos da biosfera; avaliação das perturbações sobre o ambiente e suas implicações; compreensão das implicações ambientais e socioeconômicas do uso da biosfera e tomada de decisões sobre esses impactos; articulação da Química com outras áreas de conhecimento.

Ementa

Conceitos de equilíbrio; Introdução à Química Orgânica; Hidrocarbonetos; Funções orgânicas;

oxigenadas e nitrogenadas; Acidez e basicidade dos compostos orgânicos; Propriedades físico-químicas dos compostos orgânicos; Isomeria; Reações Orgânicas; Polímeros.
Ênfase Tecnológica Funções Orgânicas Oxigenadas e Nitrogenadas, Polímeros.
Área de Integração Matemática: operações matemáticas; Português: Compreensão e interpretação de textos; Biologia: Ecossistemas e meio ambiente
Pré ou co-requisitos: Não há
Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,6 horas presenciais
Referência REIS, M. Química . São Paulo: Ática, 2016, volume 3. ISBN: 978 8508 17947 3 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há FELTRE, R. Química . 7. ed. São Paulo: Moderna, 2011, volume 3. ISBN: 9788516061159 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há USBESCO, J.; SALVADOR, E. Química . São Paulo: Saraiva, 2019, volume único. ISBN: 978-8502210578 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há PERUZZO, T. M.; CANTO, E.L. Química na abordagem do cotidiano . 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, volume 3. ISBN: 9788502630659 Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): Não há BRADY, J. E.; HUMISTON, G. E., Química Geral . Volumes I e II. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986. ISBN: 978-8521604488; 978-8521604495 Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): Não há

6.3.3.2 Ementário - Núcleo Profissionalizante

6.3.3.2.1 Disciplinas 1ª Série

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Agroecologia	
Período Letivo: 1ª Série	Carga horária total: 33,3 horas
Objetivos do componente curricular Apresentar princípios e práticas da Agroecologia como um contraponto e alternativa ao modelo convencional de produção agroalimentar, na busca pelo desenvolvimento sustentável.	

<p>Ementa</p> <p>Conceitos básicos em agroecologia; Dicotomia conceitual entre agroecologia e agronegócio; Cronologia histórica dos sistemas de produção agrícola; Revolução Verde; Impactos socioambientais das principais práticas do modelo convencional de produção agropecuária; Influência da agricultura convencional sobre a pegada ecológica e o dia da sobrecarga da terra; A natureza como modelo de produção mais sustentável; Práticas fundamentais para a produção agroalimentar em regiões tropicais; Teoria da trofobiose; Princípios da sustentabilidade agroecológica; Modelos alternativos de produção agroalimentar; Práticas ecológicas de produção agrícola (compostagem, vermicompostagem, biofertilizante, adubação verde, rochagem; E.M., Caldas e extratos vegetais; armadilhas etc.); Controle biológico; Terapias alternativas para uso na criação animal agroecológica (fitoterapia e homeopatia); Transição agroecológica e Multidimensões da sustentabilidade.</p>
<p>Ênfase Tecnológica</p> <p>Impactos ambientais, econômicos, sociais e culturais no modelo convencional de produção agroalimentar e desenvolvimento de habilidades para propor alternativas mais sustentáveis em conformidade com os princípios defendidos pela agroecologia.</p>
<p>Área de Integração</p> <p>Língua portuguesa: produção e interpretação textual. História: pré-história; antiguidade oriental e clássica; idade média.</p>
<p>Pré ou co-requisitos: Não há</p>
<p>Carga horária a distância / Carga horária presencial: 33,3 horas presenciais</p>
<p>Referência</p> <p>GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 654 p. ISBN: 9788538600381 Tipo: Básica Link (Catálogo virtual): Não há</p> <p>ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 120 p. ISBN: 9788538600176 Tipo: Básica Link (Catálogo virtual): Não há</p> <p>AMARAL, A. A. Fundamentos de agroecologia. Curitiba: Livro Técnico, 2012. 160 p. ISBN: 9788563687272 Tipo: Básica Link (Catálogo virtual): Não há</p> <p>AQUINO, A.M.; ASSIS, R.L. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: EMBRAPA, 2012. 517 p. ISBN: 9788570350121 Tipo: Complementar Link (Catálogo virtual): Não há</p> <p>CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p. ISBN: Não possui Tipo: Complementar Link (Catálogo virtual): https://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Agroecologia-</p>

Conceitoseprincípios.pdf

CHABOUSSOU, F. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos**. Novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas: a teoria da trofobiose. Tradução: GUAZZELLI, J. M. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006. 323p.

ISBN: 85-87394-87-8

Tipo: Complementar

Link (Catálogo virtual): Não há

ANGELETTI, M. P. *et al.* **Espécies vegetais para cobertura do solo**: guia ilustrado. Vitória: INCAPER, 2018. 76 p.

ISSN: 1516-0528

Tipo: Complementar

Link (Catálogo virtual): Não há

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo**: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 1999. 549 p.

ISBN: 852130004

Tipo: Complementar

Link (Catálogo virtual): Não há

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Ética e Educação Ambiental

Período Letivo: 1ª Série

Carga horária total: 66,6 horas

Objetivos do componente curricular

Conhecer a relevância da Educação Ambiental (EA) para a adoção de uma conduta ética e responsável com meio ambiente, com propósito de consolidação da cidadania. Aplicar os conceitos e a Legislação pertinente a EA. Caracterizar as políticas públicas em EA. Indicar instrumentos técnicos e legais aplicados à EA. Inter-relacionar os aspectos econômicos e sociais associados aos impactos ambientais. Identificar e aplicar técnicas e metodologias adequadas, visando a participação comunitária nos projetos de EA. Definir educação ambiental. Relatar a origem e a evolução do pensamento ambiental. Relacionar os marcos teóricos referenciais nacionais e internacionais da educação ambiental. Identificar as modalidades de atuação da educação ambiental. Analisar os instrumentos legais de inserção da educação ambiental. Investigar os problemas e potencialidades regional e local. Aplicar as atividades de educação ambiental propostas integrar conhecimentos técnicos/científicos na resolução de problemas ambientais. Aplicar as definições e a história da ética no Desenvolvimento Sustentável. Caracterizar os valores e as virtudes da sociedade na busca do desenvolvimento sustentável.

Ementa

Avaliar a relevância e significado dos principais problemas ambientais de ocorrência nos países: alteração do regime das chuvas, a poluição do ar, água e solo. Conhecer o histórico dos diversos encontros e eventos de Educação Ambiental. Reconhecer a importância da Educação Ambiental para a sociedade. Conhecer os fundamentos e conceitos da Educação Ambiental. Debater sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) - Lei n. 9.795/99 e o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA); Identificar e avaliar os impactos ambientais resultantes da ação antrópica. Identificar as mudanças ocorridas no ambiente com o processo de modernização e estruturação social; Desenvolver projetos de Educação Ambiental. Desequilíbrios ambientais na água, solo, atmosfera e resíduos sólidos; Introdução e Histórico da Educação Ambiental - história, política e

globalização da Educação Ambiental.
<p>Ênfase Tecnológica</p> <p>Consciência crítica e ativa, capacitando os indivíduos a se tornarem agentes de mudança, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais sustentável e resiliente.</p>
<p>Área de Integração</p> <p>Técnicas de Recuperação de Áreas Degradadas - manejo e conservação do solo.</p>
<p>Pré ou co-requisitos: Não há</p>
<p>Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,6 horas presenciais</p>
<p>Referência</p> <p>AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. Biologia moderna. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2016, 3 v. ISBN: 9788516052690 05 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): http://pnld.moderna.com.br/tag/biologia/</p> <p>BERNA, V. Como fazer educação ambiental. São Paulo: Paulus, 2004. ISBN: 9788534918442 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Brasília, 1999. ISBN: Não há Tipo: Básica Link (catálogo virtual): http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm</p> <p>_____. Ministério do Meio ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA. 5. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Executiva. Diretoria de Educação Ambiental, 2018. ISBN: 9788577384259 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>LOPES, S.; ROSSO, S. Bio. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, volume 1. ISBN: 9788502222052 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): http://pnld.editorasaraiva.com.br/disciplina/biologia/bio/</p> <p>BRASIL. Educação ambiental. Brasília: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2015. ISBN: 978-85-7018-589-1 Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>_____. Lei 9.795/99. PNMA. Brasília. Senado Federal. 1999. <i>In</i>: Educação ambiental no consenso um embate?. GUIMARÃES, M. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2000. ISBN: Não há Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>_____. Nosso Futuro Comum Comissão Mundial Independente sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. FGV. 1988. <i>In</i>: Identities da E.A. brasileira. Brasília: MMA, 2004. ISBN: Não há Tipo: Complementar</p>

Link (catálogo virtual): Não há

SILVA, L. F. **Educação ambiental crítica**. 1. ed. São Paulo: Paco Editorial, 2014.

ISBN: 8581486126

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao ensino Médio

Componente Curricular: Fundamentos de Climatologia

Período Letivo: 1ª Série

Carga horária total: 33,3 horas

Objetivos do componente curricular

Caracterizar os principais elementos climáticos e obter noções da coleta e interpretação de dados climatológicos.

Identificar a importância das variáveis climáticas em estudos e projetos relacionados ao meio ambiente.

Reconhecer as formas de medição e registro das variáveis climáticas, bem como o funcionamento de estações meteorológicas.

Ementa Introdução à meteorologia agrícola; A atmosfera terrestre; Radiação solar; Regime radioativa de uma vegetação; Temperatura do ar e do solo; Psicrometria; Precipitação; Vento; Evapotranspiração, mudanças climáticas.

Ênfase Tecnológica

Informações climáticas no processo de tomada de decisões a respeito de empreendimentos que afetam o meio ambiente. Influência do clima no planejamento de atividades que causem impacto ao meio ambiente, bem como em planos de recuperação ambiental.

Área de Integração

Química: Composição química da atmosfera e suas consequências; Biologia; Formação dos biomas em função do clima. Física: Transferência de calor no meio ambiente, propagação da radiação solar, geração de energia eólica e solar. Geografia: Mapeamento climático, formação e distribuição dos biomas.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 33,3 horas presenciais

Referência

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 332 p.

ISBN: 852860427-6

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

CUNHA, G. R. **Meteorologia: fatos e mitos**. Passo Fundo: Embrapa, 2003. 440 p.

ISBN: 857574005 - 9

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/178894/1/ID8740-2003LVFatosMitos3.pdf>.

PEREIRA, A. R.; ANGELOCCI, L. R.; SENTELHAS, P. C. **Agrometeorologia: fundamentos e aplicações práticas**. 1. ed. Guaíba: Agropecuária, 2002. 478 p.

ISBN: 8585347716

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

VAREJÃO-SILVA. M. A. **Meteorologia e climatologia**. Recife, 2006. Apostila.

ISBN: Não há

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual):

http://www.icat.ufal.br/laboratorio/clima/data/uploads/pdf/METEOROLOGIA_E_CLIMATOLOGIA_VD2_Mar_2006.pdf

VIANELLO, R. L.; ALVES, A. R. **Meteorologia básica e aplicações**. 1. ed. Viçosa: UFV, 2000.460 p.

ISBN: 9788572694322

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Geomorfologia Ambiental

Período Letivo: 1ª Série

Carga horária total: 66,6 horas

Objetivos do componente curricular

Capacitar para o reconhecimento da Geomorfologia e Conservação dos Solos; reconhecendo a importância da geomorfologia para o conhecimento da paisagem no planejamento estratégico de seu uso, recuperação e/ou estabilização, reconhecendo a essencialidade dos atributos dos solos que são fornecidos às plantas, bem como a aptidão das terras.

Ementa

Aplicação dos conceitos geomorfológicos para a avaliação dos impactos ambientais das atividades humanas sobre os ecossistemas. Aplicação dos conceitos geomorfológicos para as atividades de fiscalização e licenciamento ambiental. Traçar estratégias de mitigação dos impactos causados aos ecossistemas pelo uso incorreto da paisagem. Considerar os conceitos geomorfológicos nos Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas. Aplicar as técnicas de diagnose da fertilidade dos solos cultivados, bem como de suas estratégias de correção. Aplicar técnicas de manejo ecológico do solo visando o aumento do seu teor de matéria orgânica e elevação da CTC, condicionando-o num elevado grau de resiliência. Implementar técnicas conservacionistas nos diferentes sistemas de cultivo de plantas praticados no Brasil. Descrever a morfologia dos solos e dela extrair informações relevantes para o seu manejo conservacionista.

Ênfase Tecnológica: A importância da Geomorfologia e da conservação dos solos para o conhecimento da paisagem no planejamento estratégico de seu uso, recuperação e/ou estabilização, reconhecendo a essencialidade dos atributos dos solos que são fornecidos às plantas, bem como a aptidão das terras.

Área de Integração:

Agroecologia: sustentabilidade, impactos socioambientais; Ética e Educação Ambiental: legislação ambiental; Técnicas de Recuperação de Áreas Degradadas: ecossistemas degradados e alterados.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66, 6 horas presenciais

Referência

JATOBÁ, L; LINS, R. C. **Introdução à geomorfologia**. 5. ed. Recife: Bagaço, 2008.

ISBN: 978-85-373-0400-6

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): https://www.researchgate.net/profile/Lucivanio-Recife/publication/349324136_INTRODUCAO_A_GEOMORFOLOGIA/links/602ab32aa6fdcc37a82bfc0e/INTRODUCAO-A-GEOMORFOLOGIA.pdf

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. **Geomorfologia do Brasil**. 5. ed. São Cristóvão: Bertrand Brasil, 1998.

ISBN: 978-85-286-0670-6

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

BIGARELLA, J. J. **Estrutura e origem das paisagens subtropicais e tropicais**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1994.

ISBN: 8532800114

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

TROEH, F. R.; THOMPSON, L. M. **Solos e fertilidade do solo**. 1. ed. Local: Viçosa: Andrei, 2007.

ISBN: 9788574763453

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

BRANCO, V. M.; CAVINATTO, S. M. **Solos - A base para vida terrestre**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1999.

ISBN: 8516023087

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há.

GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. dos S. **Geomorfologia ambiental**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ISBN-10: 8528611922; ISBN-13: 978-8528611922

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

NUNES, B. A. *et al.* (org.). **Manual Técnico de Geomorfologia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

ISBN: 8524005092

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual):

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=281611>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual técnico de pedologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. (Manuais técnicos em geociências; 4).

ISBN: 9788524045080

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101675.pdf>

LEPSCH, I. F. **Formação e conservação dos solos**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

ISBN: 978-65-86235-72-2

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

GUERRA, A. J. T. **Erosão e conservação dos solos: conceitos, teorias e aplicações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

ISBN: 978-85-2860-738-3

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

SANTOS, R. D. *et al.* **Manual de descrição e coleta de solo no campo**. Viçosa: UFV, 2005.

ISBN: 8586504033

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Informática e Meio Ambiente

Período Letivo: 1ª Série

Carga horária total: 66,6 horas

Objetivos do componente curricular:

Reconhecer a Informática como ferramenta para novas estratégias de aprendizagem, capaz de contribuir de forma significativa para o processo de construção do conhecimento na área de meio ambiente;

Utilizar software nas atividades voltadas a área de meio ambiente;

Dominar as funções básicas de automação da microinformática, editores de textos, planilhas de cálculos, aplicativos de apresentação e formulário para aplicação em pesquisas/projetos na área de meio ambiental;

Introduzir o conceito de trabalho colaborativo e conhecer como é um ambiente de desenvolvimento em equipe trabalhando numa mesma aplicação em paralelo;

Reconhecer o papel da Informática na organização da vida sociocultural, relacionando o manuseio do computador a casos reais, ligados ao cotidiano do estudante e no mundo do trabalho.

Ementa:

Conceitos básicos: Histórico. Evolução do computador e dos sistemas operacionais; Ferramentas de Trabalho Colaborativo para elaboração de pesquisas/projetos na área de meio ambiente utilizando programas e aplicativos: Software editores de texto; Software de apresentações, Software de planilhas eletrônicas, software de formulário e Software de dimensionamento de imagem. Correio eletrônico, internet e navegação em sites de pesquisa.

Ênfase Tecnológica:

Emprego dos recursos da informática no cotidiano aliando a tecnologia da informação a área de meio ambiente.

Área de Integração: Matemática: porcentagem, regra de três e média. Português: produção de texto; Empreendedorismo e Meio Ambiente: planilhas, tabelas e formulários.

Pré ou co-requisitos. Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,66 horas presenciais

Referência

VELOSO, F. de C. **Informática: conceitos básicos**. 11. ed. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2022.

ISBN: 8595159076

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

RANGEL, A. L. **Como formatar seu TCC**: inclui Microsoft Word, LibreOffice Writer e Google Docs. Ed. São Paulo: Novatec, 2019.

ISBN: 8575227823

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

AKABANE, G. K.; POZO, H. **Inovação, tecnologia e sustentabilidade**: histórico, conceitos e aplicações. São Paulo: Érica, 2019.

ISBN: 8536532629

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

SCHECHTER, R. **Br.Office. org CALC e Writer**: trabalhe com planilhas e textos em software livre. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

ISBN: 8535221867

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

RUBEN, G. **Informática, organizações e sociedade no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2008.

ISBN: 8524909390

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Legislação Ambiental e Segurança do Trabalho

Período Letivo: 1ª Série

Carga horária total: 66,6 horas

Objetivos do componente curricular

Propiciar aos alunos conhecimentos referentes as políticas públicas que normatizam as atividades ambientais e florestais no Brasil de meio ambiente da legislação; Compreender as bases conceituais do licenciamento ambiental e conhecer os órgãos fiscalizadores do setor ambiental e florestal, permitindo ao educando compreensão dos processos e projetos de autorizações e licenças ambientais; Identificar e classificar os riscos nos ambientes de trabalho; Compreender e interpretar as principais legislações (leis, normas e portarias) referentes à segurança do trabalho; orientar a atuação de modo prevencionista em sua atividade laboral; Aplicar os primeiros socorros em situações de emergência.

Ementa:

Tipos de instrumentos legais. Competência federal, estadual e municipal das questões ambientais. O Meio Ambiente na Constituição Federal. Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6938/81). Crimes ambientais (Lei nº 9605/98). Código Florestal (Lei nº 4771/65). Sistema Nacional de Unidades de Conservação (L9985/2000). Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9433/97). Instruções normativas estaduais para atividades de impacto ambiental, Compensação ambiental. Organização do Licenciamento Ambiental na esfera estadual. Órgãos executores do Licenciamento Ambiental. Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradoras do Meio Ambiente - Silcap (Decreto Estadual nº 1.777-R). Licenciamento Ambiental Simplificado. Dispensa de Licenciamento. Licenciamento Ambiental Municipal. Estudos de caso. Conceitos, causas, prevenção e consequências de acidentes de trabalho. Doenças profissionais e do trabalho,

estatísticas, aspectos gerais das legislações de segurança do trabalho e normas regulamentadoras (NRs). Primeiros socorros.

Ênfase Tecnológica

Aspectos históricos e sociais da segurança do trabalho na prevenção e proteção dos colaboradores, na redução de riscos de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e na promoção e proteção ao meio ambiente. A legislação ambiental atual tem uma ênfase cada vez maior na incorporação de tecnologias sustentáveis para proteção do meio ambiente e mitigação dos impactos ambientais. Essa abordagem visa promover o desenvolvimento de soluções inovadoras que contribuam para a conservação dos recursos naturais, a redução da poluição e a promoção da economia verde.

Área de Integração

Ética e Educação Ambiental: Há legislação específica que rege a Educação Ambiental; Conservação do Hidrologia, Manejo e Conservação de Bacias Hidrográficas: Ética ambiental; Técnicas de Recuperação de Áreas Degradadas: conservação do solo.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,6 horas presenciais

Referência

ANTUNES, P. B. **Direito ambiental**. 10. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2021.

ISBN: 9788597027389

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

BELTRÃO, A. F. G. **Direito ambiental**. 4. ed. São Paulo: Método, 2013.

ISBN: 9788530946517

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

BRASIL. **Segurança e medicina do trabalho**. 89. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

ISBN:-10: 6559774384; ISBN-13: 978-6559774388

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

_____. **Legislação ambiental básica 1**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

ISBN: 85-87166-67-0

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

ISBN: 9788539204632

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

SOUSA, M. V. F. de. **Segurança do trabalho**. Santa Teresa/ES. 2013. Apostila.

ISBN: Não há

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

CAMISASSA, M. Q. **Segurança e saúde no trabalho (NR1 a NR38): comentadas e descomplicadas**. 9. ed. São Paulo: Editora Método, 2023.

ISBN-10: 6559648281; ISBN-13: 978-6559648283

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

ISBN: 8585351098

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

MARCÃO, R. **Crimes ambientais**: anotações e interpretação jurisprudencial da parte criminal da Lei n. 9.605, de 12-2-1998. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

ISBN: 9788502617230

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

MILARÉ, E. **Direito do ambiente**. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

ISBN: 9786556141312

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

SILVA, J. A. **Direito ambiental constitucional**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

ISBN: 9788539204519

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Microbiologia Ambiental

Período Letivo: 1ª Série

Carga horária total: 66,6 horas

Objetivos do componente curricular

Compreender os fundamentos da microbiologia no que se refere à diversidade e às funções desempenhadas pelos microrganismos encontrados em diversos ambientes: água, solo e ar.

Estudar as bases fundamentais de classificação, morfologia, fisiologia e adaptações dos microrganismos.

Compreender as metodologias básicas e técnicas laboratoriais da microbiologia experimental.

Ementa

Estrutura, classificação e morfologia dos microrganismos (células procarióticas, eucarióticas e vírus). Características gerais de bactérias, fungos, protozoários e algas. Processamento e análise de materiais. Diversidade e importância dos microrganismos nos diferentes ambientes: solo, ar e água. O papel dos mesmos nos ciclos biogeoquímicos nos ecossistemas. Interações ambientais envolvendo os microrganismos. Efeitos da poluição nas comunidades de microrganismos. Utilização na biotecnologia. Métodos de controle do crescimento de microrganismos. Utilização dos microrganismos no monitoramento ambiental. Nutrição, crescimento e metabolismo microbiano. Reprodução e genética de microrganismos. Interações ecológicas microbianas. Biorremediação.

Ênfase Tecnológica

Microbiologia aplicada na análise do ar, água e solos. Microrganismos como bioindicadores de qualidade, biorremediação e biotecnologia.

Área de Integração
Química: ligações químicas, química orgânica e bioquímica. Física: Física mecânica, Eletrofísica e Termodinâmica. Filosofia: Filosofia da ciência e lógica. Matemática: operações matemáticas, geometria e função linear. Língua Portuguesa: Leitura e interpretação de texto. Biologia: Classificação dos vivos, ecologia, microbiologia, bioquímica e biologia celular e molecular.
Pré ou co-requisitos: Não há
Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,6 horas presenciais
Referência
BLACK, J.; BLACK, L. Microbiologia: fundamentos e perspectivas . 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. ISBN: 9788527737319 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há
VERMELHO, A. B. <i>et al.</i> Práticas de Microbiologia . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. ISBN: 9788527735568 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há
MELO, I. S.; AZEVEDO, J. L. Microbiologia Ambiental . Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2008. ISBN : 9788586771447 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (BRASIL). Manual prático de análise de água . 4. ed. Brasília: FUNASA, 2013. ISBN: Não há. Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/manual_pratico_de_analise_de_agua_2.pdf
MOREIRA, F. M. de S.; SIQUEIRA, J. A. Microbiologia e bioquímica do solo . 2. ed. Lavras: UFMG, 2006. ISBN: 85-87692-33-X Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): Não há

6.3.3.2.2 Disciplinas 2ª Série

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Estatística para o Meio Ambiente	
Período Letivo: 2ª Série	Carga horária total: 33,33 horas
Objetivos do componente curricular:	
Familiarizar o aluno com as técnicas básicas de estatística aplicadas ao estudo das Ciências Ambientais.	
Levar o aluno a perceber a importância da estatística na análise e interpretação de dados	

quantitativos ambientais.

O aprendizado das noções básicas de Estatística;

Identificar Populações e Amostras;

Representar por meio de tabelas os dados amostrais ou populacionais;

Representar graficamente os dados amostrais ou populacionais;

Identificar, conceituar, definir e calcular Medidas de posição e de variabilidade dos dados;

Identificar, conceituar, definir e calcular Medidas de Dispersão;

Identificar, conceituar, definir e calcular Medidas Separatrizes;

Conhecer e saber usar as propriedades e leis da Probabilidade.

Ementa

A natureza do método estatístico. Conceitos gerais utilizados em estatística. Aplicação e importância da estatística. Análise exploratória de dados. Tabelas de distribuição de frequências. Construção de histogramas e polígonos de frequência. Medidas de tendência central (média aritmética simples e ponderada, média geométrica e média harmônica, mediana, moda, quartil, decil e percentil). Medidas de dispersão (variância, desvio padrão, coeficiente de variação e amplitude total). Coleta, organização de dados. Tipos de Amostragem: casual ou aleatória simples, proporcional estratificada e sistemática. Séries Estatísticas: Históricas e Geográficas. Séries Conjugadas. Dados Absolutos e Relativos. Apresentação de dados em tabelas e gráficos estatísticos. Construção de gráficos por meio de uma tabela: de colunas, de barras, de linhas, de pizza e de dispersão. Probabilidade: Teoria de conjuntos. Conceitos. Cálculo da Probabilidade de um Evento. Conceitos de probabilidade condicional. Utilização da planilha eletrônica Excel aplicada à análise estatística ambiental.

Ênfase Tecnológica

Técnicas biométricas na análise ambiental, Avaliação quantitativa de impactos ambientais, medições ambientais. Técnicas de medição para análise ambiental. Avaliações de recursos naturais.

Área de Integração

Agroecologia. Experimentação. Medições de recursos hídricos. Hidráulica. Análise de Geomorfologia ambiental. Gestão ambiental. Hidrologia, manejo e conservação de Bacias hidrográficas. Avaliação de ações ambientais e de Tecnologias sustentáveis.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 33,33 horas presenciais

Referência

IEZZI, G.; HAZZAN, S.; DEGENSZAJN, D. Estatística descritiva. *In: Fundamentos da matemática elementar*: matemática comercial, matemática financeira e estatística descritiva. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013.

ISBN: 978-85-357-1760-0

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): <https://barbosadejesu.files.wordpress.com/2021/09/fundamentos-da-matematica-elementar-11.pdf>

HAZZAN, S. *Fundamentos da matemática elementar*: combinatória e probabilidade. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013.

ISBN: 978-85-357-1750-1

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): <https://barbosadejesu.files.wordpress.com/2021/09/fundamentos-da-matematica-elementar-5-1-1.pdf>

MUCELIN, C. A. **Estatística**. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010. 120 p.

ISBN: 978-85-63687-08-1

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

FONSECA, J. S. da; MARTINS, G. de A. **Curso de Estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 320 p.

ISBN: 85-224-1471-8

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

ARA, A. B.; MUSETTI, A. V.; SCHNEIDERMAN, B. **Introdução à estatística**. São Paulo: Edgard Blucher. Instituto Mauá de Tecnologia, 2003. 151 p.

ISBN: 9788521203209

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

OLIVEIRA, M. A. de. **Probabilidade e estatística**: um curso introdutório. Brasília: IFB, 2011. 166 p.

ISBN: 978-85-64124-07-3

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/issue/view/17>

AZEVEDO, P. R. M. de. **Introdução à estatística**. 3. ed. Natal, RN: EDUFRN, 2016. [recurso eletrônico].

ISBN: 978-85-425-0601-3

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/21298/2/Introdução%20à%20Estatística%20%28digital%29.pdf

FERREIRA, D. F. **Estatística básica**. Lavras: UFLA, 2005. 664 p.

ISBN: 9788587692719

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Fundamentos de Saneamento e Saúde Pública

Período Letivo: 2ª Série

Carga horária total: 66,6 horas

Objetivos do componente curricular

Proporcionar reflexão aos alunos para que possam compreender a formação do campo da Saúde Pública no Brasil como uma política pública, bem como as bases teóricas e políticas que a conformaram em diferentes períodos históricos e que apoiaram a formulação do projeto da Reforma Sanitária Brasileira e do Sistema único de Saúde. Correlacionar as políticas públicas e ambientais com ênfase no gerenciamento da saúde e equilíbrio ambiental e as principais zoonoses envolvidas no contexto da saúde pública. Estrutura epidemiológica dos problemas de saúde: agente, hospedeiro e ambiente.

Ementa

Saúde Pública e Saúde Coletiva: Debates e disputas. Saúde Pública – quando a saúde se torna pública. (Medicina Social e Saúde Pública). Higienismo e Controle Sanitário. Saúde Pública no Brasil - século XIX a XXI. Reforma Sanitária Brasileira: o direito à saúde em questão. Princípios, diretrizes, organização e

legislação do Sistema Único de Saúde. Estrutura epidemiológica dos problemas de saúde: agente, hospedeiro e ambiente. Tratamento Convencional de Águas de Abastecimento. Vigilância epidemiológica: investigação de epidemias. História natural das doenças e níveis de aplicação de medidas preventivas. Normas e procedimentos em Vigilância Ambiental e Sanitária. Zoonoses e Saúde Pública.

Ênfase Tecnológica

A evolução da Saúde Pública no Brasil, nos diferentes contextos sociopolíticos do século XIX ao século XXI. As mudanças sociais que configuraram a sociedade brasileira, situando, aí, a constituição e o desenvolvimento da Saúde Pública. A evolução desse campo a partir de fins do século XIX, destacando-se as políticas higienistas, as ações sanitárias dos Serviços de Saúde Pública, a emergência dos setores populares urbanos e a saúde, e o desenvolvimento posterior de configuração da proteção social.

Área de Integração

História: saúde pública no Brasil Colônia aos dias atuais. Química: processos químicos no tratamento de águas. Geografia: Políticas ambientais no Brasil. Sociologia: Desigualdades sociais e classes sociais. Manejo e Tratamento de Resíduos Sólidos e Efluentes: Gestão e manejo no tratamento de efluentes líquidos; Destinação em cursos d'água e vazadouros. Prevenção e Controle da Poluição: Identificar os agentes poluidores da água.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,6 horas presenciais

Referência

BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P.; VIANA, V. J. **Poluição ambiental e saúde pública**. São Paulo: Saraiva, 2014. *E-book*.

ISBN: 9788536521695

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536521695/>

BITTENCOURT, C.; PAULA, M. A. S. de. **Tratamento de água e efluentes: fundamentos de saneamento ambiental e gestão de recursos hídricos**. São Paulo: Saraiva, 2014. *E-book*.

ISBN: 9788536521770

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536521770/>

FREIRE, C.; ARAÚJO, D. P. de. **Política Nacional de Saúde - Contextualização, programas e estratégias públicas sociais**. São Paulo: Saraiva, 2015. *E-book*.

ISBN: 9788536521220

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536521220/>

SOLHA, R. K. de T. **Sistema Único de Saúde - Componentes, diretrizes e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2014. *E-book*.

ISBN: 9788536513232

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536513232/>

COSTA, A. A. Z.; HIGA, C. B. O. **Vigilância em saúde**. Porto Alegre: Grupo A, 2019. *E-book*.

ISBN: 9788595027831

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027831/>

MOREIRA, T. C.; ARCARI, J. M.; COUTINHO, A. O. R. **Saúde coletiva**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. *E-book*.

ISBN: 9788595023895

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023895/>

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Geoprocessamento

Período Letivo: 2ª série

Carga horária total: 66,6 horas

Objetivos do componente curricular:

Aplicar os conceitos de Geoprocessamento e Sistemas de Informações Geográficas no monitoramento do Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Utilizar os conceitos de Cartografia, Topografia, fotogrametria, Sensoriamento Remoto e Sistema Global de Navegação por Satélite.

Utilizar o Sistema de Informações Geográficas, proporcionando ao aluno seu uso e entendimento na prática, com uso de dados e metodologias comuns aos estudos ambientais, com geração de mapas temáticos e análises espaciais.

Ementa

Introdução ao geoprocessamento e suas aplicações. Cartografia para geoprocessamento. Sensoriamento remoto. Sistema global de navegação por satélite. Sistemas de informação geográfica. Modelos de dados em Geoprocessamento. Geoprocessamento para estudos ambientais.

Ênfase Tecnológica

Técnicas para levantamento de dados para confecções de mapas temáticos.

Área de Integração

Geografia: Elementos da geografia física aplicados aos mapas de terreno; Informática: Utilização de softwares e suas configurações

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,66 horas presenciais

Referência

CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M. **Introdução à ciência da geoinformação**. 2. ed. São José dos Campos: INPE, 2001.

ISBN: Não há

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual):

<http://mtc-m12.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/sergio/2004/04.22.07.43/doc/publicacao.pdf>.

TEIXEIRA, A. L. A.; CHRISTOFOLETTI, A. **Sistemas de informações geográficas** - Dicionário Ilustrado. São Paulo: Hucitec, 1997.

ISBN: 9788527104005

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

MARTINELLI, M. **Mapas da geografia e cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 2003.

ISBN: 978-85-7244-218-3

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

LOCH, C. **A interpretação de imagens aéreas: noções básicas e algumas aplicações nos campos profissionais.** Florianópolis: UFSC, 2008.

ISBN: 9788532804136

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

ROCHA, J. A. M. R. **GPS: uma abordagem prática.** Recife: Bagaço, 2002.

ISBN: 9788574091198

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

FLORENZANO, T. G. **Imagens de satélites para estudos ambientais.** São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

ISBN: 858623821X

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

MOREIRA, M. A. **Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação.** 4. ed. Viçosa: UFV. 2012.

ISBN: 9788572693813

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

ROSA, R. **Introdução ao sensoriamento remoto.** Uberlândia: EDUFU, 2009.

ISBN: 978-87-7078-219-9

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Gestão Ambiental

Período Letivo: 2ª Série

Carga horária total: 66,6 horas

Objetivos do componente curricular

Reconhecer o papel e as contribuições da Gestão Ambiental nas organizações.

Analisar a evolução da Gestão ambiental nas organizações;

Compreender os mecanismos e procedimentos para implantação de um sistema de Gestão Ambiental em empresas;

Compreender os procedimentos da auditoria e certificação ambiental nas organizações.

Relacionar as oportunidades de negócios em organizações que possuem certificação socio-ambiental.

Ementa

A questão ambiental nas organizações; o consumo e a produção sustentável; Responsabilidade socioambiental nas organizações; Normas ambientais aplicadas à gestão organizacional; Sistema de Gestão Ambiental (SGA) conforme ISO 14000; Auditoria ambiental e Certificações ambientais e especiais de produtos e serviços.

Ênfase Tecnológica	
O papel e as contribuições da Gestão Ambiental nas organizações.	
Área de Integração	
Diagnóstico Socioambiental: Indicadores ambientais para diagnóstico e a tomada de decisão. Agroecologia: Modelos alternativos de produção agroalimentar. Ações Ambientais e Tecnologias Sustentáveis: As premissas do Desenvolvimento sustentável e relações entre tecnologia ambiental e desenvolvimento sustentável.	
Pré ou co-requisitos: Não há	
Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,6 horas presenciais	
Referência	
Bibliografia básica:	
Básica	
HAMMES, V. S. Agir- Percepção da Gestão Ambiental . São Paulo: Editora Globo vol. 5. 2004 ISBN: 978-8525038791 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há	
VALVERDE, S. R. Elementos de Gestão Ambiental Empresarial . Viçosa- MG: UFV. 2005 ISBN: 8572692177 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há	
PINOTTI, R. Educação Ambiental para o Século XXI . São Paulo: Blucher. 2 ed. 2016 ISBN: 978-8521210559 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há	
GIANSANTI, R. O desafio do desenvolvimento sustentável . São Paulo: Atual. 1998 (série meio ambiente) ISBN: 978-8570568960 Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): Não há	
GIANETTI, B.; ALMEIDA, C. M. V. B. Ecologia Industrial: Conceitos, Ferramentas e Aplicações . São Paulo: Edgard Blucher. 2006 ISBN: 978-8521203704 Tipo: Complementar Link (catálogo virtual): Não há	

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Manejo e Tratamento de Resíduos Sólidos e Efluentes	
Período Letivo: 2ª Série	Carga horária total: 66,6 horas
Objetivos do componente curricular	
Possibilitar ao estudante a compreensão do tratamento, manejo e disposição adequados de resíduos sólidos e efluentes, bem como uma formação crítica sobre as formas de gestão de resíduos.	

Ementa

Resíduos sólidos: Introdução. Definição de resíduo, rejeito e lixo. Estudo dos impactos socioambientais causados pela disposição inadequada dos resíduos sólidos. Panorama do destino dos resíduos sólidos no Brasil. Coleta seletiva no Brasil. Legislação. Características e classificações (norma ABNT). Política Nacional de Saneamento Básico e Política Nacional de Resíduos Sólidos e legislação estadual. Gestão e manejo de resíduos sólidos. Questões ambientais, sociais e econômicas (impactos). Questões técnicas: classificação dos resíduos, tratamento, destinação e disposição final (aula prática no laboratório de Qualidade de Água e resíduos sólidos do Ifes). Coleta Seletiva e reciclagem. Cooperativas e Associações de Catadores. Compostagem e minhocário. Logística reversa e resíduos perigosos (lâmpadas, pilhas e baterias e lixo eletrônico). Destinação em lixões, aterros controlados e sanitários. Outros tratamentos e tecnologias: incineração, autoclave, etc. Tema transversal: educação ambiental. Águas residuárias: Introdução. Estudo dos impactos socioambientais causados pela disposição inadequada de águas residuárias em corpos hídricos e no solo. Características de diversos tipos de águas residuárias. Legislação. Gestão e manejo de águas residuárias. Sistemas de tratamento e disposição de águas residuárias em área urbana: tratamento preliminar, primário e secundário. Sistemas de tratamento e disposição de águas residuárias em área rural: tratamento preliminar, primário e secundário com tecnologias alternativas.

Ênfase Tecnológica

Aspectos ambientais, históricos, sociais, culturais, biológicos, químicos e físicos do manejo e tratamento dos resíduos sólidos e efluentes.

Área de Integração

Arte: Elementos da visualidade e musicalidade e suas relações com a reutilização de resíduos. Biologia: microrganismos aeróbios e anaeróbios decompositores. Educação Ambiental: dinâmicas de coleta seletiva. Química: reações de mineralização da matéria orgânica; incineração de resíduos sólidos; parâmetros químicos de qualidade de água. Física: parâmetros físicos de qualidade de água, hidrostática e hidrodinâmica. Geografia: Políticas ambientais no Brasil, regionalização da gestão de resíduos sólidos e de coleta seletiva no Brasil. Sociologia: invisibilidade social dos Agentes Ambientais (Catadores).

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 67 horas presenciais

Referência

PEREIRA NETO, J. T. **Manual de compostagem:** processo de baixo custo. Viçosa: UFV, 2007, 81 p.

ISBN: 9788572693172

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

PEREIRA NETO, J. T. **Gerenciamento do lixo urbano:** aspectos técnicos e operacionais. Viçosa: UFV, 2007. 129 p.

ISBN: 9788572693189

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

SPERLING, M. **Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos.** 4. ed. Belo Horizonte: DESA-UFMG, 2014, volume 1. 452 p.

ISBN: 9788542300536

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

BARBOSA, R. P.; IBRAHIN, F. I. D. **Resíduos sólidos:** impactos, manejo e gestão ambiental. São Paulo:

Saraiva, 2014. *E-book*.

ISBN: 9788536521749

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536521749/>

BITTENCOURT, C.; PAULA, M. A. S. **Tratamento de água e efluentes: fundamentos de saneamento ambiental e gestão de recursos hídricos.** São Paulo: Saraiva, 2014. *E-book*.

ISBN: 9788536521770

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536521770/>

BOSCO, T. C. D. **Compostagem e vermicompostagem de resíduos sólidos: resultados de pesquisas acadêmica.** São Paulo: Blucher, 2017. *E-book*.

ISBN: 9788580392371

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580392371/>

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Práticas Profissionais Supervisionadas I

Período Letivo: 2ª Série

Carga horária total: 66,6 horas

Objetivos do componente curricular

Desenvolver o pensamento crítico do aluno, por meio do exercício sistemático da dúvida, sendo capaz de questionar aquilo que já está estabelecido e ter a responsabilidade sobre o que produz, considerando o impacto no coletivo. Ampliar o conhecimento e visão de mundo a partir de uma ótica científica. Desenvolver habilidades em produção e elaboração de pesquisa.

Ementa

Ciência e senso comum; Análise crítica de trabalhos; Modalidades de trabalhos científicos; Etapas para elaboração de um projeto de Iniciação Científica; Normas de formatação de trabalhos acadêmicos; Ciência e produção do conhecimento; Ciência e Tecnologia.

Ênfase Tecnológica

Compreensão e produção do conhecimento científico; metodologia do trabalho científico.

Área de Integração

Língua Portuguesa: redação e produção de texto; Sociologia: Ciência e a produção de conhecimento; Manejo e Tratamento de Resíduos Sólidos e Efluentes: pesquisa aproveitamento de resíduos; Geoprocessamento: pesquisa em georreferenciamento em bacias hidrográficas; Estatística para o Meio Ambiente: análise dados quantitativos para pesquisa.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,7 horas presenciais

Referência

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos:** documento impresso e/ou digital. 8 ed. rev. e ampl. Vitória: Ifes, 2017.

ISBN: Não há

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual):

http://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Comunicacao/caderno_normas_tcc_2017-277_rev_27-

11.pdf

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ISBN: 85-224-3397-6

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

SCHLITTLER, J. M. M. **Manual prático de redação profissional**. 2. ed. São Paulo: Servanda. 2010.

ISBN: 978-8578900229

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

GIL, A, C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ISBN: 978-8597012613

Tipo: complementar

Link (catálogo virtual): Não há

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ISBN: 978-8532618047

Tipo: complementar

Link (catálogo virtual): Não há

6.3.3.2.3 Disciplinas 3ª Série

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Ações Ambientais e Tecnologias Sustentáveis

Período Letivo: 3ª Série

Carga horária total: 66,6 horas

Objetivos do componente curricular

Possibilitar ao estudante a compreensão das diversas ações ambientais e tecnologias sustentáveis, mediante informações teóricas e práticas, de modo a capacitá-lo no planejamento sustentável do uso e manejo dos recursos naturais.

Ementa

As premissas do Desenvolvimento sustentável e relações entre tecnologia ambiental e desenvolvimento sustentável. Definição e discussão sobre ações ambientais. Fontes renováveis de energia. Hidroeletricidade. Eólica e biogás. Solar térmica e fotovoltaica. Geotérmica. Biomassa. Célula de combustível. Energia das ondas. Matriz energética brasileira e das principais economias mundiais. Bioarquitetura e bioconstruções. Conceito: Materiais frequentemente utilizados. Técnicas de bioconstrução. Biocombustíveis. Conceitos. Tipos. Vantagens e impactos ambientais. Produção e utilização. Reuso da água e tratamento biológico de efluentes. Impactos ambientais da disposição inadequada de efluentes. Principais estruturas hidráulicas utilizadas no tratamento biológico de efluentes e princípio de funcionamento. Marketing verde ou ecológico: Conceito. Princípios. Benefícios ambientais e econômicos. Agricultura orgânica: Conceito e princípios. Importância econômica. O movimento orgânico e suas subdivisões Práticas agroecológicas. Rotulagem ambiental: Conceito. Aplicações. Educação Ambiental: Conceito. Aplicações. Exemplos de práticas de educação ambiental. Plantio direto e a mitigação dos gases de efeito estufa: Conceito. Benefícios. Implementos utilizados. Principais projetos ambientais. Esfera federal. Esfera estadual. Esfera municipal.

Ênfase Tecnológica

Aspectos históricos, sociais, culturais, biológicos, químicos e físicos de ações ambientais e tecnologias sustentáveis.

Área de Integração

Arte: Elementos da visualidade e musicalidade e suas relações com ações ambientais. Biologia: cadeia alimentar. Educação Ambiental: dinâmicas de educação ambiental. Química: reações transesterificação e de mineralização da matéria orgânica; Física: propagação de calor, hidrostática e hidrodinâmica, conservação de energia, eletricidade, termodinâmica. Sociologia: energias alternativas e suas relações sociais, bioconstruções e suas relações sociais.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,6 horas presenciais

Referência

GRABASCK, J. R.; CARVALHO, A. M. **Arquitetura sustentável**. Porto Alegre: Grupo A, 2019. *E-book*. ISBN: 9788533500105

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788533500105/>

ALVES, R. **Marketing ambiental: sustentabilidade empresarial e mercado verde**. Barueri: Manole, 2016. *E-book*.

ISBN: 9788520450406

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520450406/>

RUSCHEINSKY, A. **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Grupo A, 2009. *E-book*. ISBN: 9788563899873

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788563899873/>

BITTENCOURT, C.; PAULA, M. A. S. **Tratamento de água e efluentes - Fundamentos de saneamento ambiental e gestão de recursos hídricos**. São Paulo: Saraiva, 2014. *E-book*.

ISBN: 9788536521770

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536521770/>

SANTOS, M. A. **Fontes de energia nova e renovável**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2013. *E-book*.

ISBN: 9788521624745

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2474-5/>

BOSCO, T. C. D. **Compostagem e vermicompostagem de resíduos sólidos: resultados de pesquisas acadêmica**. São Paulo: Blucher, 2017. *E-book*.

ISBN: 9788580392371

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580392371/>

PHILIPPI JÚNIOR, A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2014. *E-book*.

ISBN: 9788520445020

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520445020/>

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Diagnóstico Socioambiental	
Período Letivo: 3ª Série	Carga horária total: 33,3 horas
Objetivos do componente curricular	
<p>Conhecer os conceitos princípios e os elementos e as fases fundamentais da elaboração de diagnósticos socioambientais no âmbito das atribuições da formação do Técnico em Meio Ambiente.</p>	
Ementa	
<p>Conceitos e Concepções do diagnóstico socioambiental; Caracterização de Ambientes Naturais e Antropizados; Percepção e Sensibilização Ambiental; Indicadores ambientais para diagnóstico e a tomada de decisão; Metodologias e Instrumentos para Diagnosticar Ambientes; Parâmetros Ambientais e Conformidade Legal; Levantamento, Registro e Análise de Dados de Ambientes Urbanos e Rurais; Planejamento Ambiental.</p>	
Ênfase Tecnológica	
<p>Sociobiodiversidade em nível local, regional e global, compreendendo os diferentes contextos, para a caracterização do meio e aplicação de instrumentos e ferramentas como metodologias de levantamento de informações relevantes ao processo de diagnóstico socioambiental. Este processo envolve ações planejadas da equipe de avaliação multidisciplinar em parceria com produtores rurais, empresas e instituições ligadas à área ambiental para propor alternativas sustentáveis relacionadas à melhorias relativas à qualidade ambiental dentro do conceito da Saúde única.</p>	
Área de Integração	
<p>Geomorfologia Ambiental: Manejo do solo e seus impactos na sociobiodiversidade; fundamentos de Climatologia: Influência do clima na sociobiodiversidade local, regional e global, mudanças climáticas Globais; Sociologia: Sociobiodiversidade; Legislação Ambiental e Segurança do Trabalho: Legislação reguladora do uso de defensivos agrícolas tóxicos à saúde humana; Fundamentos de Saneamento e Saúde Pública: Uso de defensivos agrícolas tóxicos e manejo da terra impactando à saúde humana.</p>	
Pré ou co-requisitos: Não há	
Carga horária a distância / Carga horária presencial: 33,3 horas presenciais	
Referência	
<p>SANTOS, R. F. dos. Planejamento ambiental: teoria e prática. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. 184 p. ISBN: 8586238627 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>ABREU, L. S. Impactos sociais e ambientais na agricultura: uma abordagem histórica de um estudo de eixo. Brasília: EMBRAPA, 1994. 149 p. ISBN: 85-85007-34-6 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há</p> <p>ROMEIRO, A. R. Avaliação e contabilização de impactos ambientais. UNICAMP. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. 399 p. ISBN: 268-0669-6 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): não há</p> <p>GUIMARÃES, R. dos R.; LOURENÇO, J. N. de P.; LOURENÇO, F. de S. Métodos e técnicas de diagnóstico</p>	

participativo em sistemas de uso da terra. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2007. 32 p. (Embrapa Amazônia Ocidental. Documentos; 53). Apostila.

ISSN: 1517-3135 1.

Tipo: Complementar

Link: Não há

REZENDE, D.; MERLIN, S. **Carbono social:** agregado valores ao desenvolvimento sustentável. André Sarmento (org.). São Paulo: Pirenópolis. Brasília: Instituto Ecológico. 2003. 162 p.

ISBN: 8575960237

Tipo: Complementar

Link: Não há

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Hidrologia, Manejo e Conservação de Bacias Hidrográficas

Período Letivo: 3ª Série

Carga horária total: 66,6 horas

Objetivos do componente curricular

Possibilitar ao estudante a compreensão dos diversos fenômenos hidrológicos, mediante informações teóricas e práticas, de modo a capacitá-lo no planejamento sustentável do uso e manejo do solo e da água numa bacia hidrográfica.

Ementa

Hidrologia: conceitos, áreas e aplicações. Distribuição dos recursos hídricos no planeta. Ciclo Hidrológico. Introdução: Descrição geral do ciclo hidrológico. Bacias Hidrográficas: definição. Divisores de água. Classificação dos cursos d'água. Medição de vazão em pequenos rios. Características físicas de uma bacia hidrográfica (área de drenagem, forma da bacia, sistema de drenagem, declividade da bacia). Principais bacias hidrográficas brasileiras. Bacia do Rio Doce. Precipitação: Introdução. Condensação na atmosfera e formação. Tipos de chuvas (frontais, convectivas e orográficas). Probabilidade de ocorrência e período de retorno. Medida de chuva. Infiltração da água no solo: Introdução. Fatores que intervêm na infiltração (características do solo, tipo de cobertura do solo, tipo de preparo e manejo do solo, encrostamento superficial). Métodos de determinação de infiltração da água no solo. Evapotranspiração: Definição. Planilha de evapotranspiração. Escoamento superficial: Introdução e definição. Fatores que intervêm no escoamento superficial. Impactos ambientais do escoamento superficial. Práticas conservacionistas de controle da erosão hídrica. Práticas Edáficas. Práticas Vegetativas. Práticas Mecânicas. Águas subterrâneas: Introdução e definição. Ocorrência e importância. Zonas de ocorrência. Classificação dos aquíferos. Poluição de águas subterrânea (urbana e doméstica, agrícola, industrial) e intrusão salina. Superexploração. Nascentes: Definição e Introdução. Legislação. Principais causas de degradação de nascentes. Classificação de nascentes (quanto à origem, quanto à vazão e quanto ao estado de conservação). Técnicas de conservação e recuperação de nascentes.

Ênfase Tecnológica

O ciclo hidrológico e sua interação com o meio agrícola e urbano. Caracterização física de uma bacia hidrográfica e práticas de manejo sustentáveis e seus reflexos na qualidade da água. Métodos de estimativa do escoamento superficial. Classificação das águas subterrâneas, bem como avaliação dos

diversos riscos de poluição. Fenômeno da propagação de enchentes e a identificação dos métodos de previsão. Identificação dos principais impactos em nascentes e as principais ações necessárias para recuperação e preservação.

Área de Integração

Química: Composição química das águas e dos solos da bacia hidrográfica. Biologia: Identificação e recomposição da fauna e flora da bacia. Física: Práticas de conservação do solo. Geografia: Delimitação das bacias pelos divisores de água e mensuração dos parâmetros climáticos.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,6 horas presenciais

Referência

PEREIRA, A. R.; ANGELOCCI, L. R.; SENTELHAS, P. C. **Agrometeorologia** – fundamentos e aplicações práticas. Guaíba: Agropecuária, 2002. 478 p.

ISBN: 8585347716

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. 10. ed. São Paulo: Ícone, 2017. 392 p.

ISBN: 9788527409803

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

GOMES, M. A.; VALENTE, O. F. **Conservação de nascentes**. 1. ed. Viçosa: Editora UFV, 2011. 267 p.

ISBN: 9788562032233

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

STEIN, R. T. **Manejo de bacias hidrográficas**. Porto Alegre: Grupo A, 2017. *E-book*.

ISBN: 9788595021259

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021259/>

MARTINS, S. V. **Recuperação de áreas degradadas**: ações de preservação permanente, voçorocas, taludes rodoviários e de mineração. 1. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2009. 270 p.

ISBN: 8583660727

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

MÜLLER, F. C.; MORAES, C. S.; VICENTE, L. C. **Uso, manejo e conservação do solo**. Porto Alegre: Grupo A, 2021. *E-book*.

ISBN: 9786556902715

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902715/>

FITTS, C. **Águas subterrâneas**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014. *E-book*.

ISBN: 9788595154421

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595154421/>

Curso: Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Práticas Profissionais Supervisionadas II	
Período Letivo: 3ª Série	Carga horária total: 66,6 horas
Objetivos do componente curricular	
Estimular a autoria na experiência de aprendizagem e a metacognição, quando reflete sobre sua forma de aprender. Ampliar o conhecimento e visão de mundo a partir de uma ótica científica. Conscientização para a necessidade de se criarem novas respostas, soluções ou metodologias de relevância social, para situações problemas de pequena ou grande escala.	
Ementa	
Elaboração de Projeto Científico, com as seguintes etapas: Levantamento do tema; Justificativa da escolha do tema; Levantamento das hipóteses; Problematização; Levantamento das fontes de pesquisa; Trabalhos de pesquisa; Depuração das hipóteses; Sistematização/registro. Apresentação do Projeto Científico.	
Ênfase Tecnológica	
Produção do conhecimento científico; elaboração de pesquisa científica; realização de projeto científico.	
Área de Integração	
Língua Portuguesa: redação e produção de texto; Técnicas de Recuperação de Áreas Degradadas: reflorestamento em APPs; Química Ambiental e Controle de Poluição: Problemas Ambientais; Ações Ambientais e Tecnologias Sustentáveis: energias alternativas, marketing ambiental, arquitetura sustentável e educação ambiental; Hidrologia, Manejo e Conservação de Bacias Hidrográficas: técnicas de conservação de nascentes; Diagnóstico Socioambiental: Metodologias e Instrumentos para Diagnosticar Ambientes.	
Pré ou co-requisitos: Não há	
Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,7 horas presenciais	
Referência	
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN: 978-8597012613 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há	
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN: 85-224-3397-6 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há	
SCHLITTLER, J. M. M. Manual prático de redação profissional . 2. ed. São Paulo: Servanda. 2010. ISBN: 978-8578900229 Tipo: Básica Link (catálogo virtual): Não há	
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos : documento impresso e/ou digital. 8 ed. rev. e ampl. Vitória: Ifes, 2017. ISBN: Não há Tipo: complementar Link (catálogo virtual): http://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Comunicacao/caderno_normas_tcc_2017-277_rev_27-	

11.pdf

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ISBN: 978-8532618047

Tipo: complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Química Ambiental e Controle de Poluição

Período Letivo: 3ª Série

Carga horária total: 100 horas

Objetivos

Conhecer e identificar os processos químicos que ocorrem no ambiente a fim de prever os impactos gerados por ações antrópicas.

Ementa

Introdução à Química Ambiental. Química da Água e Conceitos de Poluição ou Principais Problemas Ambientais. Química da Atmosfera e Conceitos de Poluição ou Principais Problemas Ambientais. Química do Solo e Conceitos de Poluição ou Principais Problemas Ambientais. Resíduos: Desafios e compromissos

Ênfase Tecnológica

Problemas Ambientais, métodos de mitigação e controle.

Área de Integração

Matemática: operações matemáticas; Português: Compreensão e interpretação de textos; Biologia: Ecossistemas e meio ambiente; Ações Ambientais e Tecnologias Sustentáveis: tecnologias sustentáveis para mitigação e controle de poluição; Recuperação de áreas degradadas: restauração ecológica de ecossistemas, conservação do solo, biorremediação.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 100 horas presenciais

Referência

BAIRD, C.; CANN, M. **Química ambiental**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. 622 p.

ISBN: 9788577808489

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

ROCHA, J. C.; ROSA, A. H.; CARDOSO, A. A. **Introdução à química ambiental**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 256 p.

ISBN: 8577804690

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

SPIRO, T. G.; STIGLIANI, W. M. **Química Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. 334 p.

ISBN: 8576051966

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

RICE, E. W. **Standard methods for examination of water and wastewater**. 21. ed. Washington: American Public Health ASSN, 2005. 800 p.

ISBN: 978-0875530475

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

MANAHAN, S.E. **Fundamentals of environmental chemistry**. 2 ed. Florida: Lewis Publishers, 2001.

ISBN: 978-1-4200-59205

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Componente Curricular: Técnicas de Recuperação de áreas degradadas

Período Letivo: 3ª Série

Carga horária total: 66,6 horas

Objetivos do componente curricular

Adquirir conhecimento científico, técnico e na temática de recuperação e restauração de áreas degradadas e/ou alteradas, assim como entender os principais processos causadores da degradação e métodos e técnicas de recuperação e restauração ecológica de áreas degradadas.

Ementa Conceitos básicos relativos à degradação, recuperação e restauração ecológica de ecossistemas degradados e alterados. Métodos e técnicas de recuperação e restauração ecológica de áreas degradadas.

Ênfase Tecnológica

A sociobiodiversidade em nível local, regional e global. A restauração ecológica como forma de atingir o conceito de saúde única.

Área de Integração

Pedologia: Funções e processos do solo, dinâmica da matéria orgânica do solo e noções de fertilidade do solo e nutrição de plantas; Ações Ambientais e Tecnologias sustentáveis: Técnicas e práticas alternativas às convencionais consideradas não sustentáveis; Química ambiental e Poluição: Degradação do ambiente, emissão de gases de efeito estufa, poluição da atmosfera, poluentes da água e do solo; Hidrologia: Dinâmica da água e Manejo de bacias hidrográficas.

Pré ou co-requisitos: Não há

Carga horária a distância / Carga horária presencial: 66,6 horas presenciais

Referência

MARTINS, S. V. **Recuperação de áreas degradadas:** ações em áreas de preservação permanente, voçorocas, taludes rodoviários e de mineração. 3. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2013. 264 p.

ISBN: 9786555570045

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

PRUSKY, F. F. **Conservação de solo e água:** práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica. 2. ed. Viçosa: UFV, 2009. 279 p.

ISBN: 85-7269-264-9

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

PEREIRA, A. R. **Como selecionar plantas para áreas degradadas e controle da erosão**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fapi, 2008. 239 p.

ISBN: 8590614719

Tipo: Básica

Link (catálogo virtual): Não há

GARCIA, M. A. A. **Recuperação de áreas de encosta**. São Paulo: LCTE/Livraria Galdi, 2005. 160 p.

ISBN: Não há.

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

ALMEIDA, D. S. de. **Recuperação ambiental da mata atlântica**. Ilhéus: Editus, 2000. 130 p.

ISBN: 978-85-7455-440

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

VALERI, S. V. (ed.) **Manejo e recuperação florestal: legislação**. Jaboticabal: Funep, 2003. 180 p.

ISBN: 85-87632-57-4

Tipo: Complementar

Link (catálogo virtual): Não há

6.3.4 Atendimento ao Discente

Para se fazer cumprir no Ifes o **princípio da igualdade** no que tange às condições de acesso e permanência para todo e qualquer estudante, se faz necessária a qualificação e manutenção de programas voltados para a assistência estudantil que contemplem restaurante e alojamento para os estudantes do Curso na modalidade de semi-internato, concebidos como direito e como política de inclusão social dos diferentes segmentos da população, visando à universalização da cidadania.

No Anexo I da Resolução do Conselho Superior nº 19, de 09/05/11 tem-se que

A Política de Assistência Estudantil no Ifes será regida pelos seguintes princípios: equidade no processo de formação acadêmica dos discentes no Ifes, sem discriminação de qualquer natureza; formação ampla, visando desenvolvimento Integral dos estudantes; interação com as atividades fins da Instituição - ensino, pesquisa, produção e extensão; descentralização das ações respeitando a autonomia de cada campus; interdisciplinaridade da Política/da Equipe/das ações (IFES, 2011, p. 14).

Frise-se que políticas e programas de assistência estudantil são de fundamental importância por se constituírem instrumento de inclusão com vistas a oportunizar as condições necessárias para que educandos em situação de vulnerabilidade social permaneçam nas instituições educacionais e alcancem êxito na sua trajetória acadêmica.

De acordo com o artigo 3º da LDBEN (BRASIL, 1996), o ensino deverá ser ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e a permanência dos estudantes na escola. A Assistência

Estudantil é uma política instituída como espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações que zelem pelo direito do educando de acessar e permanecer na escola, considerando-se sempre o orçamento que vem destinado para ações da referida Política e a situação dos estudantes que necessitam dos auxílios por ela previstos. No Campus Santa Teresa, a CGAC coordena as atividades que envolvem diretamente a vida escolar dos educandos e realiza o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos profissionais que atuam nesse setor.

Esse setor é representado, também, na Comissão Responsável pela Implantação da Política de Assistência Estudantil de modo a operacionalizar os Programas previstos pela Política de Assistência Estudantil do Ifes (PAE - Resolução do Conselho Superior nº 19 de 09/05/11, alterada pela Resolução nº 71, de 08/12/11 do Conselho Superior, regulamentada pela Portaria nº 1.602/Reitoria, de 30/12/11 e pela Resolução 002/2019 do Conselho de Gestão do Ifes Campus Santa Teresa, de 07/03/19, a qual, por sua vez, foi criada no contexto do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES - Decreto nº 7.234, de 19/07/10).

A garantia do tripé acesso, permanência e êxito, se dará a partir da articulação entre a Coordenadoria do Curso, setor Pedagógico e demais setores, a exemplo da Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA), a Coordenadoria de Relações Institucionais (CRI), Coordenadoria de Relações Institucionais e Extensão Comunitária (REC) e a Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (DPPGE) e de maneira multidisciplinar, com a atuação transversal dos núcleos e comissões permanentes, considerando que esses são os articuladores das políticas de inclusão no campus, considerando:

- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI

É um núcleo propositivo e consultivo, que estimula e promove ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, orientadas à temática das identidades e das relações étnico raciais, especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa. O NEABI do Campus Santa Teresa foi instituído pela Portaria Ifes nº 150-DG/2018 e sua composição atual está prevista na Portaria nº 47, de 17 de fevereiro de 2023.

- Comissão Gestora da Política de Assistência Estudantil - CPAE

Ainda considerando o constante do artigo 3º da atual LDBEN, faz-se necessário constituir a assistência estudantil como espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes.

O Serviço Social e o setor Pedagógico, dentre outros, são setores que se colocam à disposição para o atendimento ao educando do Campus Santa Teresa. Estes setores trabalham com o objetivo principal de dar condições aos estudantes de se manterem na escola, atuando na prevenção e no enfrentamento de questões sociais, por meio do que é proposto na PAE do Ifes (2011), pelo Conselho de Gestão do Campus Santa Teresa (2019) e em projetos pedagógicos.

O setor Pedagógico do Campus, representado pela Pedagoga ou Técnica em Assuntos Educacionais que acompanhará o Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio, junto com a Coordenadoria do Curso desenvolverão atividades de assessoria aos professores e estudantes que podem ser descritas como:

- Apoio e orientação ao docente e discente no que diz respeito a todos os elementos do processo de ensino e aprendizagem, à vida acadêmica, seus avanços e dificuldades;
- Apoio e orientação ao aluno que apresenta problemas pessoais e pedagógicos que afetem sua aprendizagem;
- Análise dos processos acadêmicos dos alunos de acordo com a organização didática de ensino do Ifes, bem como orientação e encaminhamento em relação aos casos omissos.

Cada professor deve propor horários para atendimento aos estudantes definidos em Plano de Ensino entregue à Coordenação do Curso de maneira a permitir uma orientação efetiva aos educandos e o entendimento de pontos não compreendidos por eles no decorrer das aulas.

O Campus Santa Teresa preocupa-se em fomentar a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais. O NAPNE, em parceria com os professores e o setor Pedagógico, realiza trabalhos de assessoramento no que se refere a preenchimentos de Planos de Ensino Individuais e organização de materiais assistivos e adaptados que deem aos educandos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento melhores condições para compreenderem os assuntos trabalhados em sala de aula, além de estruturar o espaço para os atendimentos individualizados ou coletivos realizados pelos professores a educandos vinculados a esse Núcleo.

Também como estratégia pedagógica são disponibilizados laboratórios de Informática, em horários diversos, com monitores indicados pelos professores, em caráter voluntário, que atuam sob a Coordenação de Professor do Núcleo Profissionalizante de Informática, para realização de trabalhos referentes às disciplinas que apresentem maiores taxas de retenção.

Tem-se convicção de que as dificuldades de aprendizagem não serão resolvidas apenas com essas ações, mas, enquanto escola, prefere-se pensar que se tem possibilidade de, a partir desses conhecimentos, contribuir para que os educandos sejam capazes de assumir um papel mais ativo e autônomo no processo educativo, tornando-se agentes de construção do próprio conhecimento.

A Assistência Estudantil é uma política instituída como espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações que zelem pelo direito do educando de acessar e permanecer na escola, considerando-se sempre o orçamento que vem destinado para ações da referida Política e a situação dos estudantes que necessitam dos auxílios por ela previstos. No Campus Santa Teresa, as atividades da Assistência Estudantil são geridas pela CPAE (Comissão Gestora da Política de Assistência Estudantil), de modo a operacionalizar os programas previstos pela Política de Assistência Estudantil do Ifes (PAE - Resolução do Conselho Superior nº 19 de 09/05/11, alterada pela Resolução nº 71, de 08/12/11 do Conselho Superior, regulamentada pela Portaria nº 1.602/Reitoria, de 30/12/11 e pela Resolução 002/2019 do Conselho de Gestão do Ifes Campus Santa Teresa, de 7/03/19, a qual, por sua vez, foi criada no contexto do Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES - Decreto nº 7.234, de 19/07/10).

- Acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida

Dentre os itens contidos no Decreto nº 5.296, de 02/12/04 (regulamenta as Leis nº 10.048, de 8/11/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e nº 10.098, de 19/12/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências) e na Lei nº 13.146, de 6/07/15 (institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), o Campus Santa Teresa atenta para critérios que envolvem a acessibilidade no tocante aos seus aspectos arquitetônicos, com o intuito de resolver barreiras de acesso. Em vista disso, o Campus possui rampas para acesso como elemento de circulação vertical; assim como no espaço interno, o externo também possui acessos adaptados para pessoas com mobilidade reduzida.

Quanto aos demais itens não atendidos pela instituição, a formulação, implementação e manutenção das ações de acessibilidade, para além dos aspectos físicos e estruturais atenderão às seguintes premissas básicas:

I. a priorização das necessidades, a programação em cronograma e a reserva de recursos para a implantação das ações; e

II. o planejamento de ações que promovam a acessibilidade no Campus entre os setores envolvidos, de forma continuada e articulada.

- Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

O NAPNE é composto por equipe multidisciplinar e tem como finalidade desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, a permanência e a saída com êxito, engajando-se na construção de propostas de atendimento que possibilitem a quebra das diversas barreiras da acessibilidade, trabalhando na perspectiva de:

- identificar os discentes com necessidades específicas no campus;
- orientar os discentes com necessidades específicas, bem como seus familiares, quanto aos seus direitos e deveres;
- contribuir para a promoção do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos discentes com necessidades específicas que dele necessitem;
- orientar os servidores e prestadores de serviços do campus quanto ao atendimento aos discentes com necessidades específicas;
- contribuir para a promoção da acessibilidade atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e procedimental;
- promover junto à comunidade escolar ações de sensibilização para a questão da educação inclusiva e de formação continuada referente a essa temática;
- articular parcerias e convênios para troca de informações, experiências e tecnologias na área inclusiva, bem como para encaminhamento ao AEE;
- contribuir para o fomento e a difusão de conhecimento acerca das Tecnologias Assistivas;
- colaborar com a Comissão de Processo Seletivo no sentido de garantir as adaptações necessárias para os candidatos com necessidades específicas que realizarão os exames de seleção para os cursos do IFES;
- Assessorar outros setores do Campus na promoção da acessibilidade de forma extensiva a toda a comunidade escolar;

– Contribuir para que o Projeto Pedagógico Institucional do Ifes contemple questões relativas à Educação Inclusiva e à Acessibilidade.

Por meio do NAPNE, o Curso pretende oferecer apoio e atendimento educacional especializado aos estudantes com necessidades específicas, de modo a potencializar o seu acesso, permanência e êxito, bem como a qualidade de ensino na instituição. Com o intento de promover a inclusão escolar de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, os NAPNEs vinculados aos campi do Ifes

foram constituídos como diretriz da Ação TEC NEP - Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, desenvolvida entre os anos de 2001 a 2013 pelo MEC através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e da então Secretaria de Educação Especial (SEESP) (IFES, p.1).

No Campus Santa Teresa, o NAPNE constitui-se como comissão, inicialmente instituída pela Portaria 201/DG, de 11/07/07. Congrega uma equipe multidisciplinar com os objetivos de identificar as pessoas com necessidades específicas no Campus; orientar os estudantes com necessidades específicas quanto aos seus direitos, visto que “a educação é um bem público, um direito humano fundamental e a base que garante a efetivação de outros direitos” (UNESCO et al., 2015, p. 1); promover a eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, arquitetônicas e de comunicação; ofertar atendimento educacional especializado aos educandos com necessidades específicas; promover junto à comunidade escolar ações de sensibilização para a questão da educação inclusiva e de formação continuada referente a essa temática; realizar parcerias e convênios para troca de informações e experiências na área inclusiva; garantir as adaptações necessárias para que os candidatos com necessidades específicas realizem os exames de seleção no Campus - obtendo-se o devido acesso à educação e ao ensino profissionalizante (BRASIL, 2012); orientar os docentes quanto ao atendimento aos estudantes com necessidades específicas e contribuir para o fomento e difusão de conhecimento acerca das Tecnologias Assistivas, “entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural [...]” (UNESCO, 1988).

Destarte, o Campus tem em mente que “as definições do público-alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões”. Isto porque os profissionais da educação levam em conta que “as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem”. Entende-se, então, que “esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de

exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos” (BRASIL, 2008, p. 15).

Os princípios que orientam a atuação do NAPNE são o compromisso com a melhoria da qualidade da educação para todos, acolhimento à diversidade, promoção da acessibilidade, gestão participativa, parceria da escola com a família e outros segmentos sociais e promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Além do NAPNE, o Campus conta com a ação do Projeto “Ifes Acessível”. Tal projeto consiste na busca de soluções a médio prazo para a adequação dos campi do Ifes à ABNT NBR 9050/2004, que normatiza a acessibilidade a edificações, ao mobiliário, aos espaços e equipamentos urbanos.

- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGENS)

O Nepgens tem por objetivos:

- realizar e fomentar estudos, pesquisas e extensão no âmbito das linhas temáticas do Nepgens;
- promover ações que visem à educação inclusiva, não sexista e não homofóbica;
- registrar, monitorar, avaliar e sistematizar institucionalmente suas ações (todas as atividades ou processos), tendo em vista que se trata de uma instância consultiva para a comunidade do Ifes;
- promover ações que contribuam para a equidade de gêneros, bem como para o respeito às orientações sexuais e à diversidade no instituto Federal do Espírito Santo;
- estimular a produção científica e a divulgação das pesquisas realizadas pelo Nepgens ou em parceria com outras instituições e da comunidade acadêmica em geral;
- incentivar a participação das mulheres e da comunidade LGBTQIA+ no campo das ciências e das carreiras acadêmicas;
- colaborar em ações que levem ao aumento do acervo bibliográfico relacionado à educação para diversidade de gênero e sexualidade no Ifes;
- buscar parcerias com órgãos do poder público, para estimular políticas de promoção da diversidade sexual e da equidade de gênero;

- propor e apoiar políticas que fomentem o ingresso de pessoas a partir de uma perspectiva de inclusão da diversidade de gêneros e de sexualidades;
- desenvolver ações que promovam a permanência escolar de estudantes que tenham sofrido algum tipo de discriminação em relação à identidade de gênero ou orientação sexual;
- propor disciplinas sobre identidade e violências de gênero para o ensino superior, pós-graduação, cursos livres e de extensão para todos os níveis de ensino; e
- fomentar formação sobre diversidade sexual, identidade e violências de gênero para as(os) servidoras(es) do Ifes, capacitando-as(os) para o atendimento referente a esse tema.

- Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE)

Possui composição multidisciplinar com o objetivo geral de atuar no apoio, planejamento e ações relativas à Educação a Distância e ao uso de tecnologias educacionais em sua unidade acadêmica.

- Núcleo de Educação Ambiental (NEA)

O núcleo tem o objetivo de promover ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a preservação dos ecossistemas e a educação ambiental, baseados no reconhecimento da diversidade ecológica, cultural, social, econômica e espacial. Busca integrar ações em andamento, potencializar novas iniciativas e promover a articulação entre os campi do Ifes, através da Rede de Educadores Ambientais (REA-Ifes), com o poder público, instituições educativas e organizações da sociedade civil, com vistas à promoção da sustentabilidade e da justiça ambiental, através de atividades formais e não formais de ensino.

- Núcleo de Arte e Cultura (NAC)

O Núcleo de Arte e Cultura - NAC do Campus Santa Teresa foi criado pela Portaria nº 43/2020, cuja composição foi atualizada pela Portaria nº 104/2021. O objetivo do NAC é desenvolver e promover a cultura, as artes e a cidadania no Campus, baseado no reconhecimento da diversidade cultural e humana e na promoção da cidadania, da reflexão e do pensamento crítico por meio do acesso à multiplicidade de expressões e da democratização dos meios de produção e difusão cultural em nível de ensino, pesquisa e extensão.

Dentre os projetos vinculados ao NAC realizados no Ifes Santa Teresa, podemos destacar:

- realização do edital para chamadas de projetos de arte e cultura;

- criação do drive do NAC, buscando organizar o arquivo do NAC Santa Teresa, além de facilitar a criação de formulários e o compartilhamento de documentos;
- atualização do site do campus;
- cadastro no município como Espaço Cultural;
- apoio e envolvimento nos eventos da instituição;
- projeto “Doe amor e arte”, com apresentações de musicais com discentes e professores; exposição de fotos; exposição de quadros artísticos e declamação de poesia em Libras;
- participação da rede NAC, reuniões mensais e envolvimento na comissão de elaboração da política de cultura do Ifes;
- integração do formulário de submissão para edital de fluxo contínuo de chamamento de voluntários para ações de arte e cultura nos campi do Ifes;
- registro das atividades para subsidiar a realização do plano bianual.

- Núcleo de Relações Internacionais (NRI)

De composição multidisciplinar, o Núcleo de Relações Internacionais trabalhará como suporte da Assessoria de Relações Internacionais (Arinter) do Ifes. Este NRI objetiva implementar, organizar e contribuir, no campus Santa Teresa, com a política de internacionalização da rede.

O papel fundamental dos NRIs é oferecer oportunidades para o desenvolvimento das habilidades e competências para o século XXI, por meio de experiências acadêmicas internacionais para a comunidade do Ifes, tendo como objetivo geral, conforme artigo 5º da CS N 34/2021, atuar no apoio, planejamento e ações relativas à internacionalização da Educação, no uso de metodologias educacionais que internacionalizam o currículo e na Internacionalização plena e integral do Ifes.

7. PRAZO MÁXIMO PARA CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE CONCLUSÃO DO CURSO

O educando terá por período de integralização, o dobro do período previsto para a oferta do Curso. Nesse prazo deve-se cumprir os requisitos exigidos para certificação, sob pena de cancelamento da matrícula.

O Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio, com uma oferta anual de 40 (quarenta) vagas, tem regime escolar anual, com prazo mínimo de integralização de 03 (três) anos e, máximo, de 06 (seis) anos. A oferta dar-se-á de forma integrada e integral, ou seja, serão utilizados os turnos matutino e vespertino. Para o cumprimento dos dias letivos poderá ocorrer a utilização de sábados letivos esporádicos.

Tabela 2: Regime Escolar, Prazo de Integralização Curricular, Regime de Matrícula Turno de Funcionamento e Número de Vagas

MATRIZ EM VIGÊNCIA				
REGIME ESCOLAR	PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO		REGIME DE MATRÍCULA	
Anual	Mínimo	Máximo	Por série	
	03 anos	06 anos		
TURNO DE FUNCIONAMENTO / NÚMERO DE VAGAS				
Turno		Nº de Vagas	DIMENSÃO DA OFERTA	
Diurno (integrado e integral - matutino e vespertino)		40	Disciplinas BNCC	
			Disciplinas Núcleo Profissionalizante	
			14	15
			Estágio (obrigatório): 100h	
Optativa: Língua Estrangeira - Espanhol				
MATRIZ PROPOSTA				
REGIME ESCOLAR	PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO		REGIME DE MATRÍCULA	
Anual	Mínimo	Máximo	Por série	
	03 anos	06 anos		
TURNO DE FUNCIONAMENTO / NÚMERO DE VAGAS				
Turno		Nº de Vagas	DIMENSÃO DA OFERTA	
Diurno (integrado e integral - matutino e vespertino)		40	Disciplinas BNCC	
			Disciplinas Núcleo Profissionalizante	
			28	19
			Estágio (não obrigatório): 100h	
Optativa: Língua Estrangeira - Espanhol				

8. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

De acordo com o ROD, em seu artigo 42, inciso II, § 4º, “não será concedido o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores para cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, exceto na modalidade EJA” (IFES, 2019, p. 13).

9. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

Os estudantes serão admitidos por realização de Processo Seletivo ou outra forma que o Ifes venha a empregar, a partir de Edital e regulamento próprios, conforme o ROD, comprovada a conclusão do 9º (nono) ano do Ensino Fundamental.

O Processo Seletivo definirá vagas, inscrições, documentação exigida, critérios de classificação e demais informações necessárias aos candidatos, conforme legislação vigente.

Os períodos previstos para inscrição e matrícula obedecerão ao previsto em Edital de Processo Seletivo, às normas específicas do Ifes e ao Calendário Acadêmico do Campus. O Curso não será ofertado sob a forma de concomitância interna ou externa, mas integrado ao Ensino Médio.

10. AVALIAÇÃO

10.1. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Os procedimentos de avaliação são realizados por comissão composta por representantes de diversos segmentos da comunidade escolar, objetivando o acompanhamento de vários aspectos relacionados ao Curso como espaço físico; organização e estrutura do ensino; envolvimento dos profissionais do Campus ligados ao Curso nos diversos setores; prática pedagógica dos docentes em suas mais variadas facetas; trabalho da equipe pedagógica e da Coordenação do Curso; dentre outros.

Um dos maiores desafios reside no acompanhamento do egresso do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio de modo que se alcance uma perspectiva de sua inserção no mundo do trabalho, em novos cursos e outros aspectos relevantes para considerações e possíveis melhorias da trajetória do Curso proposto.

No que diz respeito à avaliação institucional, Há uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), prevista no artigo 11 da Lei nº 10.861, de 14/04/04, que foi instituída com o objetivo de assegurar o processo de avaliação da Instituição, nas áreas acadêmica e administrativa. A CPA integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e atua com autonomia, no âmbito de sua competência legal, em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. Ela deve promover a avaliação institucional obedecendo às dimensões citadas no artigo 3º da mesma Lei:

- A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- A comunicação com a sociedade;
- As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- Políticas de atendimento aos estudantes;
- Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade

dos compromissos na oferta da educação superior (BRASIL, 2004).

Diante do grande desafio de atentar-se para as mudanças do mundo do trabalho, do ponto de vista econômico e social, bem como acompanhar a inserção do egresso do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao ensino Médio nessa esfera, torna-se relevante a realização de avaliações periódicas do PPC, com vista a buscar melhorias para o Curso. Diante disso, este PPC deve ser avaliado com a periodicidade de 03 anos (ciclo do Curso), observando-se que a realização deste procedimento pode ser indicada pela assessoria pedagógica do Curso ou por avaliações institucionais ao longo de sua oferta.

10.2. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação ocorrerá de forma processual, com caráter diagnóstico e formativo, envolvendo professores e estudantes, sendo considerados os aspectos qualitativos e quantitativos presentes no domínio cognitivo e no desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores, na observância do que reza a LDBEN nº 9.394/96, em seu artigo 24:

A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

[...]

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

[...]

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

[...]

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação (BRASIL, 1996).

A avaliação do rendimento quanto ao domínio cognitivo do educando em cada componente curricular, conforme estabelecido no ROD, deverá ser obtida com a utilização de, no mínimo, três instrumentos avaliativos por semestre, tais como: projetos, trabalhos, realização de exercícios, apresentação de seminários, debates, entrevistas, estudos de casos, atividades práticas, produção de

texto, apresentação de relatórios, execução de trabalhos individuais e em grupos, resolução de problemas, autoavaliação, provas teórico-práticas, fichas de observação.

Para o Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio, as notas, **por componente curricular**, serão graduadas de 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos em cada semestre. Ao término do segundo semestre, a composição da Nota Final (NF) dar-se-á a partir da soma das notas semestrais, devendo o educando, para ser aprovado, **alcançar, no mínimo, 60 (sessenta) pontos**.

Ao final do período letivo, a frequência do estudante deverá ser **igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento)**, computada **de forma global**, ou seja, somando-se a frequência alcançada em todas as disciplinas.

Conforme perfil profissional do egresso, os objetivos do Curso e a especificidade de cada disciplina, as atividades de avaliação, assumindo função diagnóstica e formativa e considerando o desenvolvimento do educando, devem demonstrar seus avanços e dificuldades no decorrer de todo o processo de ensino e aprendizagem.

Os resultados obtidos serão balizadores para possíveis tomadas de decisão, replanejamento e alterações necessárias, objetivando sempre a melhoria do processo educativo e a integração do educando nas atividades acadêmicas. Assim, a avaliação é entendida como um instrumento que possibilitará a identificação do desenvolvimento do estudante e orientará o professor e o corpo pedagógico nas atividades que lhes são pertinentes.

A avaliação compreenderá as dimensões cognitiva, afetiva e psicomotora do aluno, tomando por base a formação para a cidadania e o exercício crítico de sua atividade profissional. Ainda segundo o ROD e a Resolução CS nº 55, de 19/12/17 (alterada pela Resolução nº 19, de 13/07/18), aos educandos com necessidades específicas serão ofertadas adaptações de aplicação e de instrumentos de avaliação, bem como os apoios necessários, conforme orientação do NAPNE e/ou solicitação do próprio educando.

Toda prática avaliativa deve permitir informações quanto a *o quê, como e quando* os educandos estão aprendendo e que procedimentos didático-pedagógicos deverão ser observados para avançarem no processo de desenvolvimento e construção de sua aprendizagem. Os instrumentos de avaliação a serem utilizados dependerão da especificidade de cada componente curricular, atentando-se para os objetivos a serem alcançados.

De acordo com o ROD, em seu artigo 75, “Ao discente que não atingir 60% (sessenta por cento) da

pontuação nas avaliações de cada componente curricular serão garantidos estudos de recuperação, paralelos ao período letivo, conforme Resolução do Conselho Superior” (IFES, 2019, p. 20). Os procedimentos para a oferta da Recuperação Paralela são regulamentados pela Portaria nº 972, de 16/06/21, que garante a recuperação de conteúdos e de notas. A proposta de trabalho visando os estudos de Recuperação Paralela devem ser apresentados aos estudantes pelo professor no início do período letivo.

A avaliação pode ser realizada por meio de diversos instrumentos, de modo pontual ou contínuo, porém ela só cumpre seu papel quando colabora para o desenvolvimento do educando, logo, a avaliação das atividades didático-pedagógicas não pode ser concebida como uma simples atribuição de notas aos discentes. Ela deve, em seu cerne, considerar toda a complexidade da personalidade do ser humano.

Todos os padrões adotados para se medir/analisar/quantificar algo, serão realmente efetivos e eficazes se estiverem o mais próximo possível da “exatidão desejada”. Portanto é muito importante considerar alguns aspectos, de maneira geral:

- Definir o que se deseja avaliar, bem como os parâmetros desta avaliação, pois é por meio desta definição que se identifica a forma, a frequência, os instrumentos, a unidade de medida, os meios, o ambiente e as condições físicas e psicológicas em que serão efetuadas essas avaliações;
- Que os parâmetros de avaliação considerados sejam consensuais entre as partes envolvidas - professor e estudante. Este consenso pode transformar o resultado das avaliações em uma ferramenta muito útil na tomada de decisões, na solução de problemas, na otimização do processo, uma vez que faz com que as partes envolvidas deem sugestões e aceitem como verdadeiro o resultado desses instrumentos avaliativos. Pode-se, até mesmo, gerar questionamentos acerca da exatidão e a unidade de medida anteriormente propostas, caracterizando-se um processo evolutivo;
- Que processos de avaliação empíricos estão sendo cada vez menos utilizados, visto que permitem uma margem de erros muito acentuada, dando abertura a ocorrência de prejuízos em função destes erros e não se alcança os benefícios de uma avaliação bem-feita. Classifica-se, aqui, como processos empíricos de avaliação aqueles cujos resultados são expressos de forma não-mensurável;
- Que ter um critério de avaliação é importante, pois sem ele não se sabe se a tarefa, etapa ou atividade foi ou não concluída com êxito. O critério de avaliação, mesmo quando deficiente, deve ser mantido, com disciplina, para possibilitar ganhos de qualidade de maneira gradual.

Nesse ambiente construtivo do conhecimento, a avaliação se apresenta de forma contínua, sendo realizada ao longo do período letivo, observados os aspectos quantitativos e qualitativos. Aqueles referem-se à extensão dos objetivos alcançados e estes, ao nível de desempenho alcançado pelo educando em relação aos objetivos propostos pelo professor.

10.3 REGIME DE PROGRESSÃO PARCIAL (DEPENDÊNCIA)

A organização da oferta do Regime de Progressão Parcial (Dependência) observará o constante do Título IV, Capítulo I, Seção III do ROD intitulado “Do Regime de Dependência”. Terá direito à oferta do Regime de Dependência os discentes que obtiverem progressão parcial. Conforme o artigo 87 do citado documento:

[...]

§ 2º Poderão ser criadas turmas especiais para dependência, a critério da Coordenadoria de Curso.

§ 3º Por requerimento do discente, a matrícula será efetivada somente na dependência, respeitando-se o prazo previsto em calendário acadêmico.

§ 4º O Regime de Dependência poderá ter seu tempo acelerado, não sendo obrigatório o cumprimento de uma quantidade mínima de dias letivos e carga horária, desde que seja cumprido o conteúdo programático no qual cada discente não obteve o rendimento necessário para sua aprovação no componente curricular, proposto em Plano de Ensino sob anuência do Coordenador de Curso e de um representante do Setor Pedagógico.

§ 5º Poderão ser adotadas estratégias e metodologias diversificadas para o Regime de Dependência, após análise e aprovação do docente, da Coordenação de Curso e do Setor Pedagógico, elaborando o plano especial de dependência contendo o local, cronograma e horário das aulas, assim como conteúdo, atividades, critério e valores das avaliações.

§ 6º Inclui-se entre as metodologias diversificadas a possibilidade de uso de atividades não presenciais, desde que seja garantida a mediação, a recuperação paralela e os encontros presenciais.

§ 7º Os componentes curriculares cursados em regime de dependência não serão incluídos na frequência global (IFES, 2019).

Importa esclarecer que, para estudantes matriculados no Curso cuja Matriz Curricular está sendo alterada, será garantida a oferta do componente curricular no prazo máximo para a sua conclusão.

11. AÇÕES DE PESQUISA E EXTENSÃO VINCULADAS AO CURSO

11.1. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

Os componentes curriculares que compõem o presente Projeto de Reformulação de Curso assumem papel significativo na vivência prática do ensino, da pesquisa e da extensão. Paralelamente, o aluno terá oportunidade de continuar se vinculando a outras modalidades de projetos e programas, como descritos a seguir:

11.2. INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A Iniciação Científica (IC) permite a introdução dos educandos de cursos técnicos no campo da pesquisa científica, abrindo espaço para que, desde logo, o estudante entre em contato direto com a atividade científica e possa engajar-se no mundo da pesquisa. Nesta perspectiva, a IC se materializa em um instrumento de apoio teórico-metodológico à realização de projetos de pesquisa, constituindo-se em um canal adequado de auxílio à formação analítica e crítica do educando.

Os estudantes dos cursos técnicos ofertados pelo Campus Santa Teresa têm a oportunidade de participar de projetos de IC na condição de bolsistas (remunerados) ou voluntários (não remunerados).

A IC é uma forma de incentivo e estímulo ao estudante para que este participe dos programas institucionais vinculados e fomentados por instituições como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e a fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). Além destes, há aqueles fomentados com recursos do próprio Ifes como os Editais da Pró-Reitoria de Pesquisa. Ressalte-se que os estudantes que se definirem pela condição de voluntários têm as mesmas responsabilidades que os alunos bolsistas, da mesma forma que também têm o direito de certificação.

No Campus Santa Teresa há grupos de pesquisa devidamente registrados na instituição e junto ao CNPq coordenados por docentes ou técnicos administrativos. Tais grupos desenvolvem projetos de pesquisa que permitem a participação dos estudantes de modo a possibilitar aos mesmos o desenvolvimento de habilidades de pesquisa, como revisão bibliográfica, formulação e teste de hipótese, coleta e análise de dados, além da escrita científica. Os projetos são avaliados pelas

comissões científicas em diferentes editais, em seguida passam pela aprovação e registro na instituição antes do início das pesquisas propriamente ditas.

Os estudantes dos cursos técnicos são incentivados a participar de projetos de pesquisa, dentre outros, relacionados a programas como o Pibic-Jr (Programa institucional de iniciação científica do ensino médio, Jovens Talentos para Ciência Júnior); Pivit-Jr (programa institucional de voluntariado de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação Júnior). Ressalte-se a possibilidade de atuação de estudantes em projetos desenvolvidos por meio da Diretoria e Coordenadoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do próprio Campus.

Os grupos de pesquisa que atuam no Campus são:

- Educação e Sociedade;
- Manejo de Recursos Hídricos e Ambientais;
- Engenharia Agrícola e Recursos Hídricos;
- Educação, formação de professores e práticas docentes;
- Fruticultura e Propagação;
- Ruminantia;
- Irrifex;
- Pesquisa em Difusão e Transferência de Fitossanidade;
- Grupo de Pesquisas em Precisão e Sustentabilidade no Ifes- ST;
- Propagação e Micropropagação de GCA-ST;
- Grupo de Computação Aplicada;
- GECIMA - Estudos de Ciências dos Materiais Aplicados.

Dentre as citadas, as ações que contemplam o curso são: Manejo de Recursos Hídricos e Ambientais; Grupo de Pesquisas em Precisão e Sustentabilidade na Ifes- ST, Propagação e Micropropagação de GCA-ST.

Sublinha-se que há também Atividades/Trabalhos voltados aos estudos ambientais dos quais os estudantes do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio participam como bolsistas, voluntários ou até mesmo realizando Estágio e contribuindo na condução das pesquisas. São elas:

- Rio Santa Maria do Doce (ES, Brasil): Ecotoxicologia, sustentabilidade e manejo agroecológico;

- Diferentes doses de água residuária de suinocultura no desenvolvimento inicial de mudas de pitaya vermelha (*Hylocereus costaricensis*).

11.3 EXTENSÃO

As atividades de extensão têm a condição de ampliar o escopo do Curso, visto que permitem o intercâmbio de saberes, experiências e vivências colaborando para o desenvolvimento de habilidades e atitudes por diferentes vias pertencentes ao espaço formal de aprendizagem, além de possibilitar a integração dos educandos com a realidade vivida pela comunidade.

Os estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio ofertados pelo Campus Santa Teresa têm a possibilidade de vivenciar a Extensão como organizadores e participantes de eventos internos e/ou externos que envolvam a participação de toda comunidade escolar, a exemplo da Semana do Meio Ambiente, da Feira de Ciências, da Semana da Diversidade e da Semana Tecnológica do Ifes.

Ao estudante participante nestes eventos compete organizar e realizar exposições e apresentações dos resultados de atividades e/ou trabalhos desenvolvidos, nas diferentes áreas (social, temas transversais, sustentabilidade, inovação tecnológica, direitos humanos, diversidade, etc.), ao longo do Curso ou da série em andamento. A comprovação da participação nessas atividades é possível por meio de Certificado ou Declaração emitida pelo coordenador do projeto ou pelo presidente de comissão responsável.

Além desses eventos, há ainda algumas atividades de extensão que, sempre que propostas, são cadastradas no Campus das quais os estudantes podem participar.

12. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Campus Santa Teresa considera o estágio um ato educativo supervisionado que objetiva a preparação produtiva dos educandos para o mundo do trabalho. O estágio consiste, assim, em um procedimento didático-pedagógico e em um ato educativo. Passa a ter caráter não obrigatório neste Projeto de Reformulação, devendo sempre ser planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos e legislação vigente.

O estágio supervisionado não obrigatório deve ser organizado a partir das ações da Coordenadoria de relações Institucionais e Extensão Comunitária (REC), responsável pelo estágio no Campus, que executará as atividades de oferta, cadastramento, articulação, encaminhamentos e acompanhamento dos estudantes.

Para a definição da carga horária para o Estágio (100 horas) foi observado o que está posto pela Resolução CNE/CEB nº 01, de 21/01/04, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a organização e realização do Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

O estágio supervisionado não obrigatório será realizado, preferencialmente, após o estudante cumprir 50% (cinquenta por cento) da carga horária Curso, ou seja, quando se encontrar na metade da segunda série. Caso seja realizado após a finalização dos demais componentes curriculares do Curso, o estudante terá um período de 12 (doze) meses para finalizar o estágio e apresentar a documentação exigida para solicitação de certificação, respeitando o prazo máximo para o cumprimento dos requisitos de conclusão do curso.

As normas para os estágios voltados à Educação Profissional de Nível Técnico estão estabelecidas na Resolução nº 11, de 16/04/10, do Conselho Superior do Ifes, o qual se encontra em consonância com a Lei nº 11.788, de 25/09/08, que dispõe a respeito do estágio de estudantes.

Os estágios serão realizados a partir da atuação conjunta entre a REC e a Coordenação do Curso, para firmar convênio com as organizações concedentes, encaminhar e orientar os estudantes.

A jornada diária do estágio não poderá ultrapassar 6 (seis) horas, perfazendo uma carga horária semanal máxima de 30 (trinta) horas, que será definida em comum acordo entre o Campus Santa Teresa, a Unidade Concedente e o estudante estagiário. Para o educando que houver concluído toda

a etapa escolar ou decidir realizar o estágio nos períodos em que não estejam programadas aulas presenciais, a jornada semanal poderá ser de até 40 (quarenta) horas.

Para melhor atendimento aos estudantes estagiários com NEE deverá ser observado o direito à oferta de serviços de apoio de profissionais da área da Educação Especial, assim como da área eleita para a realização do Estágio.

É inegável a importância do estágio profissional e a necessidade de que ele seja realizado apenas quando da obtenção dos requisitos necessários ao exercício profissional. No entanto, considera-se que a aprendizagem para o exercício da cidadania pode ocorrer em qualquer momento do Curso, uma vez que ela é transversal. Nesse sentido, a dinâmica propiciada pelas modalidades de estágios como o sociocultural, bem como por outras atividades de extensão, de monitoria, iniciação científica e atividades profissionais desenvolvidas pelo estudante na temática do Curso, será aceita e também incentivada, sendo resguardados os objetivos do Curso, atentando sempre para o desenvolvimento pleno do educando. Tais experiências poderão ocorrer em empreendimentos ou projetos de interesse científico ou social, na própria escola - auxiliando na execução de projetos, planejando e organizando atividades, orientando usuários e acompanhando o funcionamento de determinados setores, dentre outras - ou em outras instituições, respeitando-se o explicitado na Resolução CS nº 11, de 16/04/10, desde que as mesmas satisfaçam às seguintes condições:

- Ser aprovado pela Coordenadoria do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio;
- Ser devidamente cadastrada na Gerência de Pesquisa e Extensão do Ifes.

A prática do estágio fora do Campus poderá ser incentivada para que o estudante possa vivenciar as exigências do mundo do trabalho na sua formação profissional e para o exercício da cidadania em ampla esfera, assim, o educando que se encontrar comprovadamente no quadro funcional de uma empresa, exercendo atividades afins ao Curso, poderá validar essas atividades como estágio curricular.

O aproveitamento de estágio realizado através de outras instituições de ensino somente poderá ser aceito após a avaliação da Coordenadoria do Curso.

O estudante, após a conclusão do estágio não obrigatório, deverá elaborar um relatório contendo, além das atividades desenvolvidas, observações, autoavaliação e avaliação da empresa com recomendações para o Campus. Este retorno subsidiará a revisão de sua prática a fim de adequar o Curso às exigências do mundo do trabalho e melhorar a formação ofertada.

A carga horária referente ao Estágio Supervisionado não obrigatório será registrada em histórico escolar do estudante conforme o mínimo previsto neste Projeto de Reformulação após os trâmites concernentes aos setores envolvidos. Caso seja apresentada carga horária excedente, esta deverá ser declarada pelo setor responsável pelo estágio no Campus, mediante solicitação do estudante interessado.

Caso sejam observados desvios nas atividades inicialmente propostas pela organização concedente do estágio, este poderá ser inviabilizado pela Coordenação de Curso.

13. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

A emissão do Certificado de Conclusão do Curso e, posteriormente, do Diploma, será concedida ao estudante que concluir todos os componentes curriculares obrigatórios, sendo ao mesmo conferido o título de Técnico em Meio Ambiente.

14. PERFIL DE COORDENADOR DE CURSO, CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Para que os objetivos do Campus e do Curso sejam alcançados, importa que o perfil e as funções atribuídas ao Coordenador sejam bem definidas, devendo este cuidar da gestão acadêmica do Curso, o que implica incentivar e favorecer a implementação de mudanças que proporcionem a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, estimulando a crítica e a criatividade dos envolvidos.

Acerca da Coordenação de cursos técnicos, no Ifes, a Resolução do Conselho Superior nº 7, de 19 de março de 2021, regulamenta o processo de eleição para coordenadores, podendo ser candidato a Coordenador de Curso ou a Coordenador de Formação Geral ou Coordenador de área de Formação Geral, o professor lotado na coordenadoria para a qual acontecerá o processo eleitoral. O o candidato deve ser efetivo, em regime de trabalho de 40 horas ou Dedicação Exclusiva.

Ainda o Regimento Interno dos Campi do Ifes institui, em seu artigo 51, que as Coordenadorias de Cursos são órgãos de planejamento, acompanhamento, execução, avaliação e reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos correspondentes, competindo-lhes:

- I. cumprir e fazer cumprir o Regulamento da Organização Didática referente ao nível e à modalidade do respectivo curso;
- II. implementar o projeto do curso e avaliar continuamente sua qualidade, em parceria com os corpos docente e discente;
- III. presidir os órgãos colegiados e estruturantes do curso, de acordo com a regulamentação aplicável;
- IV. representar o curso em fóruns específicos quando se fizer necessário;
- V. revisar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- VI. diagnosticar os problemas existentes na implementação do projeto do curso e articular-se a outras instâncias do campus visando à sua superação;
- VII. analisar e pronunciar-se nos processos acadêmicos protocolados por discentes;
- VIII. orientar e articular os discentes e docentes do curso em matérias relacionadas a estágios, atividades acadêmicas, científicas e culturais, bem como quanto à participação em programas institucionais de pesquisa e extensão;
- IX. supervisionar, em articulação com a CGP, o cumprimento do planejamento dos componentes curriculares do respectivo curso, especialmente com relação à utilização da bibliografia recomendada, à metodologia de ensino e avaliação, ao cumprimento da carga horária prevista, à execução do calendário acadêmico e ao andamento dos trabalhos de conclusão de curso;
- X. supervisionar, junto à CGP e à CRA, a entrega das pautas dos componentes curriculares do respectivo curso;
- XI. estimular e apoiar discentes e docentes a participarem de atividades complementares ao curso, internas e externas à instituição;
- XII. preparar, orientar e acompanhar os processos de autorização, reconhecimento e renovação do respectivo curso, atendendo à legislação e aos regulamentos aplicáveis a ele aplicáveis; e
- XIII. Executar, [...], o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Projeto

14.1. CORPO DOCENTE

ADRIANO GOLDNER COSTA
Titulação <ul style="list-style-type: none">• Licenciatura Plena em Ciências Biológicas• Mestrado em Biologia Vegetal• Doutorado em Biologia Vegetal
Regime de Trabalho - DE http://lattes.cnpq.br/2913034394255998
Disciplina(s) - Biologia

ALBERTO CHAMBELA NETO
Titulação <ul style="list-style-type: none">• Bacharelado em Zootecnia• Especialização em Práticas Pedagógicas para Professores• Graduação em Medicina Veterinária• Mestrado em Produção Animal• Doutorado em Ciência Animal
Regime de Trabalho - DE http://lattes.cnpq.br/2711927674581372
Disciplina(s) - Fundamentos de Saneamento e Saúde Pública

ALINE SALVIANO ZICA
Titulação <ul style="list-style-type: none">• Graduação em Física• Mestrado em Física Aplicada• Doutorado em Física Aplicada
Regime de Trabalho - DE http://lattes.cnpq.br/3952033225667319
Disciplina(s) - Física

BIANCA DA SILVA FERREIRA
Titulação <ul style="list-style-type: none">• Licenciatura em Química• Doutorado em Química• Pós-doutorado em Química Orgânica

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/2580245265791316>

Disciplina(s) - Química

DIEGO STANGER

Titulação

- Licenciatura Plena em História
- Especialização em Teologia e Ensino Religioso
- Mestrado em História

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/6712216487632843>

Disciplina(s) - História

EDNALDO MIRANDA DE OLIVEIRA

Titulação

- Engenharia Agrícola e Ambiental
- Especialização em Práticas Pedagógicas para Professores
- Mestrado em Engenharia Agrícola
- Doutorado em engenharia Agrícola
- Especialização lato sensu em Práticas Pedagógicas para Professores

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/5438678030553977>

Disciplina(s) - Geoprocessamento

ELKE STREIT DE OLIVEIRA

Titulação

- Licenciatura em Língua Inglesa e Literatura da Língua Inglesa
- Especialização lato sensu em Ensino de Língua Inglesa
- Bacharelado em Direito
- Mestrado em Estudos de Linguagens

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/6663088651904910>

Disciplina(s) - Língua Inglesa

FERNANDA TONINI GOBBI

Titulação

- Graduação em Ciências Biológicas
- Mestrado em Ciências Biológicas

- Doutorado em Biologia Animal
- Pós-Doutorado em Biologia Animal

Regime de Trabalho - DE
<http://lattes.cnpq.br/7059925757899033>

Disciplina(s) - Biologia

FERNANDO CESAR GUAITOLINI

Titulação

- Licenciatura em Educação Física
- Especialização em Educação Física para pessoas portadoras de deficiências

Regime de Trabalho - DE
<http://lattes.cnpq.br/0804121182243950>

Disciplina(s) - Educação Física

FILIFE RIBEIRO CARNEIRO

Titulação

- Licenciatura Plena em Matemática e Bacharel em Matemática
- Mestrado em Matemática
- Doutorado em Engenharia Ambiental (em andamento)

Regime de Trabalho - DE
<http://lattes.cnpq.br/2235632425167754>

Disciplina(s) - Matemática

FREDERICO CÉSAR RIBEIRO MARQUES

Titulação

- Licenciatura em Matemática
- Mestrado em Modelagem Matemática e Computacional

Regime de Trabalho - DE
<http://lattes.cnpq.br/6660577553508492>

Disciplina(s) - Matemática

GERALDO MAJELLA DE SOUZA

Titulação

- Licenciatura em Letras - Português/Inglês
- Especialização em Língua Portuguesa
- Especialização em Literatura Brasileira
- Mestrado em Estudos Literários
- Doutorado em Estudos Literários

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/0813419015111940>

Disciplina(s) - Língua Portuguesa e Literatura

GILSON SILVA COSTA

Titulação

- Graduação em Letras – Português/Inglês
- Especialização em Língua Inglesa
- Especialização em Gestão Escolar Integradora
- Mestrado Profissional em Educação (em andamento)

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/7722055566251254>

Disciplina(s) - Língua Portuguesa e Literatura

GYSLANE APARECIDA ROMANO DOS SANTOS

Titulação

- Graduação em Matemática
- Graduação em Engenharia de Petróleo
- Especialização em Matemática
- Mestrado em Matemática
- Doutorado em Engenharia Mecânica (em andamento)

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/0314997680090929>

Disciplina(s) - Matemática

HUGO FELIPE QUINTELA

Titulação

- Licenciatura em Ciências Sociais
- Bacharelado em Ciências Sociais
- Mestrado em Ciências Sociais
- Doutorado em Ciências Sociais

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/6313505673446719>

Disciplina(s) - Sociologia

ISMAIL RAMALHO HADDADE

Titulação

- Graduação em Agronomia
- Mestrado em Zootecnia

- Doutorado em Produção Animal
- Pós-doutorado em Bem estar animal

Regime de Trabalho - DE
<http://lattes.cnpq.br/7716274796812571>

Disciplina(s) - Estatística para o Meio Ambiente

JOÃO MAURÍCIO ZANDOMÊNICO

Titulação

- Licenciatura Plena em Física
- Mestrado em Ensino de Física

Regime de Trabalho - DE
<http://lattes.cnpq.br/4370935808833038>

Disciplina(s) - Física

JOSÉ ROBERTO BRITO PEREIRA

Titulação

- Graduação em Agronomia
- Mestrado em Engenharia Agrícola
- Doutorado em Irrigação e Drenagem

Regime de Trabalho - DE
<http://lattes.cnpq.br/4408619342726118>

Disciplina(s) - Fundamentos de Climatologia

JUCÉLIA AZEVEDO DOS SANTOS SILVA

Titulação

- Graduação em Letras (Português/ Espanhol e respectivas literaturas)
- Especialização em Ensino da Língua Espanhola
- Mestrado em Linguística

Regime de Trabalho - DE
<http://lattes.cnpq.br/1956193469777396>

Disciplina(s) - Língua Portuguesa e Literatura

JULIANA MACEDO DELARMELENA

Titulação

- Licenciatura em Ciências Biológicas
- Bacharelado em Ciências Biológicas
- Mestrado em Biotecnologia
- Doutorado em Biologia Vegetal

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/0363405067711009>

Disciplina(s) - Biologia

JULIANA MEZZOMO FLORES

Titulação

- Bacharelado em Ciências Sociais
- Mestrado em Filosofia
- Doutorado em Filosofia

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/7785157494368758>

Disciplina(s) - Filosofia

JULIO CESAR NETTO

Titulação

- Graduação em Administração
- Mestrado em Educação Agrícola (em andamento)

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/3574156764365631>

Disciplina(s) - Matemática

JUSSARA SILVA CAMPOS

Titulação

- Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa
- Especialização em Língua Portuguesa
- Mestrado em Linguagens e Inovações Pedagógicas (em andamento)

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/0113104667805282>

Disciplina(s) - Língua Portuguesa e Literatura

LEONARDO DE SOUZA ROCHA

Titulação

- Bacharelado em Ciências Biológicas
- Mestrado em Biologia Parasitária
- Doutorado em Biologia Celular e Molecular

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/9631270596618270>

Disciplina(s) - Biologia e Microbiologia Ambiental

LÍVIA GABRYG TURBAY RANGEL VASCONCELOS**Titulação**

- Graduação em Engenharia Florestal
- Mestrado em Solos e Nutrição de Plantas
- Doutorado em Ciências Agrárias

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/8099739350003910>

Disciplina(s) - Diagnóstico Socioambiental e Técnicas de Recuperação de Áreas Degradadas

LUIS CARLOS LOSS LOPES**Titulação**

- Graduação em Informática
- Especialização em Informática na Educação
- Aperfeiçoamento em Licenciatura Plena em Informática
- Mestrado em Educação Agrícolas
- Doutorado em Produção Vegetal

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/1564868366884296>

Disciplina(s) - Informática

LUIZ CARLOS PIMENTEL ALMEIDA**Titulação**

- Bacharelado em Química
- Mestrado em Ciências Naturais
- Doutorado em Química
- Pós-doutorado em Química

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/0064380963494664>

Disciplina(s) - Química

LUSINÉRIO PREZOTTI**Titulação**

- Graduação em Agronomia
- Mestrado em Fitossanidade
- Doutorado em Entomologia

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/3848984819890751>

Disciplina(s) - Agroecologia

MARCELO BOZETTI**Titulação**

- Graduação - Administração de Empresa
- Especialização em Administração Rural
- Aperfeiçoamento em EMPRETE
- Mestrado em Administração de Empresa

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/6253828962024245>

Disciplina(s) – Legislação Ambiental e Segurança do Trabalho

MARCELO MONTEIRO DOS SANTOS**Titulação**

- Licenciatura em História
- Mestrado em História
- Mestrado em Educação (em andamento)
- Doutorado em História

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/6069606030718950>

Disciplina(s) - História

MÁRCIO ADONIS MIRANDA ROCHA**Titulação**

- Graduação em Engenharia Agrônoma
- Mestrado em Produção Vegetal

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/6155212136630131>

Disciplina(s) - Geomorfologia Ambiental e Gestão Ambiental

MARIANNA XAVIER MACHADO**Titulação**

- Licenciatura Plena em Ciências Biológicas
- Bacharelado em Ciências Biológicas
- Mestrado em Ciências Biológicas
- Doutorado em Ciências Biológicas

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/7535972895969345>

Disciplina(s) - Biologia

PAOLA ALFONSA VIEIRA LO MÔNACO**Titulação**

- Graduação em Engenharia Agrícola
- Mestrado em Engenharia Agrícola
- Doutorado em Engenharia Agrícola
- Pós-doutorado em Engenharia de Água e Solo (Tratamento de resíduos agroindustriais)
- Pós-doutorado em Engenharia de Água e Solo (conservação de Solo e Água)

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/1758797472884456>

Disciplina(s) - Hidrologia, Manejo e Conservação de Bacias Hidrográficas, Manejo e Tratamento de Resíduos Sólidos e Efluentes, Ações Ambientais e Tecnologias Sustentáveis

ROBSON CELESTINO MEIRELES**Titulação**

- Graduação em Agronomia
- Mestrado em Fitotecnia
- Doutorado em Produção Vegetal

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/3375136546975082>

Disciplina(s) - Legislação Ambiental e Segurança do Trabalho

RONALDO LUIZ RASSELE**Titulação**

- Tecnologia Agronômica com Habilitação em Administração Rural
- Aperfeiçoamento em Administração Rural
- Especialização em CQA
- Mestrado em Educação Agrícola
- Doutorado em Produção Vegetal

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/9887749129804161>

Disciplina(s) - Informática e Meio Ambiente

ROSANA DOS REIS ABRANTE NUNES**Titulação**

- Bacharelado em Ciências Biológicas
- Especialização em Práticas Pedagógicas para Professores
- Mestrado em Ciências Biológicas
- Doutorado em Biologia Animal

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/6756298863093237>

Disciplina(s) - Biologia

SANANDREIA TOREZANI PERINNI

Titulação

- Graduação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas literaturas
- Especialização em Língua Espanhola
- Especialização em Língua Inglesa
- Especialização em Língua Portuguesa
- Mestrado em Educação
- Doutorado em Educação

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/7401761001831492>

Disciplina(s) – Língua Inglesa

TIAGO DALLAPICCOLA

Titulação

- Bacharelado Geografia
- Licenciatura Plena em Geografia
- Mestrado em Sociologia do Território
- Doutorado em Geografia

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/8637226558829540>

Disciplina(s) - Geografia

VALDI ANTONIO RODRIGUES JUNOR

Titulação

Bacharelado em Física

Mestrado em Física

Doutorado em Física

Regime de Trabalho - DE

<http://lattes.cnpq.br/0765293449414631>

Disciplina(s) - Física

VICENTE GERALDO DA ROCHA

Titulação
<ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura em Matemática • Mestrado Profissional em Matemática
Regime de Trabalho - DE
http://lattes.cnpq.br/0689473525501894
Disciplina(s) - Matemática

14.2. CORPO TÉCNICO

ADILES DA PENHA CIRILO DE AZEVEDO ANDRICH
Titulação
<ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Letras • Especialização em Nutrição Humana e Saúde
Cargo - Cozinheiro
http://lattes.cnpq.br/0945482246171272
Regime de Trabalho - 40h

ALTAIR JÚNIOR FERREIRA DOS SANTOS
Titulação
<ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Educação Física • Especialização em Educação Gestão de Pessoas
Cargo - Assistente de Administração
Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

ANA LÚCIA NEVES
Titulação
<ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura em Pedagogia • Especialização em Planejamento Educacional • Especialização em Psicopedagogia Clínico-Institucional
Cargo - Recepcionista
http://lattes.cnpq.br/8304058458985515
Regime de Trabalho - 40h

ANDRÉ LEPAOS CORTELETTI
Titulação
<ul style="list-style-type: none"> • Bacharelado em Administração • Especialização em Gestão Empresarial
Cargo - Assistente de Aluno
Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

ANGELA ANDRADE COELHO

Titulação

- Graduação em Arquitetura e Urbanismo
- Especialização em Gerenciamento de Projetos
- Mestrado em Arquitectura Paisagista

Cargo - Arquiteto/Urbanista

<http://lattes.cnpq.br/6091924435884674>

Regime de Trabalho - 40h

ARISTIDES HELL GRANKE

Titulação

- Técnico em Agropecuária com Habilitação em Agroindústria

Cargo - Auxiliar de Agropecuária

Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

CAMILO DE LELLIS FACHETTI

Titulação

- Ensino Médio

Cargo - Operador de Máquinas de Lavanderia

Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

CESAR MENEGASSI SOBRINHO

Titulação

- Tecnologia de Processos Gerenciais
- Especialização em Recursos Humanos

Cargo - Vigilante

Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

CLÁUDIO REZENDE MALHEIRO

Titulação

- Tecnologia em Cooperativismo
- Especialização em Administração Rural

Cargo - Técnico em Cooperativismo Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h
DANIEL HENRIQUE NETTO
Titulação Técnico em Contabilidade
Cargo - Assistente de Laboratório http://lattes.cnpq.br/4849750703714221
Regime de Trabalho - 40h

DANIEL MARCIO FERNANDES
Titulação Bacharelado em Agronomia (em andamento)
Cargo - Operador de Máquinas Agrícolas http://lattes.cnpq.br/3401949138038355
Regime de Trabalho - 40h

DOMINGOS SÁVIO CÔGO
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Biblioteconomia • Especialização em Métodos e Técnicas de Pesquisa • Mestrado em Educação Agrícola
Cargo - Bibliotecário/Documentalista http://lattes.cnpq.br/5094462447367766
Regime de Trabalho - 40h

EDMAR JOSE GAVA
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Técnico em Contabilidade
Cargo - Servente de Obras Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

EDNA NUNES DA SILVA
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Bacharelado em Administração com Habilitação em Análise de Sistemas

Cargo - Auxiliar de Biblioteca
Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

EDNÉIA NUNES DA SILVA

Titulação

- Graduação em Letras
- Especialização em Educação Infantil nas séries iniciais

Cargo - Técnico em Assuntos Educacionais
<http://lattes.cnpq.br/4363727934877167>

Regime de Trabalho - 40h

ELIETE APARECIDA LOCATELLI VAGO

Titulação

- Graduação em Pedagogia
- Especialista em Biblioteconomia
- Mestrado em Educação

Cargo - Auxiliar de Biblioteca
<http://lattes.cnpq.br/7094018455934403>

Regime de Trabalho - 40h

ELIO UMBERTO DE ALMEIDA

Titulação

- Tecnologia em Administração Rural
- Mestrado em Ciência Animal

Cargo - Assistente de Aluno
Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

ELOÍSIO STANGER

Titulação

- Ensino Médio.

Cargo - Operador de Máquina de Lavanderia
Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

ELVIS PANTALEÃO FERREIRA**Titulação**

- Tecnologia em Saneamento Ambiental
- Tecnologia em Gestão Ambiental
- Especialização em Direito Ambiental
- Especialização em Educação, Saúde e Meio Ambiente
- Especialização em Práticas Pedagógicas para Professores
- Mestrado em Engenharia Ambiental
- Doutorado em Engenharia e Ciências dos Materiais (em andamento)

Cargo - Técnico em Agropecuária<http://lattes.cnpq.br/6299427323641170>**Regime de Trabalho** - 40h**FABIANA FARDIN****Titulação**

- Tecnologia Agronômica com Habilitação em Administração
- Especialização em Planejamento Educacional

Cargo - Técnico em Agropecuária<http://lattes.cnpq.br/1191009329970047>**Regime de Trabalho** - 40h**FILIPE COUTINHO DA SILVA****Titulação**

- Ensino Médio.

Cargo - Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais

Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h**GELSO CORONA GATT****Titulação**

- Bacharelado em Administração

Cargo - Padeiro

Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

GIACOMO LUIZ DOS SANTOS SPERANDIO**Titulação**

- Bacharelado em Administração
- Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade

Cargo - Operador de Máquinas Agrícolas
<http://lattes.cnpq.br/5494407312878981>

Regime de Trabalho - 40h

IÊDA PANDOLFI**Titulação**

- Bacharelado em Ciências Contábeis
- Especialização em Gestão de Recursos Humanos

Cargo - Assistente em Administração
<http://lattes.cnpq.br/9094134559923618>

Regime de Trabalho - 40h

IRALDIRENE RICARDO DE OLIVEIRA**Titulação**

- Licenciatura Plena em Pedagogia
- Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos
- Especialização em Pedagogia Empresarial
- Mestrado em Ciências - Educação Agrícola
- Doutorado em Educação

Cargo - Pedagogo / Área
<http://lattes.cnpq.br/8260769111674093>

Regime de Trabalho - 40h

JADER FERRAZ DE ARAÚJO**Titulação**

- Técnico em Agropecuária.

Cargo - Assistente de Aluno
Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

JAQUELINI DALLAPÍCOLA DALCOLMO
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Ensino Médio - Habilitação Profissional em Magistério
Cargo - Operador de Máquina de Lavanderia Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

JOÃO EDUARDO DE BARROS
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Administração Rural • Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade
Cargo - Auxiliar de Agropecuária Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

JOÃO LUIZ ANGELI
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Técnico em Contabilidade
Cargo - Auxiliar de encanador Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

JORZIA TADEU VAGO
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Técnico em Contabilidade
Cargo - Carpinteiro Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

JOSÉ EDMAR BULIAN
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia em Processos Gerenciais • Especialização em Gestão de Recursos Humanos
Cargo - Vigilante Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

KATIA APARECIDA ROCON**Titulação**

- Licenciatura em Ciências Biológicas
- Licenciatura em Pedagogia
- Especialização em Gestão Pública
- Aperfeiçoamento em Educação Especial Inclusiva
- Mestrado em Educação em Ciências e Matemática

Cargo - Assistente em Administração
<http://lattes.cnpq.br/4707746560410746>

Regime de Trabalho - 40h

KIARA ANTONIA SPERANDIO PIERAZZO**Titulação**

- Graduação em Administração
- Especialização em Gestão Pública

Cargo - Assistente em Administração
<http://lattes.cnpq.br/2771679412609559>

Regime de Trabalho - 40h

LAERTE MARTINS**Titulação**

- Bacharelado em Ciências Econômicas
- Especialização em Gestão de Material e Patrimônio no Setor Público

Cargo - Cozinheiro
<http://lattes.cnpq.br/3080635838989332>

Regime de Trabalho - 40h

LUCIA HELENA GALLETTI DE OLIVEIRA**Titulação**

- Graduação em Recursos Humanos

Cargo - Técnico em Contabilidade
Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

LUCIENE CRISTINA MERLO VAGO**Titulação**

- Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos

- Especialização em Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos

Cargo - Assistente em Administração

Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

LUIZ FREITAS NETO

Titulação

- Ensino Fundamental

Cargo - Bombeiro Hidráulico

Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

MARCELINA FARIA COUTO FARDIN

Titulação

- Licenciatura Plena em Pedagogia
- Especialização em Planejamento Educacional

Cargo - Assistente em Administração

<http://lattes.cnpq.br/8478950276885821>

Regime de Trabalho - 40h

MARCELO GERALDO BULIAN

Titulação

- Graduação Gestão Ambiental
- Especialização em Gestão Ambiental

Cargo - Operador de Máquinas Agrícolas

Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

MÁRCIA HELENA MILANEZI

Titulação

- Licenciatura Plena em Pedagogia
- Especialização em Gestão Ambiental
- Especialização em Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
- Mestrado em Ciências - Educação Agrícola

Cargo - Pedagogo

<http://lattes.cnpq.br/5772393323140474>

Regime de Trabalho - 40h

MARIA ANGELICA ANDRICH**Titulação**

- Graduação em Gestão de Recursos Humanos
- Especialização em Gestão de Pessoas

Cargo - Técnico em Contabilidade<http://lattes.cnpq.br/2749637275135937>**Regime de Trabalho** - 40h**MARIA APARECIDA FERNANDES DE FREITAS****Titulação**

- Bacharelado em Enfermagem
- Especialização em Saúde Pública - com Ênfase no Programa de Saúde da Família

Cargo - Auxiliar de Enfermagem

Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h**MARINALVA DE ALCANTARA FERNANDES****Titulação**

- Graduação em Pedagogia
- Especialização em Gestão Escolar Integrada - Gestão/Supervisão/Orientação
- Especialização em Gestão Pública

Cargo - Assistente em Administração<http://lattes.cnpq.br/2367214085469751>**Regime de Trabalho** - 40h**NATHÁLIA MIGUEL TEIXEIRA SANTANA****Titulação**

- Graduação em Nutrição
- Especialização em Terapia Nutricional e Nutrição Clínica
- Mestrado em Saúde Coletiva
- Doutorado em Saúde Coletiva (em andamento)

Cargo - Nutricionista<http://lattes.cnpq.br/3144613671032023>**Regime de Trabalho** - 40h**NÉLIO RÊGES GONSALVES**

Titulação

- Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação
- Especialização em Gestão de Pessoas

Cargo - Assistente de Aluno
Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

OTMAR JOSÉ PERONI**Titulação**

- Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos
- Especialização em Gestão de Recursos Humanos

Cargo - Assistente em Administração
<http://lattes.cnpq.br/075684953660182>

Regime de Trabalho - 40h

PAULA BRUMATTI WUTKUOSKY**Titulação**

- Graduação em Administração com Habilitação em Recursos Humanos
- Licenciatura em Matemática
- Especialização em Supervisão, Orientação e Gestão Escolar
- Especialização em Psicopedagogia e Pedagogia Empresarial

Cargo - Assistente em Administração
Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

RAFAEL ROSSI CASSARO**Titulação**

- Graduação em Medicina
- Especialização em Gestão em Saúde e Adm. Hospitalar
- Especialização em Saúde da Família

Cargo - Médico-Área
<http://lattes.cnpq.br/0360633048749304>

Regime de Trabalho – 40h

RAIMUNDO NONATO DA SILVA**Titulação**

- Técnico Profissionalizante
- Especialização Técnica em Zootecnia

- Especialização em Gestão de Pessoas

Cargo - Técnico em Agropecuária
<http://lattes.cnpq.br/4340985748734963>

Regime de Trabalho - 40h

RICARDO TOMAZ MARTINELLI

Titulação

- Licenciatura em Pedagogia
- Especialização em Psicopedagogia Clínica Institucional
- Especialização em Gestão de Instituições Educacionais

Cargo - Auxiliar em Administração
<http://lattes.cnpq.br/6375871769530489>

Regime de Trabalho - 40h

RODRIGO BRISCKE

Titulação

- Graduação em Gestão Ambiental

Cargo - Técnico em Agropecuária
Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

ROGERIO LUIZ BINDA FOLADOR

Titulação

- Graduação em Gestão de Recursos Humanos

Cargo - Auxiliar de Agropecuária
<http://lattes.cnpq.br/3972731756599621>

Regime de Trabalho - 40h

SANDRA MARGON

Titulação

- Licenciatura em Matemática e Estatística
- Graduação em Ciências Contábeis
- Especialização em Contabilidade e Auditoria Pública
- Especialização em Matemática e Estatística
- Mestrado em Educação Agrícola

Cargo - Contador
<http://lattes.cnpq.br/2533881555444177>

Regime de Trabalho - 40h

SILVIO DE OLIVEIRA ALVES**Titulação**

- Graduação em Odontologia
- Especialização em Ortodontia
- Especialização em Saúde da Família
- Mestrado em Educação

Cargo - Odontólogo

<http://lattes.cnpq.br/4104452612660814>

Regime de Trabalho - 40h

SIMONE NASCIMENTO SANTOS**Titulação**

- Técnico em Enfermagem
- Licenciatura Plena em Pedagogia
- Especialização em Psicopedagogia Institucional

Cargo - Auxiliar de Enfermagem

Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

SUZANA MARIA GOTARDO CHAMBELA**Titulação**

- Graduação em Psicologia
- Mestrado em Psicologia Institucional
- Doutorado em Educação

Cargo - Psicólogo-Área

<http://lattes.cnpq.br/0435339271664201>

Regime de Trabalho - 40h

TAISA DA ROSA BARROS PROÊZA**Titulação**

- Bacharelado em Serviços Sociais
- Especialização em Política de Serviço Social

Cargo - Assistente Social

Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

THAIS TÓTOLA VASCONCELOS

Titulação

- Graduação em Direito
- Graduação em Letras -Português/Inglês
- Especialização em Direito Público
- Especialização MBA em Gestão de Pessoas
- Especialização em Biblioteconomia

Cargo - Auxiliar de Biblioteca<http://lattes.cnpq.br/2135294991393589>**Regime de Trabalho** - 40h**THIAGO LOPES ROSADO****Titulação**

- Graduação em Engenharia Agrônoma
- Especialização em Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas
- Especialização em Práticas Pedagógicas para Professores
- Mestrado em Agricultura Tropical
- Doutorado em Produção Vegetal

Cargo - Engenheiro/Área<http://lattes.cnpq.br/9137539592211625>**Regime de Trabalho** - 40h**VANDERLINO GOMES****Titulação**

- Graduação em Gestão de Recursos Humanos
- Especialização em Gestão de Recursos Humanos e Meio Ambiente

Cargo - Cozinheiro

Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h**WESLEY PIVETTA****Titulação**

- Tecnologia em Segurança da Informação
- Especialização em Gestão de Recursos Humanos

Cargo - Vigilante

Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

15. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

15.1. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

O Campus Santa Teresa dispõe atualmente de estrutura física para atender aos estudantes do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio. Os ambientes da estrutura física existente são apresentados nos itens 15.2 a 15.7.

A infraestrutura mínima recomendada no CNCT, para a realização do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio é Biblioteca com acervo físico ou virtual específico e atualizado, laboratório de informática com sistemas de informações geográficas, sistemas de desenho técnico e acesso à Internet e equipamentos para trabalho de campo (BRASIL, 2023, p. 56).

15.2. ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Prédio Pedagógico					
Salas de aula com 40 carteiras e capacidade para 40 alunos.	08	56,45 m ²	-	-	-
Sala de aula com 40 carteiras e capacidade para 40 alunos.	01	63,00 m ²	-	-	-
Sala dos professores	01	61,75 m ²	-	-	-
Sala de informática para os professores e 10 computadores.	01	63,00 m ²	-	-	-
Prédio Centro Tecnológico					
Salas de aula com 45 carteiras e capacidade para 45 alunos.	02	86,33 m ²	-	-	-
Salas de aula com 38 carteiras e capacidade para 38 alunos.	06	40,17 m ²	-	-	-
Sala dos professores	01	40,17 m ²			

Laboratórios					
Solos e Meio Ambiente (capacidade para 20 alunos)	01	61,00	-	-	-
Biologia (capacidade para 20 alunos)	01	65,00	-	-	-
Ecologia e Biodiversidade (capacidade para 20 alunos)	01	62,00	-	-	-
Microbiologia (capacidade para 20 alunos)	01	65,00	-	-	-
Micropropagação (capacidade para 15 alunos)	01	55,00	-	-	-
Química (capacidade para 20 alunos)	01	65,00	-	-	-
Tecnologia de Sementes e Melhoramento de Plantas (capacidade para 15 alunos)	01	68,00	-	-	-
Prédio de Laboratórios de Informática					
Laboratório de Informática I (com 20 computadores)	01	44,10	-	-	-
Laboratório de Informática II (com 20 computadores)	01	44,10	-	-	-
Laboratório de Informática III (com 20 computadores)	01	44,10	-	-	-
Laboratório de Informática IV (com 20 computadores)	01	44,10	-	-	-

15.3. ÁREAS DE ESTUDO GERAL

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Biblioteca*	01	404,00	-	-	-
Laboratório de Artes	01	45,49	-	-	-

A biblioteca Major Bley do Campus Santa Teresa apresenta instalação própria de 511,19 m² e conta com um acervo bibliográfico composto por títulos nacionais e internacionais, obras de referência, periódicos e materiais digitais, além de acesso ao Portal de Periódicos Capes.

O sistema de controle do acervo é informatizado, sendo utilizado o software *Pergamum*, proporcionando segurança, transparência e agilidade no processo de empréstimos e reservas de

materiais. Existem gabinetes para estudo individual ou em grupo, sala de computadores com acesso à Internet e setor de atendimento aos usuários.

15.4. ÁREAS DE ESPORTES E VIVÊNCIA

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Quadras e campo de futebol					
Quadra coberta	02	932,40 m ²	-	-	-
Quadra sem cobertura	01	451,50 m ²	-	-	-
Quadra sem cobertura	01	150,50 m ²	-	-	-
Campo de futebol	01	8.400 m ²	-	-	-
Centro de Convivência					
Sala de TV	01	56,30 m ²			
Copa/cozinha	01	47,91 m ²			
Sala do Grêmio	01	16 m ²			
Sala do Centro Acadêmico Bologia	01	12 m ²			
Sala do Centro Acadêmico TADS/TSI	01	12 m ²			
Sala do Centro Acadêmico Agronomia	01	12 m ²			
Área de jogos	01	64 m ²			
Academia					
Academia	01	390 m ²	-	-	-
Alojamentos					
Prédio, com 08 quartos e capacidade para 32 alunos	04	288 m ²	-	-	-

Prédio, com 12 quartos e capacidade para 72 alunos	01	516 m ²	-	-	-
Prédio, com 03 quartos e capacidade para 18 alunos	01	140 m ²	-	-	-
Prédio, com 20 quartos e capacidade para 72 alunos	01	779 m ²	-	-	-
Restaurante Institucional					
Inclui salas de preparo, almoxarifado, câmara fria, escritório e salas dos servidores, com capacidade total para 156 pessoas	01	688,62 m ²	-	-	-

15.5. ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Atendimento pedagógico					
Coordenadoria de Gestão Pedagógica - setor Pedagógico	01	51,68 m ²	-	-	-
Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, com calculadora sonora -Português, impressora em BRAILLE, mesa de datilografia, máquina BRAILLE de escrever, reglete de alumínio e punção com prancheta de madeira, Soroban para deficiente visual, entre outras infraestruturas demandadas	01	-	-	-	-
Gabinete Médico					
Gabinete com equipamentos apropriados para atendimento médico e materiais específicos para primeiros socorros	01	60,88 m ²	-	-	-
Gabinete Odontológico					
Gabinete com equipamentos apropriados para atendimento odontológico e infraestrutura demandada.	01	10,98 m ²	-	-	-
Assistente Social					
Sala de atendimento e infraestrutura demandada	01	11,90 m ²	-	-	-

Lavanderia					
Lavanderia	01	168 m ²	-	-	-

15.6. ÁREAS DE APOIO

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Auditórios					
Auditório I (Prédio Pedagógico) - capacidade para 100 alunos	01	88,75 m ²	-	-	-
Auditório II - anfiteatro (Prédio Central) - capacidade para 258 alunos	01	306 m ²	-	-	-

15.7. SETORES DO CAMPO

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Setores					
Setor de Agroecologia - Funciona as atividades do Núcleo de Estudo em Agroecologia.	01	54,59	-	-	-
Setor de Mecanização Agrícola - Possui 01 sala de aula; sala de apoio; depósito de materiais e sanitários; galpão para máquinas e implementos agrícolas; garagem para ônibus e outros veículos automotivos usados pelo Campus.	01	1113,32	-	-	-

16. PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Para o Curso ora em reestruturação não haverá necessidade de aquisição de materiais ou de construção de espaços específicos, dada sua natureza, porém, orienta-se a contratação de docente para assunção da disciplina Artes, que, por sua vez, está presente nas Matrizes Curriculares dos 03 (três) cursos técnicos integrados ofertados pelo Campus.

17. REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS GERAIS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:2004**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. ABNT, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, Brasília, 1988.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio**. Brasília, 2000.

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2013.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, 2013. 542p.

_____. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. 4. Ed. Brasília, 2023.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, D. **O choque teórico da Politecnia**. Trab. educ. saúde [online]. 2003, vol.1, n.1, p.131-152. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198177462003000100010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12. dez. 2022.

SILVA, G. A. C; SALAZAR, D. M. FORMAÇÃO POLITÉCNICA: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO DO IFAM. In: **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, nº especial, 2020 - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

GRAMSCI, A. Caderno 12. IN: **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2 (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo). Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento; NASCIMENTO, José Mateus do. Sobre práticas integradoras: um estudo de ações pedagógicas na educação básica. HOLOS, Natal, v. 4, p. 61-76, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. Anexo I da Resolução do Conselho Superior nº 19/2011, de 09.05.2011. **Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo**. Vitória, 2011.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFes - 2014/2019**. Vitória, 2014.

_____. Relatório de gestão. **Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Vitória, 2019.

KRAWCZYK, Nora. **Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 752-769, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem - Jomtien, 1990.** UNESCO, 1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA. **Plano de Desenvolvimento 2008-2025.** Santa Teresa, 2008.

_____. **Dados Gerais.** Disponível em: <<https://www.santateresa.es.gov.br/pagina/view/3>>. Acesso em: 13. set. 2022.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008.

UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL; UNFPA; PNUD; ONU MULHERES; ACNUR. World Education Forum, Incheon, 2015. Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4. **Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos.** Korea, 2015.

LEIS

BRASIL. **Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968.** Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio. Diário Oficial da União, seção 1, 6/11/1968, p. 9689.

_____. **Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975.** Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969 e dá outras providências. Brasília, 1975.

_____. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.** Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

_____. **Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981.** Regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.

_____. **Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.** Alterada pela Lei 9.974/00. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília, 1990.

_____. **Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.** Alterada pela Lei 13.158/15. Alterada pela Lei 12.805/13. Alterada pela Lei 10.990/04. Alterada pela Lei 10.298/01. Alterada pela Lei 10.246/01. Alterada pela Lei 10.327/01. Alterada pela Lei 10.228/01. Alterada pela Lei 9.712/98. Alterada pela Lei 9.272/96. Alterada pela Lei 11.718/08. Alterada pela Lei 11.775/08. Alterada pela Lei 12.058/09. Dispõe sobre a política agrícola

_____. **Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994.** Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, 1994.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Artigo 35º, § 2º** (redação dada pela Lei nº 13.415/2017) - “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia”. Brasília, 1996.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Artigo 35-A, § 4º** (redação dada pela Lei nº 13.415/2017). Obrigatoriedade do estudo da Língua Inglesa no currículo do ensino médio e a ofertada de outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o Espanhol. Brasília, 1996.

_____. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o Inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal, e altera o artigo 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989

_____. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 1997.**

_____. **Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências

_____. **Lei nº 9.795 de 27 de abril 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

_____. **Lei nº 6.803, de 02 de julho de 1980.** Alterada pela Lei 7.804/89. Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981.

_____. **Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985.** Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.

_____. **Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.** Alterada pela Lei 11.516/07. Alterada pela Lei 7.957/89. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.

_____. **Lei nº 7.805 de 18 de julho de 1989.** Regulamenta as atividades garimpeiras.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

_____. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, 2000.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.**

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.

_____. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003.

_____. **Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003.** Altera a redação do artigo 26 e artigo 92 da Lei nº 9.394/96, que regulamenta a Educação Física na Educação Básica. Brasília, 2003.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004.

_____. **Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005.** Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. Brasília, 2005.

_____. **Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.** Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis ns. 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

_____. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

_____. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do artigo 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o artigo 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2008.

_____. **Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, 2008. Brasília, 2008.

_____. **Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008.** Dispões sobre a implementação das disciplinas de Filosofia e Sociologia no Currículo do Ensino Médio. Brasília, 2008.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

_____. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar no Programa Dinheiro Direto na Escola, alguns anos de ensino básico; altera como Leis nº 10.880 e nº 11.273. Brasília, 2009.

_____. **Lei nº 12.287, de 13 de julho de 2010.** Altera a Lei 9.394/1996, no tocante ao ensino da Arte e o artigo 26º, § 2º, da Lei nº 9.394/1996 (redação dada pela Lei nº 13.415/2017) - dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da Arte, especialmente em suas expressões regionais, como componente curricular obrigatório da Educação Básica. Brasília, 2010.

_____. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, 2010.

_____. **Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.** Institui a política nacional de resíduos sólidos; altera a lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

_____. **Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a medida provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do artigo 98 da Ei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012.

_____. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

_____. **Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014.** Acrescenta § 8º ao artigo 26 da Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. Brasília, 2014.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

_____. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, 2016.

_____. **Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no

11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 2017.

_____. **Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018**. Altera o artigo 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.

_____. **Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.

_____. **Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1966 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado. Brasília, 2018.

_____. **Lei nº 13.796, de 3 de janeiro de 2019**. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para fixar, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa. Brasília, 2019.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Estadual nº 7.058, de 18 de janeiro de 2002**. Dispõe sobre a fiscalização, infrações e penalidades relativas à proteção ao meio ambiente na Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente.

_____. **Lei Complementar Estadual nº 248, de 28 de junho de 2002**. Cria o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (lema), e dá outras providências.

_____. **Lei Estadual nº 9.265, de 15 de julho de 2009**. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. **Lei Estadual nº 9.685, de 23 de agosto de 2011**. Altera dispositivos da Lei nº 7.058, de 18/1/2002.

RESOLUÇÕES

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 26 de junho de 1998**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 1998.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 8 de dezembro de 1999**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 1999.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004**. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a organização e realização do Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2004.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1 de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de fevereiro de 2005** - Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Brasília, 2005.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 04 de abril de 2005.** Modifica a redação do §3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2005.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 27 de outubro de 2005.** Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Brasília, 2005.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 16 de agosto de 2006.** Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2006.

_____. **Resolução CNE/CES nº 3 de 02 de julho de 2007.** Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências. Brasília, 2007.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 15 de maio de 2009.** Dispõe sobre a implementação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio, a partir da edição da Lei nº 11.684/2008, que alterou a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, 2009.

_____. **Resolução CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília, 2009.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010.** Define as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010.** Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, 2010.

_____. **Res. CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2012.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2012.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2 de 30 de janeiro de 2012.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2012.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 6 de junho de 2012.** Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Brasília, 2012.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 6 de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.

_____. **Resolução CNE/CP nº 2 de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1 de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012.

_____. **Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília, 2013.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1 de 05 de dezembro de 2014.** Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no artigo 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do artigo 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012. Brasília, 2014.

_____. **Resolução CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015.** Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução CD/FNDE, nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília, 2015.

_____. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.** Institui e orienta a implantação da BNCC, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, 2017.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018.** Atualiza as Diretrizes curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2018.

_____. **Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018.** Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. Brasília, 2018.

_____. **Resolução CFT nº 85, de 28 de outubro de 2019.** Aprova a tabela de títulos de profissionais dos Técnicos Industriais no SINCETI. Brasília, 2019.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020.** Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília, 2020.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2021.

_____. **Lei n.º 14.164 de 10 de junho de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Resolução CERH nº 5, de 7 de julho de 2005.** Estabelece critérios gerais sobre a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos de domínio do Estado do Espírito Santo.

_____. **Resolução Consema nº 1, de 19 de março de 2008.** Dispõe sobre a redefinição dos procedimentos para o licenciamento ambiental dos empreendimentos enquadrados como classe simplificada tipo “S” nos termos da legislação em vigor.

_____. Resolução Consema nº 3, de 7 de maio de 2009. Estabelece os critérios e procedimentos para expedição da licença ambiental de operação de 6 anos e suas respectivas renovações.

_____. ESPÍRITO SANTO (Estado). **Resolução Consema nº 1, de 30 de junho de 2010**. Revoga a Resolução Consema nº 1/2007, mantendo vigente apenas seu Anexo Único, até que seja atualizado por meio de Instrução Normativa do lema, estabelecendo novas diretrizes para o exercício do Licenciamento Ambiental Municipal, e dá outras providências. Alterada pela Resolução Consema nº 5/2012.

_____. Resolução Consema nº 1, de 27 de julho de 2011. Considera como instrumento hábil à delegação de competência aos municípios habilitados para fazer o licenciamento ambiental municipal das atividades que ultrapassem o porte previsto na Resolução nº 1/2010, ou as situadas em área de preservação permanente.

_____. Resolução Consema nº 1, de 8 de fevereiro de 2012. Altera o artigo 4º da Resolução Consema nº 1/2008.

_____. Resolução Consema nº 5, de 17 de agosto de 2012. Define a tipologia das atividades ou empreendimentos considerados de impacto ambiental local e dá outras providências.

DECRETOS

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969** - Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. Brasília, 1969.

_____. **Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985**. Regulamenta a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau. Diário Oficial da União, seção 1, 7/2/1985, p. 2194. Brasília, 1985..

_____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999** - Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 1999.

_____. **Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, 2002. Brasília, 2002.

_____. **Decreto 4.560, de 30 de dezembro de 2002**. Altera o Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau. Diário Oficial da União, seção 1, 31/12/2002, p. 7. Brasília, 2002.

_____. **Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as leis que trata da educação inclusiva. Brasília, 2004.

_____. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004.

_____. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

_____. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, 2009.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010.

_____. **Decreto nº 7.611, de 18 de novembro de 2011** - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências;

_____. **Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018.** Altera o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Brasília, 2018.

_____. **Decreto nº 7.611 de 18 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto Estadual nº 1.777- R, de 8 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradoras do Meio Ambiente, denominado Silcap, alterado pelo Decreto nº 1972- R, de 26 de novembro de 2007.

_____. **Decreto Estadual nº 1.972- R de 26 de novembro de 2007.** Altera dispositivos do Decreto nº 1.777-R, de 8 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradoras do Meio Ambiente, denominado Silcap.

_____. **Decreto Estadual nº 2.809- R, de 21 de julho de 2011.** Altera dispositivos do Decreto nº 1.777-R, de 8/1/2007, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradoras do Meio Ambiente (Silcap).

_____. Decreto Estadual nº 3623-R, de 4 de agosto de 2014. Regulamenta o licenciamento ambiental de barragens para fins agropecuários e/ou usos múltiplos no estado.

PARECERES

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 17, de 3 de dezembro de 1997.** Diretrizes operacionais para a educação profissional, em nível nacional. Brasília, 1997.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 15, de 1 de junho de 1998.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 1998.

_____. **Parecer CNE/CEB nº16, de 05 de outubro de 1999.** Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 1999.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 17, de 3 de julho de 2001** - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 39, de 08 de dezembro de 2004. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília, 2004.**

_____. **Parecer CNE/MEC nº 03 de 10 de março de 2004.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 38, de 07 de julho de 2006.** Inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio. Brasília, 2006.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 2, de 31 de janeiro de 2007.** Parecer quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2007.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 18, de 8 de agosto de 2007** - Esclarecimentos para a implementação da Língua Espanhola como obrigatória no Ensino Médio, conforme dispõe a Lei nº 11.161/2005. Brasília, 2007.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 22, de 8 de outubro de 2008.** Consulta sobre a implementação das disciplinas Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio. Brasília, 2008.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 7, de 7 de abril de 2010.** Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 07 de julho de 2010.** Dispõe sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. Brasília, 2010.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 5, de 5 de maio de 2011.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2011.

_____. **Parecer CNE/MEC nº 08 de 06 de março de 2012.** Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 9 de maio de 2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 4 de setembro de 2012.** Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.

_____. **Parecer CNE/CP nº 14, de 6 de junho de 2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 10, de 5 de novembro de 2014.** Revisão da redação do artigo 28 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, à luz da redação do Parecer CNE/CEB nº 11/2012. Brasília, 2014.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 8, de 9 de outubro de 2014.** Atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e reexame do Parecer CNE/CEB nº 2/2014, contendo orientações quanto à oferta de cursos técnicos em caráter experimental. Brasília, 2014.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 14, de 11 de novembro de 2015.** Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008. Brasília, 2015.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 15, de 9 de dezembro de 2015.** Orientação aos sistemas de ensino quanto à implementação da Lei nº 11.161/2005, que dispõe sobre o ensino da língua espanhola. Brasília, 2015.

_____. **Parecer CNE/CP nº 15, de 15 de dezembro de 2017.** Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, 2017.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 1, de 24 de janeiro de 2018.** Consulta sobre estágio supervisionado na Educação Profissional. Brasília, 2018.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 3, de 8 de novembro de 2018.** Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, observadas as alterações introduzidas na LDB pela Lei nº 13.415/2017. Brasília, 2018.

_____. **Parecer CNE/CP nº 15, de 4 de dezembro de 2018.** Instituição da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) e orientação aos sistemas de ensino e às instituições e redes escolares para sua implementação, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, nos termos do Artigo 211 da Constituição Federal e Artigo 8º da Lei nº 9.394/1996 (LDB). Brasília, 2018.

_____. **Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, 2020.

_____. **Parecer CNE/CP nº 17, de 10 de novembro de 2020.** Reanálise do Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, 2020.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 6, de 6 de outubro de 2022.** Institui diretrizes para a oferta preferencial de Língua Espanhola em caráter optativo no Ensino Médio. Brasília, 2022.

RESOLUÇÕES INTERNAS

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Instrução Normativa lema nº 19, de 4 de outubro de 2005.** Estabelece procedimentos administrativos e critérios técnicos referentes à outorga de direito de uso de recursos hídricos em corpos de água do domínio do estado do Espírito Santo;

_____. **Instrução Normativa lema nº 12, de 18 de setembro de 2008.** Dispõe sobre a classificação de empreendimentos e definição dos procedimentos relacionados ao licenciamento ambiental simplificado;

_____. **Instrução Normativa lema nº 14, de 1º de dezembro de 2008.** Dispõe sobre os procedimentos relacionados ao licenciamento ambiental de coleta e transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos e resíduos de serviços de saúde;

_____. **Instrução Normativa lema nº 10, de 28 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre o enquadramento das atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras do meio ambiente, com obrigatoriedade de licenciamento ambiental no lema e sua classificação quanto ao potencial poluidor e porte. Retificada pela Instrução Normativa nº 2, de 12 de janeiro de 2011;

_____. **Instrução Normativa Idaf nº 4, de 9 de maio de 2011.** Institui as normas e procedimentos que regulam, em todo território do estado do Espírito Santo, o licenciamento ambiental a ser realizado pelo Idaf, nas tipologias discriminadas no Decreto nº 2055-R, de 14 de maio de 2008, enquadradas nas classes simplificada I e II.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução do Conselho Superior nº 11, de 16 de abril de 2010.** Aprova a regulamentação dos estágios dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do Ifes. Vitória, 2010.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 19, de 09 de maio de 2011.** Aprova a Política de Assistência Estudantil do Ifes. Vitória, 2011.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 71, de 08 de dezembro de 2011.** Alterar a redação do subitem 9.2.1.3 do anexo i da resolução CS nº 19/2011, que aprova a política de assistência estudantil do ifes. Vitória, 2011.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 11, de 4 de maio de 2015.** Normatiza procedimentos de elaboração e trâmite de Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos no Ifes. Vitória, 2015.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 130, de 05 de agosto de 2016.** Revoga a Resolução do Conselho Superior nº 14, de 07 de maio de 2012. Vitória, 2015.

_____. **Resolução do CS n.º 202, de 9 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre a Instituição da Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais do Instituto Federal do Espírito Santo.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 55, de 19 de dezembro de 2017.** Institui os procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação de alunos com Necessidades Específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). Vitória, 2017.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 19, de 13 de julho de 2018.** Altera a Resolução nº 55/2017 de 19/12/2017, que institui os procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação de alunos com necessidades específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Ifes. Vitória, 2018.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 48, de 6 de dezembro de 2019.** Aprova o Plano de Desenvolvimento institucional (PDI/PPI) do Ifes referente ao período 2019/2 - 2024/1. Vitória, 2018.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 58, de 17 de dezembro de 2018.** Regulamenta os estágios dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). Vitória, 2018.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 65, de 30 de dezembro de 2019.** Homologa o Regulamento da Organização Didática dos Cursos Técnicos do Instituto Federal do Espírito Santo. Vitória, 2019.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 7, de 19 de março de 2021.** Regulamenta o processo de eleição para coordenadores de cursos técnicos, de graduação e da Coordenadoria de Formação Geral.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. CAMPUS SANTA T RESA. **Resolução nº 002-2019-CG, de 07 de março de 2019.** Aprova as Diretrizes da Política de Assistência Estudantil do Ifes Campus Santa Teresa para a concessão do Auxílio Alimentação, do Auxílio Transporte e do Auxílio Moradia no ano de 2019. Santa Teresa, 2019.

PORTARIA INTERNA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. **Portaria nº 1.602, de 30 de dezembro de 2011.** Vitória, 2016.

_____. **Portaria nº 1896, de 8 de julho de 2016** - Aprova o Código de Ética e Disciplina do Corpo Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). Vitória, 2016.

_____. **Portaria nº 972, de 16 de junho de 2021**. Normatiza a oferta de recuperação paralela e de recuperação final em cursos técnicos de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Vitória, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. CAMPUS SANTA TERESA. **Portaria 201/DG, de 11 de julho de 2007**.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO INTERNO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. CAMPUS SANTA TERESA. **Ato de Homologação Provisória** - Conselho Superior nº 4 de 13/05/2016. Regimento Interno dos Campi do Ifes.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO Nº 3/2024 - STA-DIREN (11.02.29.09)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 08/11/2024 16:02)

SUZANA MARIA GOTARDO CHAMBELA

DIRETOR

STA-DIREN (11.02.29.09)

Matrícula: 1606126

Visualize o documento original em <https://sipac.ifes.edu.br/documentos/> informando seu número: **3**, ano: **2024**, tipo: **PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO**, data de emissão: **08/11/2024** e o código de verificação: **c0638cbde7**